SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

JANEIRO 2009

Ano XIV - nº 45

TRIBUNAL

Trinta e oito por cento dos servidores têm até cinco anos de STJ. Quadro se renova com posse de aprovados em concurso

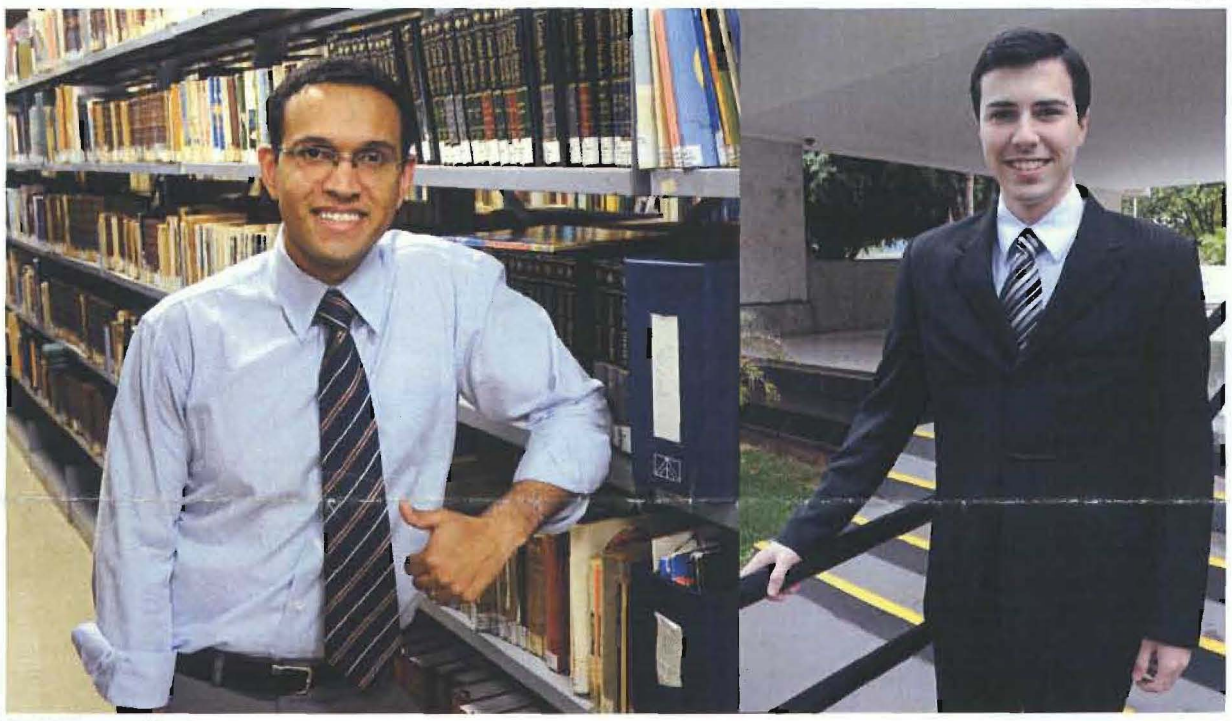
Reforço de talentos

O Superior Tribunal de Justiça está recebendo neste mês o reforço de 164 novos servidores. Eles estavam entre os mais de 73 mil candidatos que se inscreveram no último concurso público realizado para preencher vagas no STJ, em setembro do ano passado. Superaram a árdua fase dos estudos, a difícil etapa das provas e a angustiante expectativa pela chamada.

O ano começou também com novos estagiários: desde dezembro, 125 estudantes ingressaram no programa de estágio do STJ. "Os novos colaboradores devem somar conhecimentos, habilidades e entusiasmo aos talentos já disponíveis na Casa", avalia a secretária de Gestão de Pessoas, Kátia Pereira Bessa. Ela acredita que os servidores empossados contribuirão para resultados ainda melhores para o STJ. E, em contrapartida, garante a secretária, vão encontrar um ambiente acolhedor e grandes oportunidades de aprendizado e crescimento. "Terão à frente um trabalho árduo, mas estimulante", afirma Kátia.

Apesar de o edital do concurso não ter previsto número de vagas, a lista de classificados já foi bem aproveitada pela Secretaria de Gestão de Pessoas. São 79 novos analistas judiciários e outros 95 técnicos. O STJ terá dois anos para convocar outros classificados, conforme a demanda das áreas. No concurso realizado anteriormente, em 2004, havia 365 vagas previstas no edital, mas, durante a validade de quatro anos do concurso, foram convocados 1.278 candidatos.

Fotos: Luiz Antonio e Moreno



STJ foi a escolha de Pedro, que estudou por um ano, e de Daniel, antigo estagiário do Tribunal

A renovação da força de trabalho se reflete nos números do quadro do pessoal de carreira. Do total de servidores que ingressaram no STJ a partir da sua criação, 38% estão no Tribunal há, no máximo, cinco anos. É o caso da psicóloga Eliane de Souza Moreira. Ela ingressou no STJ como técnica judiciária da área administrativa, mas encontrou aqui a possibilidade de desenvolver habilidades dentro de sua área profissional. De transitório, o Tribunal passou a um emprego com excelentes perspectivas. "Entrei no STJ pensando em fazer outros concursos. Mas aqui tive a oportunidade de desempenhar atividades que já exercia nas empresas privadas em que trabalhei. Isso me motivou a permanecer", diz.

Às vésperas de completar 20 anos – o STJ passou a funcionar em abril de 1989 – o Tribunal de Cidadania é uma das principais opções de carreira para aqueles que querem se realizar no serviço público. Em 2007, o Tribunal foi destacado pela Revista Você S/A Exame como referência entre tribunais.

Não à toa o STJ foi a escolha de Pedro Alves Rodrigues Neto, 30 anos, um dos novos servidores. Estudando para concursos há um ano, Pedro foi aprovado como técnico judiciário da área de Informática. Ele passou também no último concurso do Supremo Tribunal Federal (STF), mas preferiu o STJ. "Uma colega minha já trabalhava no STJ e sempre elogiou muito o ambiente de trabalho", comentou. Além disto, também foram atrativos para a escolha os benefícios na área de saúde e a carga horária. O novo servidor espera contribuir com a equipe do tribunal e aprender mais.

Entre os novos servidores há, inclusive, prata da casa. Aos 23 anos, Daniel Pinheiro de Carvalho conquistou uma vaga de analista judiciário da área judiciária. Durante o curso de Direito, ele foi estagiário no gabinete do Ministro Teori Zavascki. "Aprendi muito e gostei do trabalho no STJ", lembrou.

Daniel considera que a aprovação no STJ "caiu no seu colo", já que ele estava estudando para o concurso do STF. "Eu fiz a prova do STJ sem estresse", conta. No Tribunal, Daniel espera voltar a trabalhar em gabinetes, o que o ajudará a se preparar para um novo desafio: prestar concurso para ser juiz. Ele acredita que a experiência no STJ será vital para sua futura carreira. ▪

Sheila Messerschmidt – messersc@stj.jus.br
Fabrício Azevedo – fcortes@stj.jus.br

Cargo		Quantitativo
Analista Judiciário	área Administrativa	3
	área Judiciária	62
	área de Apoio Especializado - Informática	10
	área de Apoio Especializado - Biblioteconomia	1
	área de Apoio Especializado - Arquivologia	1
	área de Apoio Especializado - Contadoria	1
	área de Apoio Especializado - Odontologia	1
Técnico Judiciário	área Administrativa	70
	área de Apoio Especializado - Informática	15

Quantitativo de servidores do quadro permanente que ingressaram no Tribunal a partir da criação do STJ

Tempo de serviço no STJ	*Número de servidores*
0 a 5 anos	790
6 a 10 anos	294
11 a 15 anos	509
16 a 20 anos	491
Total	**2.084**
Total geral*	**2.569**

* Inclui os servidores do extinto TFR

STJ obtém selo internacional na área de Segurança da Informação e se torna referência

ISO 27001 para o STJ

Primeiro tribunal das Américas a conquistar a certificação ISO 27001, norma internacional que define os requisitos para o estabelecimento do Sistema de Gestão de Segurança na Informação, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) se torna referência na área.

O ambiente de certificação foi o Centro de Processamento de Dados, unidade que processa, transmite e armazena informações sigilosas utilizadas no julgamento de processos e jurisprudência. O projeto para obtenção da certificação foi realizado em oito meses, um desafio para as equipes no desenvolvimento e manutenção do processo de análise e tratamento de riscos.

Segundo o coordenador de Infraestrutura e Produção e um dos responsáveis pela conquista, Cristiano Abadia, o certificado é a coroação de um trabalho que vem sendo desenvolvido há mais de dez anos. O escopo de certificação envolveu o Centro de Processamento de Dados (CPD), referente à sua infraestrutura de *hardware*, *software*, pessoas e processos. "Além de atender as exigências da legislação, o certificado é importante para fortalecer a imagem do STJ perante o Governo Federal e toda a sociedade", assinala.

À espera da placa

A certificação foi possível graças ao apoio da Módulo – empresa brasileira especializada em tecnologia para governança, riscos e *compliance* –, responsável por prestar consultoria e fornecer o *software* Módulo *Risk Manager*. O *software* da empresa desempenhou papel de grande importância na conquista da certificação, sendo o responsável por garantir agilidade ao projeto, além de apoiar a estruturação dos processos de gestão e na construção e implementação do Sistema de Gestão da Informação, afirma o coordenador.

Para Abadia, a ISO 27001 é um selo de qualidade que confirma o compromisso do STJ com as melhores práticas de governança e gestão integrada de Tecnologia da Informação (TI). "A conquista desse certificado denota a confiabilidade na manipulação dos dados relativos à infraestrutura de *hardware* e *software* ", afirma.

A empresa Módulo participou de projetos já conhecidos como as eleições eletrônicas brasileiras e a entrega do imposto de renda via internet.

O selo deve ser fornecido pela *British Standard Institute* (BSI). Publicada em 2005 pelo *International Organization for Standardization* e pelo *International Electrotechnical Commission*, a norma ISO/IEC 27001 permite à organização avaliar os riscos e implementar controles apropriados para preservar a confidencialidade, integridade e disponibilidade de ativos de informação.

Para Cristiano, o próximo objetivo da equipe é estender o escopo de certificação para outros processos no âmbito da Secretaria de Tecnologia da Informação. A Coordenadoria de Infraestrutura e Produção (CIEP) do STJ já recebeu a placa, que foi comemorada por todos os membros da área. ▪

Catarina França - catarina@stj.jus.br

Foto: arquivo/STJ

Para obter a certificação, a equipe do STJ trabalhou mais de dez anos no projeto

Relação de unidades certificadas pela NBR ISO 9001:2000

Secretaria Judiciária (Coordenadoria de Processos Originários)
Certificada em março de 2000, nas atividades de Autuação, Classificação e Encaminhamento dos Processos Originários;

Gabinete do Ministro Diretor da Revista
Certificado em agosto de 2001, na Elaboração das Publicações Oficiais do STJ;

Coordenadoria de Relacionamento
Certificada em novembro de 2005, pelo Recebimento, Processamento e Solução de Solicitações de Suporte em TI;

Gabinete do ministro José Arnaldo da Fonseca (certificação extinta com a aposentadoria do ministro)
Certificado em outubro de 2004, Análise e Julgamento dos Processos Originários - Habeas Corpus e Medida Cautelar.

Saiba mais

A ISO – *International Organization of Standardization*, entidade internacional com sede em Genebra (Suíça), é responsável pela elaboração das normas da família **ISO 9000:2000**.
A norma utilizada para certificação de **Sistemas de Gestão da Qualidade** é a **ISO 9001:2000**. De acordo com essa norma, um **Sistema de Gestão da Qualidade** é visto como um **conjunto de processos** e não mais como um conjunto de requisitos. Seu enfoque é o **gerenciamento por processos**, o que a torna facilmente aplicável a todos os tipos de empresas, incluindo empresas de serviços, empresas públicas e privadas e facilita a utilização por empresas de todos os portes.

TRIBUNAL

SGP já está confeccionando os novos modelos que podem ser requeridos pelos servidores

Identidade funcional de cara nova

Já está em vigor o novo modelo da identidade funcional do STJ. A novidade é que agora deverão constar no documento, no campo "situação funcional", os cargos ocupados pelos servidores do quadro permanente do Tribunal, de outros órgãos públicos, de cargos provisórios ou aposentados. A Portaria 482, publicada em dezembro do ano passado, definiu instruções complementares para a confecção e a emissão da carteira de identidade funcional.

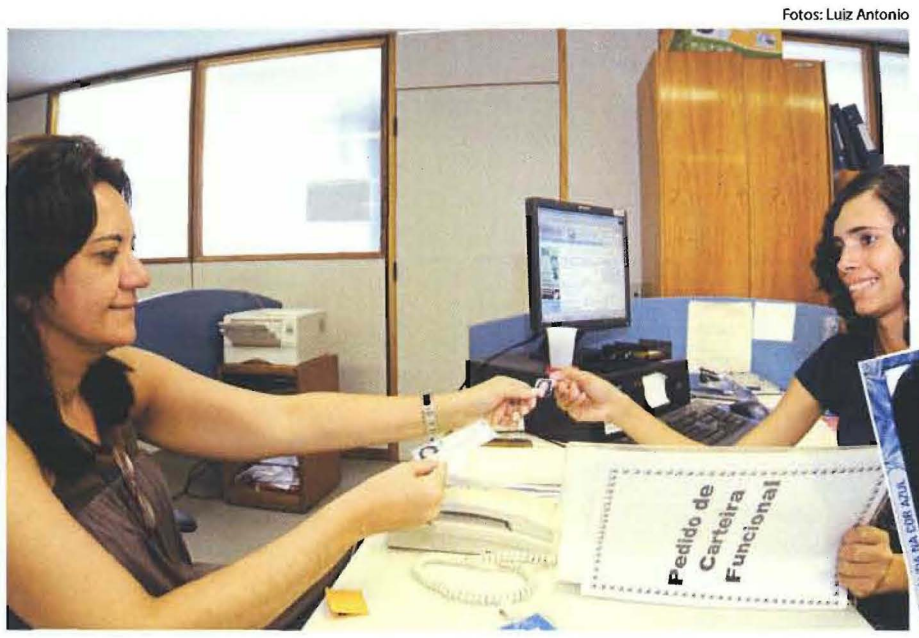
Apesar de ser aceita em alguns lugares, a identidade funcional não tem validade como documento de identificação. Isso porque o documento antigo trazia impresso o enunciado "tem fé pública em todo o território nacional", do Decreto n. 29.079, de dezembro de 1950, que regulamentava as carteiras expedidas pelos ministérios e órgãos subordinados à Presidência da República. Por falta de regulamentação específica, utilizava-se o mesmo enunciado também para a identidade funcional dos órgãos do Judiciário, inclusive para o STJ.

Devido a essa falta de regra para os órgãos da Justiça, o decreto foi revogado pelo Decreto n. 5.703, de 15/2/2006, que trata apenas dos cartões de identidade funcional emitidos pelos ministérios e órgãos da Presidência e Vice-Presidência da República. E, como não há referência às carteiras expedidas pelo Judiciário nesse último decreto, a maioria das instituições públicas não admite o uso da carteira como documento de identificação.

A Secretaria de Gestão de Pessoas já está confeccionando as novas identidades. Os servidores interessados deverão levar ao Setor de Registros de Pessoas, que fica no 3º andar do prédio da Administração, apenas uma foto 3x4. A troca não é obrigatória, mas todos que desejarem podem requerer a nova identidade. ▪

Leane Ribeiro – leane.ribeiro@stj.jus.br
Carolina Nonato – carolina.nonato@stj.jus.br

Fotos: Luiz Antonio



Fazer a nova carteira é simples e rápido

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

Edição Especial

FEVEREIRO 2009

Ano XIV - nº 46

O STJ bem perto de você!

ACORDO ORTOGRÁFICO

Países de língua portuguesa assinaram documento em 1990. Brasil é o primeiro a cumprir

Por uma escrita única

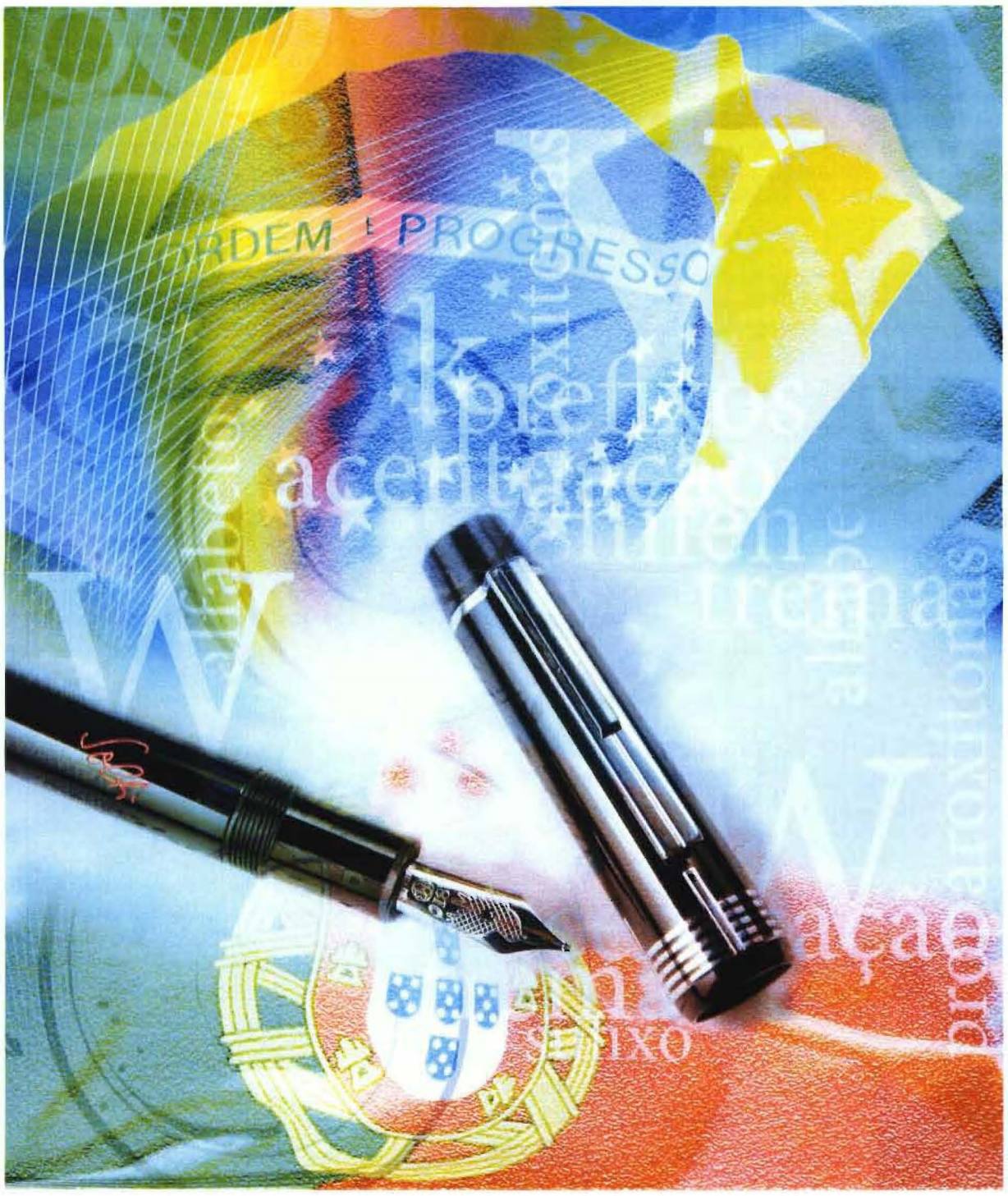
Há quem ache que não havia mais o que inventar. Há aqueles que defendem que, sendo um elemento vivo, a língua portuguesa tem sempre de se reinventar. Polêmica à parte, a verdade é que o novo Acordo Ortográfico já está valendo e veio para ficar – ainda que a obrigatoriedade de sua exclusiva aplicação se dê apenas a partir de 2013.

A ideia – e não estranhe a falta do acento – desse documento internacional entre os países lusófonos é unificar a ortografia do idioma. A exemplo do que já aconteceu com o castelhano, que, embora apresente variação na pronúncia e no vocabulário entre a Espanha e a América espanhola, tem uma ortografia única e regulada pela Associação de Academias da Língua Espanhola, explica o professor Marcelo Paiva, conhecido no Superior Tribunal de Justiça (STJ) pelos cursos de português que oferece com frequência nas salas de treinamento da Casa.

Como destaca o professor de português, pós-graduado em Comunicação Social e especialista em Português Jurídico, Linguística e Direito Público, que atualmente se divide entre o Brasil e Portugal, também o inglês, o francês e diversos outros idiomas possuem ortografia única. "As diferenças no uso da linguagem existem, mas as normas ortográficas são padronizadas. Das grandes línguas ocidentais, apenas o português mantinha-se dividido."

No STJ, a aplicação está sendo imediata. No gabinete da Presidência, os assessores já podem adotar as formas incontroversas, mas a medida é facultativa já que as novas regras conviverão com as antigas até 2012. O Manual de Redação do STJ vai passar por revisão, mas esse trabalho ainda não tem data para começar.

Por enquanto, cada um deve prestar atenção especial às regras. Estas só chegarão aos computadores depois que a Microsoft desenvolver e disponibilizar no mercado uma versão de corretor ortográfico com as mudanças. Só aí a Secretaria de Tecnologia da Informação vai poder munir nosso parque tecnológico com a ferramenta e facilitar a vida dos usuários.



> "Das grandes línguas ocidentais, apenas o português mantinha-se dividido."

Há um século

Essa história começou há mais de cem anos. Segundo o professor Marcelo Paiva, a primeira proposta oficial de unificação veio do Brasil em 1907, sem que tenha havido interesse por parte de Portugal. Quando aquele país se tornou uma república, houve uma manifestação muito grande por lá para unificar o idioma. Vários estudos foram realizados, mas, dessa vez, foram os brasileiros que não concordaram com as propostas.

Novas tentativas se deram em 1911, 1924, 1931, 1945, 1971, 1973 e 1975, mas havia um desencontro entre os dois países. Em 1986, foi assinado um memorando no Rio de Janeiro, com representantes do Brasil, de Portugal e de cinco países africanos. Em 1990, finalmente, foi assinado o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. No ano passado, o governo brasileiro resolveu impulsionar sua aplicação e assinou decreto estipulando prazos para a entrada em vigor do acordo, explica-nos o professor.

O Brasil é o primeiro país lusófono a aplicar as mudanças estabelecidas no Acordo Ortográfico. Os meios de comunicação e o mercado editorial brasileiro têm sido bem favoráveis às mudanças e as principais revistas e jornais já adotaram a nova ortografia.

Prós e contras

Mas há algum benefício nas novas regras? Essa é a pergunta que não quer calar!

Para Marcelo Paiva, há vantagens e desvantagens. "Como qualquer mudança, também esta apresenta uma certa resistência em alguns setores da sociedade", pondera. Lecionando aqui e em Portugal e favorável ao acordo, o professor acredita que, entre aspectos positivos e negativos, as alterações serão muito benéficas. "A globalização impõe uma internacionalização do idioma. As mudanças são muito poucas no Brasil. Portugal terá mais trabalho", acredita.

> "Como qualquer mudança, também esta apresenta uma certa resistência em alguns setores da sociedade"

Ele cita como desvantagem o prejuízo de muitas publicações já editadas. No entanto as próprias editoras comemoram o acordo, completa. Além disso, todos os servidores dos órgãos públicos, professores e diversos profissionais deverão passar por treinamento, o que envolve gastos.

Para a professora Nelma Alves, que leciona Português em Ceilândia, aparentemente se retirou o que havia de mais fácil. "Os acentos nos ditongos abertos eram de aplicação lógica para os alunos e a inclusão de alguns hifens mais atrapalha que ajuda na aplicação do sinal gráfico."

Nesse aspecto, Marcelo Paiva concorda com a colega. "Acho que os brasileiros sofrerão um pouco, principalmente na ausência do acento dos ditongos *oi* e *ei* nas palavras paroxítonas e nas regras do hífen com encontro de vogais". Contudo ele acha que, em geral, as novas regras facilitam muito o aprendizado.

Como vantagem, Paiva aponta que a língua portuguesa passa a ser expressa de uma só forma em todo o mundo. "Documentos internacionais, cursos, expressões jurídicas e tantas outras partes serão beneficiadas. A ortografia se torna mais técnica também. Aos poucos, estamos tirando de nosso idioma regras etimológicas arcaicas e sem sentido."

Para alguns, os prós vão muito além. Afinal, grande parte das mudanças privilegia a fonética, ou seja, o som, aproximando a língua escrita da língua falada.

Se no Brasil há críticos e adeptos, em Portugal a questão também está bem dividida. O que o professor tem observado naquele país é que, no universo acadêmico, a aprovação é total. Algumas universidades já adotaram o acordo antes mesmo de o governo se posicionar. "Ocorre que, diferente do Brasil, a imprensa portuguesa não colabora", explica.

O que se percebe, acredita, é que muitas pessoas sabem da necessidade das alterações, mas os portugueses são muito tradicionais e avessos a mudanças. "Principalmente, quando eles terão que mudar mais do que nós." A desinformação é enorme e, normalmente, eles recebem a notícia de que o Brasil lhes impõe as novas regras. "Acho que Portugal tem muito a ganhar e não está sabendo usar a seu favor."

No Brasil, a seu ver, a desinformação também é grande, mas os grandes jornais vêm fazendo campanhas informativas. "Acho que os órgãos públicos devem estimular internamente a divulgação do acordo, pois eles são exemplos seguidos em todo o país", conclui. ▪

Adeus ao Trema

Para quem não sabia como usar aqueles tradicionais dois pontinhos em cima do *u* que também se sobrepõem a certas vogais para indicar que devem ser pronunciadas separadamente da vogal que as precede, a notícia é boa. O trema não existe mais.

Também foram oficializadas aquelas três letrinhas usadas a torto e a direito nos nomes próprios: *k*, *w* e *y*.

Mas a maior parte das mudanças envolve a acentuação gráfica e o hífen. Por exemplo, desaparecem o acento agudo nos ditongos abertos *oi* e *ei*, o diferencial, como na forma "pára" e o circunflexo das palavras com os hiatos "ee" e "oo", como em voo, por exemplo. Também foi extinto o acento agudo no "u" tônico nos grupos *gue, gui, que* e *qui*.

O hífen vai dar pano para muita manga ainda, apesar de algumas mudanças serem incontroversas. É o caso dos prefixos *hiper, inter* e *super*, que serão separados das palavras iniciadas por *h* ou *r*. A nova utilização do sinal, contudo, já levou a Academia Brasileira de Letras (ABL) a lançar uma nova edição de seu dicionário para esclarecer a matéria. Os principais pontos dizem respeito aos prefixos *co* e *re*, que permaneciam uma incógnita. ▪

SOS

Para quem quer se atualizar ou dirimir as dúvidas, há várias publicações disponíveis no mercado. O especialista em ortografia e doutor em Letras Maurício Silva lançou, pela Editora Contexto, o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: o que muda, o que não muda.

Mas as gramáticas estão sendo disputadas a tapa nas livrarias. As mais procuradas são as do Bechara e do Houaiss. É o caso também do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa (a segunda edição, pois a primeira veio com incorreções), da ABL. Para adquiri-los, é necessário fazer reserva nas principais livrarias da cidade.

As opções são enormes na web. O Portal da Língua Portuguesa é uma excelente opção para quem quer conhecer a fundo o teor do novo acordo. De origem lusitana, o sítio oferece recursos para acesso a informações da língua, direcionado a estudantes e professores, profissionais de todas as áreas. Lá, há todos os acordos firmados anteriormente. Em relação ao de 1990, aborda as mudanças ponto a ponto. Fique atento ao endereço: www.portaldalinguaportuguesa.org.

GUIA PRÁTICO

Alfabeto – Ganha três letras

Como era	Como fica
23 letras	26 letras: inclusão do k, w e y

Trema – Suprimido, exceto dos nomes estrangeiros

Como era	Como fica
Cinqüenta, tranqüilo, freqüente, Müller	Cinquenta, tranquilo, frequente, Müller

Acentuação

Regra 1 – Não se usa mais acento nos ditongos abertos **ei** e **oi** das paroxítonas

Como era	Como fica
Idéia, epopéia, apóio, jóia, platéia, alcatéia	Ideia, epopeia, apoio, joia, plateia, alcateia

Regra 2 – Não se acentua mais o **i** ou **u** tônicos depois de ditongos nas paroxítonas

Como era	Como fica
Feiúra, tauísmo	Feiura, tauismo

Regra 3 – Supressão do acento circunflexo das palavras com os hiatos **eem** e **oo** (s)

Como era	Como fica
vôo, côo, enjôo, vêem, crêem e dêem	voo, coo, enjoo, veem, creem, deem

Regra 4 – A maioria das palavras perde o acento diferencial

Como era	Como fica
Pára, péla, pêlo e pólo	Para, pela, pelo, polo

Exceções

Pôr (verbo); pôde (verbo poder no pretérito); fôrma (acento opcional). E as formas **têm** e **vêm** (verbos **ter** e **ir** na terceira pessoa do plural no presente do indicativo)

Regra 5 – Não se acentua mais o **u** forte nos grupos **gue**, **gui**, **que** e **qui** dos verbos como arguir, averiguar, apaziguar, redarguir, enxaguar

Como era	Como fica
Argúi, enxagúe, averigúe	Argui, enxague, averigue

Hífen

Prefixos e pseudoprefixos	Usa-se hífen
Agro, ante, anti, arqui, auto, contra, extra, infra, intra, macro, mega, micro, maxi, mini, semi, sobre, supra, tele e ultra	Antes de **h** ou palavra iniciada por vogal igual à última do prefixo
Hiper, inter e super	Antes de **h** e **r**
Sub	Antes de **b**, **h** ou **r**
Pan e circum	Antes de **h**, **m**, **n** ou vogais

Casos de uso obrigatório	Exceção
Quando primeiro elemento terminar com vogal ou consoante igual à letra que inicia o segundo elemento	Com o prefixo **co-** e nos casos de **r** e **s**
Com os prefixos **ex** (como estado anterior ou cessamento), **sota**, **soto**, **vice** e **vizo**	Não há exceção
Nos compostos com os prefixos **além**, **aquém**, **recém** e **sem**	Não há exceção
Com os prefixos tônicos acentuados **pós**, **pré** e **pró** com o segundo elemento com vida à parte	Formas átonas não são acentuadas
Com os sufixos de origem tupi-guarani, quando o primeiro elemento termina em vogal tônica	

Casos em que não se emprega mais o hífen

Quando o primeiro elemento termina em vogal e o segundo começa com **r** ou **s**, devendo dobrar a consoante

Quando a última vogal do primeiro elemento e a primeira do segundo são diferentes

Regina Célia Amaral – regina.amaral@stj.jus.br, com a colaboração de Mari Lúcia Del Fiaco – mari.fiaco@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XIV - nº 47 MARÇO 2009

SAÚDE

Com zelo e profissionalismo, Seção de Fisioterapia "conserta" muita gente

Ossos do Ofício

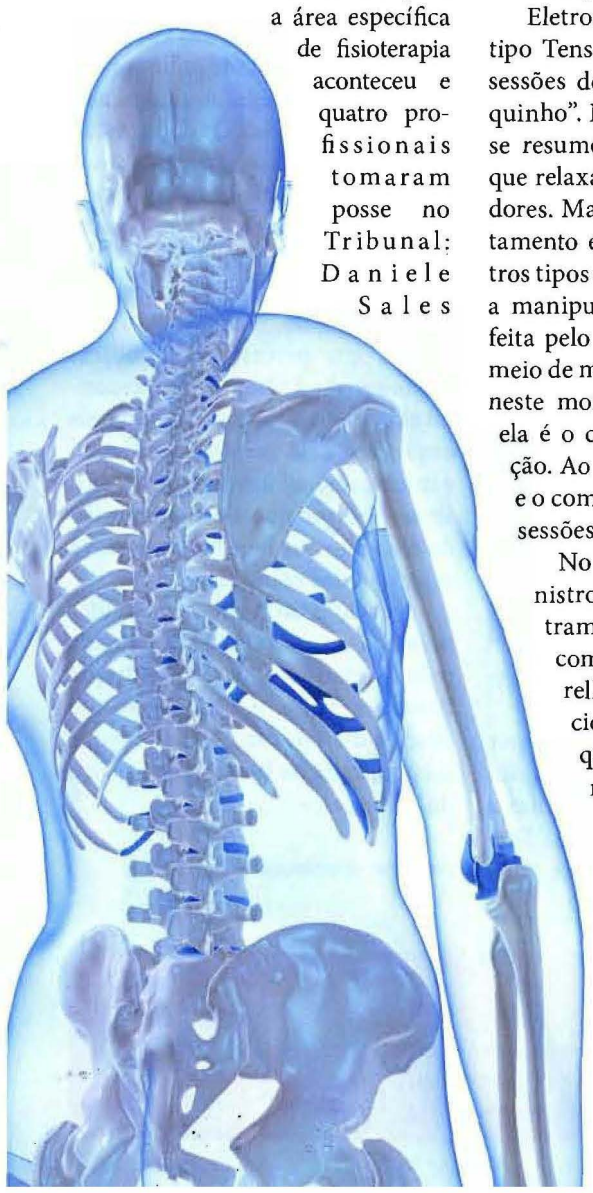
STJ 20 anos
O Tribunal da Cidadania

Estica, dobra, torce, endireita, força, puxa, amarra, alonga... Malhação? Tortura? Ou uma mistura dos dois? Brincadeira à parte, existe um setor no Tribunal que está sempre em busca da plena harmonia do corpo para uma vida mais saudável: é a Seção de Fisioterapia.

A ideia de que o Tribunal tivesse uma área de fisioterapia surgiu ainda no antigo prédio do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR), um projeto do dr. Bonfim Abrahão Tobias. Para tanto, foi requisitada a fisioterapeuta Maria Amélia Queiroz. "Eu era paciente do dr. Bonfim e ele me convidou para montar o serviço. Assim que a nova sede foi inaugurada, a fisioterapia começou a funcionar. Éramos só duas profissionais, mas, desde o início, a proposta foi desenvolver um trabalho no qual os próprios fisioterapeutas atendessem os pacientes e não os auxiliares, como era comum acontecer nas clínicas de fisioterapia", relembra Maria Amélia.

Concurso

Em atividade desde 1995, a seção foi crescendo em importância e tamanho. No ano de 2000, o primeiro concurso para a área específica de fisioterapia aconteceu e quatro profissionais tomaram posse no Tribunal: Daniele Sales Maia, Anna Flávia Coutinho Naves, Adilson da Silva Sales e Marise Severo, que atualmente é responsável pelo Comitê de Ergonomia da Casa e não atende a pacientes.



Hoje, a equipe é formada pelos quatro fisioterapeutas que se revezam para atender das 7h30 às 19h, sem interrupção, no sistema de escala. A fim de facilitar o atendimento, duas auxiliares de serviços gerais estão a postos para arrumar as macas, preparar o gelo, ligar a máquina de parafina... Na recepção, estão mais três pessoas e uma estagiária.

Cada fisioterapeuta é responsável por nove pacientes. Eles chegam à unidade com os mais variados problemas: fraturas, luxações, hérnias de disco, dores lombares ou na cervical (região do pescoço)... Frutos de quedas, acidentes de trânsito ou mesmo de posturas erradas no trabalho e também na hora de dormir. "Aqui, nós buscamos a visão do todo, global. Não nos interessa apenas a parte do corpo afetada, pois o importante é investigar os hábitos de vida do paciente", esclarece Daniele Maia.

Choquinho

Eletroestimulador transcutâneo tipo Tens ou, para os íntimos das sessões de fisioterapia, o tal "choquinho". Para muitos, a fisioterapia se resume ao uso desse aparelho, que relaxa o músculo afetado pelas dores. Mas não se engane. Um tratamento eficaz envolve muitos outros tipos de máquinas, assim como a manipulação da parte lesionada feita pelo próprio profissional, por meio de massagens e trações. A dor, neste momento, é inevitável, mas ela é o caminho para a reabilitação. Ao paciente resta a paciência e o comprometimento de levar as sessões a sério.

No 9º andar do edifício Ministros I, os pacientes encontram vários equipamentos com nomes estranhos: aparelho diatermia OC, conhecido como ondas curtas, que emite calor profundo; máquina de crioterapia (fabrica gelo), usada no processo de desinflamação; turbilhão para membros inferiores e superiores, uma espécie de hidroterapia, e equipamento de tração mecânica e pneumática, que trata os problemas lombares e cervicais. Além desses, há uma esteira, uma bicicleta ergométrica, banho de parafina e aparelho de ultrassom, agindo nos processos inflamatórios, no relaxamento muscular e no alívio da dor.

A equipe e o inseparável esqueleto Expedito. Clima acolhedor é parte da terapia.

Entretanto o que faz da Seção de Fisioterapia do STJ uma unidade reconhecida pela excelência é a qualidade dos seus profissionais, que estão sempre atualizados com os avanços das técnicas de tratamento. Todos os anos, a equipe participa de vários cursos, seminários e palestras e traz para o Tribunal a bagagem de quem gosta do que faz. "Os casos mais desafiadores são os das dores crônicas, quando conseguimos reverter um quadro de indicação cirúrgica para um quadro de estabilidade promovido pela mudança de hábitos posturais e prática de exercícios. É uma vitória, um estímulo muito grande", vibra Daniele.

Assim aconteceu com a servidora Stael Ulhôa, do gabinete do ministro Hamilton Carvalhido. Ela chegou a passar um mês de cama e a perder os movimentos dos dedos dos pés por causa de uma hérnia de disco. Após o tratamento na Seção de Fisioterapia, a história de dor intensa e provável cirurgia mudou de rumo: "Não estou sentindo mais nada. Fiquei simplesmente encantada com o atendimento da Fisioterapia. Eu falava da fisioterapeuta para a família, para os amigos, para todo mundo. A dedicação e a competência da equipe, que é coesa e cooperativa, valoriza e personaliza o atendimento. Só tenho elogios a fazer", conclui a servidora.

Inovações

Muita demanda e pequeno número de profissionais. Esta é a realidade da Seção de Fisioterapia, que no ano passado fez mais de 4,5 mil atendimentos. Com o objetivo de diminuir o tempo de espera para a marcação das consultas, a unidade começou a testar um novo sistema de agendamento.

Após pesquisar os métodos de marcação adotados por outros setores de Fisioterapia como o da Câmara dos Deputados, a unidade decidiu implementar um dia fixo para atender quem, por indicação médica, precisa iniciar o tratamento fisioterápico. O servidor interessado deve ligar às segundas-feiras para marcar sua consulta. O ramal para agendamento é o 6525.

Caso haja disponibilidade de vaga, o atendimento será agendado imediatamente. Do contrário, a pessoa deve voltar a ligar na próxima segunda para tentar marcar a avaliação inicial. A proposta é agilizar a marcação de consultas, visando atender todos os que procuram tratamento.

É importante ressaltar que casos de pós-operatório têm prioridade, não sendo necessário utilizar o sistema de marcação convencional. Após liberação do médico responsável para a prática das sessões de fisioterapia, o interessado deve se dirigir à unidade a fim de agendar sua consulta.

Para que o atendimento seja realizado, é obrigatório apresentar o pedido médico com Código Internacional de Doenças (CID), trazer exames de imagem tais como raios x, ressonância magnética, tomografia computadorizada, entre outros, e vestir roupas adequadas à prática de exercícios físicos (short, bermuda, camiseta ou tops confortáveis).

Mas a Fisioterapia avisa que o paciente que não comparecer à consulta marcada perde automaticamente a sua vaga. Para novo agendamento, deve contatar o ramal 6525 e aguardar a disponibilidade de horários.

E as inovações não vão parar por aí. A unidade espera implementar a técnica de Pilates, na modalidade de reabilatação, no segundo semestre deste ano. A equipe também pretende revitalizar a prática de isostreching, que é um tipo de alongamento em cadeia, nos moldes da Reeducação Postural Global (RPG), porém feito em grupo. ▪

Luciana Assunção - luciana.assunção@stj.jus.br

SEGURANÇA

Sistema de acesso ao Tribunal muda para facilitar a circulação interna e melhorar o controle

Segurança na era digital

Fotos: Luiz Antônio

De olho na mudança: novo sistema é testado

Vanguarda em segurança entre os órgãos públicos, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) está modernizando seu sistema de acesso ao complexo da sede. Todos os 15 pontos de ingresso ao STJ receberão novas catracas, equipamentos de raios x e pórticos. Crachás digitais e com novo leiaute já estão sendo distribuídos aos servidores, estagiários e terceirizados pelo setor de credenciamento pela Secretaria de Segurança. O recadastramento está sendo realizado em ordem alfabética e é agendado pelo e-mail corporativo de cada pessoa convocada. A expectativa é confeccionar até 150 crachás por dia.

"As mudanças vão melhorar o monitoramento de quem ingressa e circula pelo STJ e, de quebra, facilitar o vaivém dos servidores", garante o secretário de Segurança, José Ximenes. Em dias de sessão de julgamento, cerca de oito mil pessoas ingressam no STJ; quando há eventos abertos ao público externo, esse número pode chegar a 10 mil.

O secretário de Segurança explica que as catracas localizadas nas portarias do subsolo foram deslocadas para fora dos prédios. A medida vai proporcionar uma espécie de corredor para livre circulação desde o edifício dos Plenários até o da Administração.

Até o final de março, o sistema estará pronto para entrar em funcionamento e, por um prazo de 30 dias, ficará em fase de teste. O número de catracas aumentou de 37 para 43. Mas o uso dos aparelhos de raios x e dos detectores de metal ainda depende de regulamentação interna.

Outra mudança vai afetar somente os servidores que têm direito à vaga na garagem (CJ-3 e CJ-4). O acesso para estacionamento não será mais feito pela entrada da portaria principal, à frente do edifício dos Plenários, mas por uma nova cancela instalada na entrada leste, próxima ao local em que está sendo construído o novo restaurante. A entrada do veículo será liberada por meio do crachá pessoal do servidor, e não mais da credencial antiga.

Desde dezembro, servidores da área de segurança e vigilantes terceirizados vêm realizando treinamento para operar os novos equipamentos. O credenciamento de visitantes também será aperfeiçoado: além de fotografar a pessoa, o novo sistema vai digitalizar o documento apresentado, o que garante confiabilidade às informações prestadas. ▪

Sheila Messerschmidt -sheila.messer@stj.jus.br

O QUE MUDA

Catracas

Foram substituídas por equipamentos modernos. A leitura do crachá é feita na parte superior da catraca. Uma luz verde acende quando a pessoa estiver autorizada a passar.

Crachá

Mais leve e moderno, o novo crachá tem um chip interno que permite o armazenamento de mais dados do servidor, o que poderá ser aproveitado por outros setores do Tribunal. Junto com o crachá, serão fornecidos um suporte plástico e um cordão com o nome do Tribunal, o que ajudará na identificação do pessoal interno.

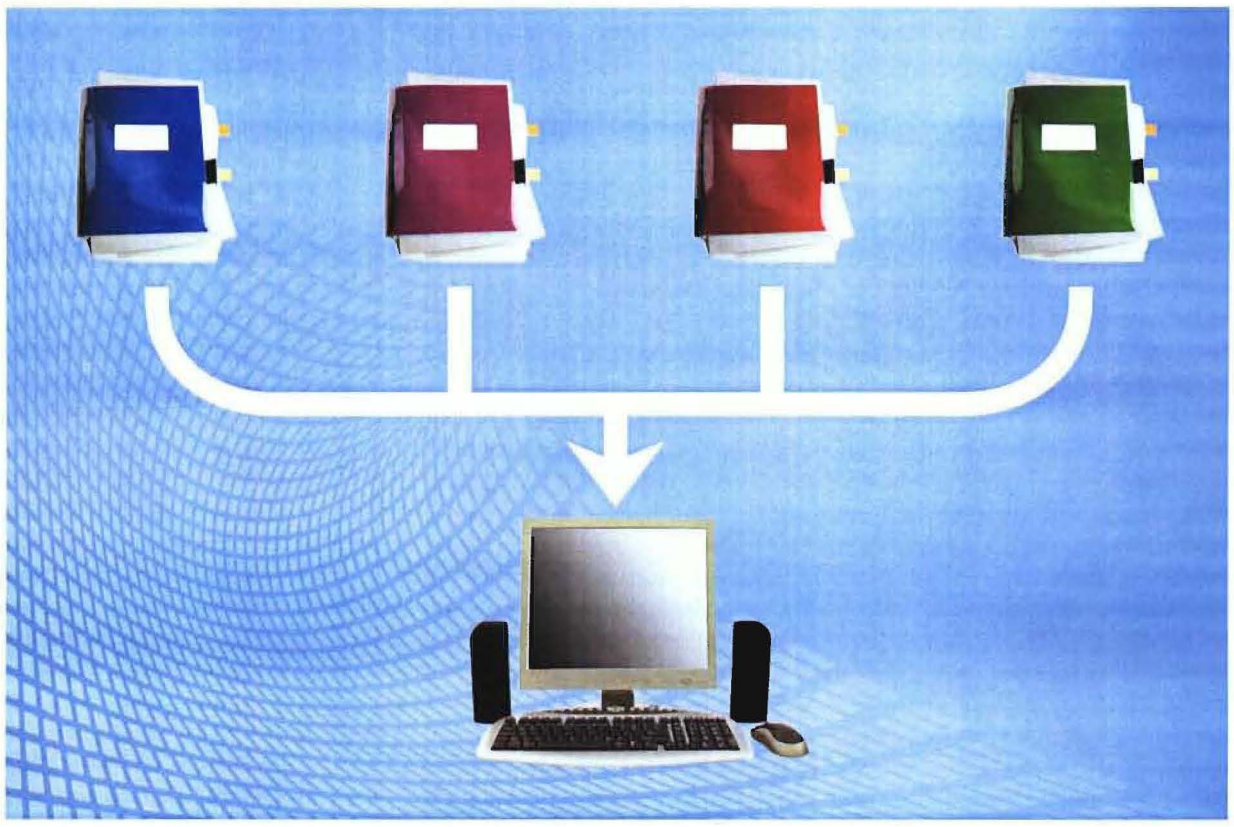
Raios x e pórtico detector de metal

Haverá equipamentos de raios x e pórticos detectores de metal em todas as portarias internas de acesso a prédios do STJ. O início da operação dos equipamentos vai aguardar a publicação de uma portaria da Presidência que regulamentará o acesso de pessoas e veículos às dependências do STJ, em substituição ao Ato n.° 148, de 1° de agosto de 2006.

DOCUMENTOS

Comitê Gestor recém-criado prevê otimizar a gestão dos documentos e processos administrativos

Eficiência e Rapidez



Os números de documentos administrativos que circulam pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) vêm crescendo ano a ano. Desde a criação do tribunal, o aumento foi de mais de 1050%. Para conseguir organizar toda essa papelada, otimizando a forma de organização, uso e acesso desses documentos, o STJ conta agora com um Comitê Gestor do Programa de Gestão Documental Administrativa, o Agilis.

Formado por 11 servidores, o comitê vem com a tarefa de analisar e implantar a metodologia de gestão arquivística de todos os documentos administrativos, seja em suporte convencional ou eletrônico.

Mas o que vem a ser isso? Segundo o coordenador de Guarda e Conservação de Documentos, Wilmar Barros de Castro, que também coordenará o comitê, o Agilis "surgiu da necessidade de cumprirmos a legislação arquivística e desenvolver no Tribunal gestão da informação, e não de dados acumulados".

Dentre as funções do comitê está a identificação e classificação dos processos quanto ao grau de complexidade, além de propor ações de melhoria quanto aos procedimentos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento.

Além de garantir uma melhor organização e preservação do legado informacional administrativo do STJ, o programa trará impactos positivos ao projeto de responsabilidade socioambiental, uma vez que, no primeiro ano, poderá haver a economia de até 40% do consumo de papel nas unidades administrativas e de 80% no segundo ano, a ser atingida com a implantação de um sistema informatizado e do processo eletrônico administrativo.

E as vantagens não param por aí. A organização de toda essa documentação também vai facilitar a localização dos documentos. Pesquisas comprovaram: entre 20% a 30% do tempo das pessoas são perdidos localizando e recuperando informações. Uma empresa de auditoria constatou que, em média, gastam-se 150 horas/ano procurando, localizando, solicitando e esperando documentos. No setor público, essa realidade pode ser um pouco pior, gerando, muitas vezes, bastante retrabalho. Os dados estão em material divulgado pela Coordenadoria de Guarda e Conservação de Documentos (CDOC) quando da divulgação do Projeto (Re) Criando Informações Estratégicas.

Esse projeto, desenvolvido pela CDOC em parceria com outras unidades do Tribunal, foi responsável por introduzir a metodologia arquivística de gestão documental e informacional à realidade do STJ. Pode-se dizer que ele é o embrião do trabalho que hoje começa com a criação desse comitê.

A criação do Agilis está regulamentada na Portaria 141, assinada pelo diretor-geral do STJ, Athayde Fontoura Filho, e está vigorando desde o dia 4 de março, data em que foi publicada no Boletim de Serviço do Tribunal. ▪

Alex Lima - alexl@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

ABRIL 2009

Ano XIV • nº 48

STJ 20 anos

Alunos do Centro de Ensino Fundamental 504 Samambaia Sul

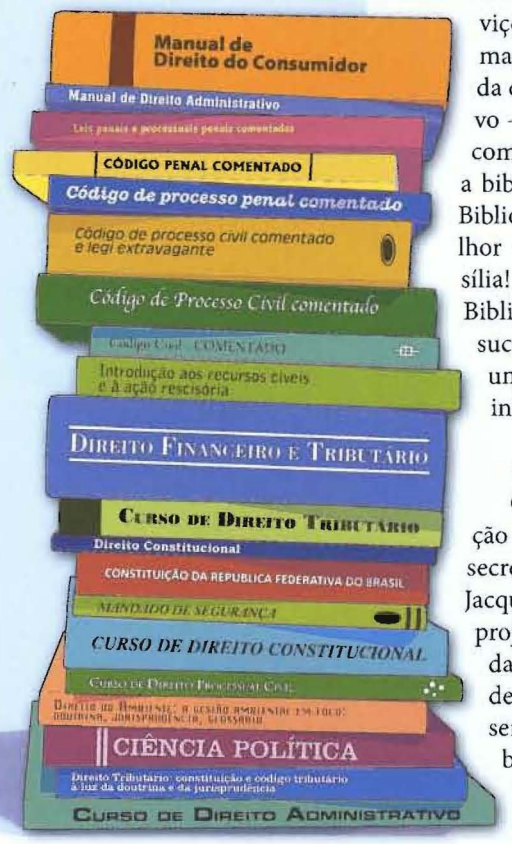
EDIÇÃO ESPECIAL STJ 20 anos

Editorial

Em comemoração aos 20 anos da instalação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a equipe do jornal Informe-se produziu uma edição especial para mostrar um pouco da trajetória do Tribunal e os desafios que enfrenta com o objetivo de oferecer à sociedade uma justiça mais ágil e eficaz.

Paralelo às atividades judiciais, o jornal traz os personagens que construíram essa história: são homens e mulheres que contribuem com as idéias e ações que fazem deste um bom lugar de trabalho e que, em alguns casos, até amor encontraram por aqui. A edição mostra ainda a rica atividade cultural, com exposições, projetos socioeducativos e o vasto acervo da Biblioteca.

Uma edição para marcar esta data importante e valorizar o maior patrimônio do Tribunal: seus servidores qualificados e comprometidos, seus estagiários ávidos por conhecimento e terceirizados responsáveis e competentes que equilibram a balança do trabalho intenso desta Casa da Justiça.



TRIBUNAL

E os caixotes de livros da Biblioteca se transformaram em arquivos eletrônicos...

A busca do saber agora é digital

Com 60 anos de existência – três vezes a idade do Tribunal –, a Biblioteca do STJ apresenta sempre uma novidade a seus usuários – tudo com o objetivo de aprimorar a excelência no atendimento. Em 1989, o acervo da Biblioteca compreendia 30 mil livros. Hoje, são 160 mil, um crescimento de mais de 533% em 20 anos. Paralelo ao acervo em papel, os usuários também têm acesso a 425 DVDs do Telejur sobre diversos assuntos ligados ao Direito.

Outra opção para o usuário é a Biblioteca Digital Jurídica do STJ (BDJur), ligada à rede de bibliotecas digitais dos órgãos do Judiciário e auxiliares que leva o mesmo nome. Os números atestam o sucesso da iniciativa. A BDJur atende cerca de 40 mil usuários cadastrados e registra mais de um milhão e 500 mil consultas *on line*. A base de dados oferece mais de 14 mil documentos sobre doutrina, obras raras, entre outros, além de dez mil atos administrativos do Tribunal.

O fichário – com Dilke Salgado – dá lugar aos sitemas digitais, hoje utilizados por Raquel

Primeiros passos

Aposentada, a ex-secretária de Documentação Dilke Salgado foi a responsável por montar a biblioteca do antigo TFR, no Rio de Janeiro, e posteriormente transferir o acervo para Brasília. "O ministro Amarílio Benjamin procurou, entre as estudantes de Biblioteconomia da Universidade de Brasília, quem aceitasse o desafio de montar a biblioteca que, em 1989, passou para o STJ. Eu me ofereci."

Então, Dilke, prestes a concluir o curso superior, viu-se em uma sala com 50 caixotes repletos de livros. Com pequena equipe de servidores, iniciou a organização do acervo, desenhou estantes, treinou funcionários... A Biblioteca do STJ dava os primeiros passos.

"A pesquisa em computador já existia desde o TFR por meio de uma parceria com o Prodasen e aqui fomos aperfeiçoando esse serviço. Ampliávamos as informações do Prodasen à medida que catalogávamos o acervo – tudo feito manualmente com o uso de fichários", conta a bibliotecária. "Hoje, a nossa Biblioteca é considerada a melhor na área jurídica de Brasília! Junto com o Tribunal, a Biblioteca se emancipou, fez sucesso e deu muitos frutos, uma verdadeira evolução da informação", destaca.

O que vem por aí...

Com a mesma disposição de Dilke Salgado, a atual secretária de Documentação, Jacqueline Neiva, coordena projetos em todos os setores da Secretaria, com o objetivo de melhorar ainda mais os serviços. Servidora do Tribunal há 19 anos, ela participa da caminhada da Corte rumo à era digital.

Dentro do projeto estratégico da atual Presidência do STJ, a Secretaria, por meio da Coordenadoria de Guarda e Conservação de Documentos (antigo Arquivo Geral), vai dirigir a automatização dos documentos administrativos da Casa. A exemplo dos processos judiciais, os autos administrativos passarão a ser eletrônicos.

A modernização da Biblioteca também é um dos grandes investimentos desta gestão. Além da mudança do *layout* do local e do projeto de oferta de autoatendimento, a Secretaria pretende adquirir um *software* para unificar os subsistemas do setor e proporcionar a oferta de novos serviços e produtos.

Jacqueline Neiva destaca, ainda, a atuação do Museu – outro setor ligado à Documentação. "O Museu é uma prova do esforço do STJ em ampliar o acesso do cidadão comum à Justiça. Atende idosos, estudantes de todo o Distrito Federal, além de promover várias exposições. Isso diminui a distância entre o Tribunal e aqueles que moram no entorno e teriam menos possibilidades de conhecer o STJ." ▪

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.jus.br

Em homenagem aos 20 anos do STJ, a Biblioteca e a BDJur apresentam os 20 livros mais utilizados pelos usuários e os 20 documentos digitais mais consultados. Vale conferir!

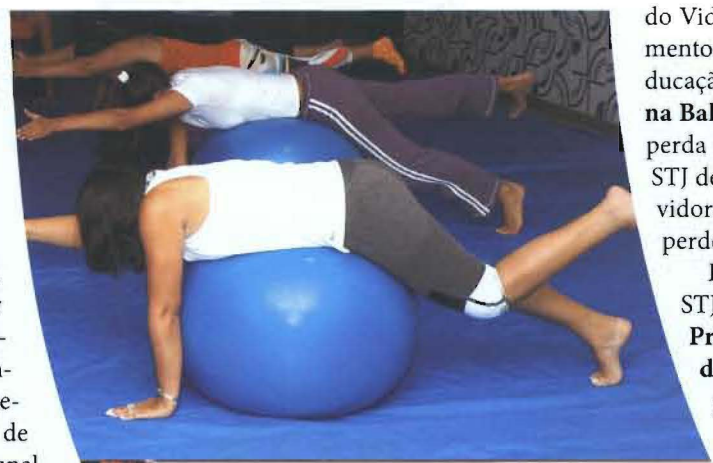
Livros (Biblioteca)	
Manual de direito do consumidor / Antônio Herman V. Benjamin, Claudia Lima Marques, Leonardo Roscoe Bessa.	Responsabilidade dos sócios: desconsideração da personalidade jurídica.
Manual de direito administrativo / José dos Santos Carvalho Filho.	Indenização por acidente de trabalho
Leis penais e processuais penais comentadas / Guilherme de Souza Nucci.	ICMS: substituição tributária.
Código penal comentado / Guilherme de Souza Nucci.	Assédio moral no trabalho.
Código de processo penal comentado / Guilherme de Souza Nucci.	Inovações no Código Civil Brasileiro.
Código de processo civil comentado e legislação extravagante / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery.	Súmula vinculante.
Código civil comentado / Nelson Nery Junior, Rosa Maria de Andrade Nery.	Contribuição previdenciária dos servidores públicos.
Introdução aos recursos cíveis e à ação rescisória / Bernardo Pimentel Souza.	Relativização da coisa julgada e inconstitucionalidade de lei por declaração do STF.
Direito financeiro e tributário / Kiyoshi Harada.	Homologação de sentença estrangeira.
Curso de direito tributário / Ives Gandra da Silva Martins, coordenador; Agostinho Toffoli Tavolaro... [et al.].	Dos Delitos e das Penas.
Direito constitucional / Alexandre de Moraes.	Juizado de pequenas causas.
Constituição da República Federativa do Brasil: de 5 de outubro de 1988 / Alexandre de Moraes, organizador.	Agravo de instrumento.
Mandado de segurança: / ação popular, ação civil pública, mandado de injunção (...) municipal. Hely Lopes Meirelles.	Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor e no Novo Código Civil.
Curso de direito constitucional / Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mártires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco.	Hipossuficiência de uma das partes na relação de consumo com pessoas jurídicas.
Curso de direito processual civil: 4 Volumes, Processo coletivo / Fredie Didier Jr., Hermes Zaneti Jr.	Organização Política do Brasil. O Poder Judiciário. Instrumentos da Política.
Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário / Édis Milaré.	Identificação do Poder Judiciário na Democracia Representativa. A Organização e o Funcionamento do Poder Judiciário em todas as instâncias.
Ciência política / Paulo Bonavides.	Juizado Especial Federal.
Manual da execução / Araken de Assis.	Jurisprudência como Fonte do Direito e o Aprimoramento da Magistratura.
Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência / Leandro Paulsen.	O Princípio da Segurança Jurídica: supremacia constitucional.
Curso de direito administrativo / Celso Antônio Bandeira de Mello.	A assistência do Novo Código de Processo Civil.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes, Luciana Assução e Lumi Kihara • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Gráfica do CJF • **Tiragem:** 4 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.jus.br

A preocupação com a qualidade de vida dos que trabalham aqui

O STJ é tudo de bom!



Qualidade de vida, bem-estar, vida ativa, saúde, prevenção, alvorecer... Eis a combinação do que o STJ oferece a seus servidores em busca da valorização do ser humano e promoção de um ambiente de trabalho prazeroso! Em 20 anos de existência, o Tribunal lançou vários projetos piloto. As ações de vanguarda são reconhecidas pelos servidores e até pelo público externo.

Em rápida análise feita pela redação do Informe-se sobre os principais projetos, chegou-se a comparar o STJ aos antigos CIEPs (escolas criadas por Leonel Brizola para oferecer educação em horário integral aos estudantes). Se o servidor une sua carga horária de trabalho (mínimo de seis horas) com a participação em programas que o Tribunal oferece (grupos anti-estresse, atividades físicas, etc.), ele pode ficar o dia inteiro na Casa – e com satisfação garantida!

Qualidade

Aumentar a autoestima, reduzir taxas de sedentarismo, promover o bem-estar psicológico, diminuir ausências no trabalho, melhorar o ambiente organizacional, reduzir o estresse do dia a dia. Ufa! Quanta coisa! E isso é apenas parte dos objetivos do **Programa de Qualidade de Vida do STJ**, em funcionamento desde 2000. O programa reúne uma série de atividades – Vida Ativa, Controle de Peso, entre outros.

Mexa-se!

Atividades físicas diárias, mensais, semestrais e anuais. Esse é o **Projeto Vida Ativa**, que oferece ioga, pilates, alongamento, circuito *training*, ginástica localizada, dança de salão, *spinning* e aerobox. Animou-se? Consulte a grade horária na página do Vida Ativa na intranet e faça sua inscrição.

Se você não quer sair do seu ambiente de trabalho, uma boa opção é a **Ginástica Laboral**. Quinze minutinhos, geralmente duas vezes por semana, e você poderá evitar o desenvolvimento de doenças relacionadas a esforços repetitivos. Um profissional da área de educação física vai ao local de trabalho nos dias e horários agendados pela equipe solicitante.

Para quem deseja unir esporte com o romantismo da lua cheia, o STJ tem a opção da **Caminhada da Lua**. A atividade não requer preparo físico e conta com apoio da segurança da Casa. Sob a luz da lua cheia, servidores e familiares caminham pelos arredores do Tribunal. A primeira Caminhada de 2009 está prevista para 7 de maio. Agende essa data!

Saúde é o que interessa

A Secretaria de Serviços de Saúde oferece atendimento de enfermagem, de serviço social, psicológico e várias **especialidades médicas e odontológicas** a servidores e dependentes, no próprio Tribunal, além de programas de medicina preventiva.

O **Pró-Ser** – Plano de Saúde dos Servidores do STJ e do CJF – é considerado um dos melhores do serviço público federal. O plano atende 12.254 beneficiários, entre magistrados, servidores e dependentes, por meio de 479 contratos com instituições de saúde, 238 na área médica e 241 na odontológica – abrangendo todos os grandes hospitais e clínicas de Brasília.

E se o servidor adoecer fora de Brasília? O Pró-Ser tem contrato com o Plano Gama Saúde para atendimento fora da capital federal. Para quem segue tratamento contínuo a base de remédios, o Tribunal dispõe, ainda, da **assistência farmacêutica**.

Prevenir é o melhor remédio

Em matéria de prevenção, além do **exame periódico de saúde**, feito anualmente por servidores a partir dos 45 anos e a cada dois anos pelos demais, a Secretaria de Saúde promove programas em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). É o caso do **Programa Alvorecer**, que visa à prevenção e ao tratamento de dependência química para servidores e familiares, além de orientar gerentes na atuação diante desse tipo de problema no setor.

Aos portadores de diabetes mellitus é oferecido o **Programa de Atenção ao Diabético**. E para a melhoria do clima organizacional e até para orientação postural, o STJ tem o **Comitê de Ergonomia**, que atende chamados nos locais de trabalho.

Balança sem estresse

Além das atividades do Vida Ativa, o STJ oferece atendimento com nutricionistas para reeducação alimentar e o **STJ de Olho na Balança**, sucesso de público e de perda de peso! Em três edições, o STJ de Olho na Balança ajudou servidores, estagiários e terceirizados a perder quase uma tonelada e meia.

E se o problema é estresse, o STJ também tem a solução. O **Programa de Gerenciamento do Estresse** promove grupos para o combate a esse problema por meio do autoconhecimento e promoção da saúde física, emocional e mental. Outra boa dica contra o estresse é participar do **Coral** Corte em Canto.

Para controlar as contas, também fonte de estresse, a dica é o **Guia para a Saúde Financeira**, disponível na intranet (Serviço de Saúde/Programa de Qualidade de Vida/Guia da Saúde Financeira). Ah! Está sem carro? Não se estresse! O Tribunal tem **Transporte** saindo das cidades satélites pela manhã (chegada ao Tribunal às 7h) e com volta após o expediente da tarde (saída às 19h10) para servidores cadastrados.

Família feliz

As gestantes recebem atenção especial do STJ. A partir da 32ª semana de gravidez, já têm vaga reservada no estacionamento externo em local mais próximo da entrada do prédio. Também são oferecidos **cursos para elas**. Mas, é com o nascimento do bebê que o Tribunal mostra a preocupação com o bem-estar familiar. Nas instalações da Casa funciona, há dez anos, o **Berçário** com capacidade para 40 crianças com idade até um ano e dois meses.

E quando a criança está crescendo, os pais recebem o **auxílio-material escolar** para dependentes com idade de 7 a 14 anos e a **assistência pré-escolar** para crianças até os seis, com exceção dos bebês que estão no berçário. Atualmente, a Secretaria de Administração e Finanças, em parceria com a Associação dos Servidores do STJ, desenvolve o **Projeto Crescer** para a construção de creche para os filhos dos servidores.

Investimento em qualificação

Além de conceder adicionais de qualificação aos servidores com, pelo menos, 120 horas de treinamento e/ou pós-graduação, mestrado ou doutorado, a Corte promove concorrência interna entre os servidores no **Programa de Pós-Graduação** por meio do qual concede bolsas aos selecionados.

Quando a aposentadoria chegar...

O STJ também estará ao lado do seu servidor para ajudar na preparação para a nova fase da vida. Aos servidores que estão próximos da aposentadoria, o Tribunal desenvolve, por meio do **Programa Sempre é Tempo de Aprender**, atividades, durante um ano, sobre direitos e deveres, trabalho voluntário, projeto de vida, entre outros temas.

Tribunal-cidade

São tantas as atividades promovidas que o STJ é considerado uma verdadeira cidade! Além de tudo que acontece na sede, funcionam, em paralelo, o Clube da ASSTJ, para momentos de lazer, o Espaço Ecumênico, bancos, banca, salão de beleza, Correios, farmácia. Ufa! Uma edição do Informe-se é pequena para tanta coisa. Quer mais informações? Leia as páginas da intranet da nossa segunda Casa – o STJ – e participe! É tudo para você! ▪

Elaine Rocha
elaine.rocha@stj.jus.br

Garota esperta

Com menos de dois meses de Tribunal, a servidora Fernanda Klarmann conhece muito bem os benefícios do STJ. Aprovada em quatro recentes concursos para a área de informática – Corpo de Bombeiros do DF, STF, MPU e STJ, ela chegou a trabalhar um mês no MPU, mas optou pelo STJ após muita pesquisa, coisa de concurseira profissional.

"Durante meu curso superior tive a oportunidade de estagiar aqui, onde trabalhei com excelentes profissionais. Na época, percebi como o tribunal investe na capacitação de seus servidores, além da preocupação com a qualidade de vida e o bem-estar de todos", destaca.

A indicação de amigos e até de um fórum para concurseiros também pesaram na decisão de Fernanda. "Tenho amigos em algumas áreas daqui e eles estão realizados. Alguns, com pouco tempo de Casa, já ocupam cargos de chefia. Há muita oportunidade de crescimento e troca de experiências", declara.

Apesar de ter reduzido a atividade de "concurseira", Fernanda destaca o fórum de concursos do Correio Web (www.correioweb.com.br) como ferramenta para quem busca um bom órgão público para se trabalhar. Ela levou em conta as dicas do site e não se arrepende. "No Fórum, o STJ é bem cotado, principalmente pelo ambiente de trabalho, considerado ótimo, e pela qualidade do plano de saúde (Pró-Ser)". ▪

Elaine Rocha
elaine.rocha@stj.jus.br

Fernanda: a escolha certa

INOVAÇÃO

Tecnologia dá suporte na busca por eficiência e transparência

O STJ do século 21

O Judiciário brasileiro está entrando de corpo, alma e informática na era digital. Tribunais de todas as instâncias estão incorporando novas tecnologias à sua rotina de trabalho e revolucionando o antigo modelo de prestação jurisdicional. No STJ do século 21, todos os processos judiciais e administrativos tramitarão eletronicamente, dispensando o uso do papel e a movimentação física dos processos.

O Superior Tribunal de Justiça vem capitaneando o processo de utilização de ferramentas tecnológicas em benefício do cidadão destinatário da prestação jurisdicional. E o carro chefe dessa modernização é a transformação total do processo físico em eletrônico.

A virtualização do tribunal começou em 2007 com a implantação da petição eletrônica com certificação digital (epet) e do Diário da Justiça eletrônico (DJe). Mas a velocidade dos avanços tecnológicos é tão alucinante que, em apenas dois anos, o STJ está prestes a se tornar o primeiro tribunal nacional do mundo a ter todos os processos tramitando virtualmente.

Atualmente, todo processo em papel que chega ao STJ - cerca de 1.200 por mês - é transformado em arquivo digital. Até agosto, cerca de 450 mil processos que compõem o acervo do tribunal estarão virtualizados, e as montanhas de papel que ocupam salas e mais salas serão peças de museu.

Para o presidente da Corte, ministro Cesar Asfor Rocha, essa inovação que vai marcar época no Judiciário brasileiro é resultado da participação efetiva de todos os ministros e servidores do tribunal. "Sem essa mobilização seria impossível desenvolver um projeto de tão larga envergadura como o da virtualização", ressaltou.

O entusiasmo do presidente é compartilhado pelos servidores e estagiários da força-tarefa que trabalha diretamente na digitalização de centenas de processos por dia. Rodrigo Carvalho, da Secretaria de Tecnologia da Informação do STJ, simboliza bem o empenho do grupo. "O que estamos fazendo é uma revolução que será lembrada pelos nossos filhos e netos", disse o servidor.

E não é exagero. A disseminação do processo virtual dará maior transparência e celeridade à tramitação dos feitos e ampliará o acesso dos cidadãos aos juízos e tribunais. Quando o processo judicial eletrônico entrar em plena operação, o jurisdicionado com ações no STJ poderá acessar a íntegra do processo pela *internet*, de qualquer lugar do mundo, durante 24 horas por dia.

No Judiciário informatizado, a integridade dos dados, documentos e processos enviados e recebidos por seus servidores será atestada por identidade e certificação digital. A assinatura digital serve para codificar o documento de forma que ele não possa ser lido ou alterado por pessoas não autorizadas; a certificação é uma espécie de "cartório virtual" que garante a autenticidade dessa assinatura. Esse já é o STJ do século 21. ▪

Maurício Cardoso
mauricio.cardoso@stj.jus.br

Servidores trabalham na conferência dos processos digitalizados

Processos passam por triagem, antes de serem escaneados

Vinte anos a serviço da efetiva justiça

Processo judicial eletrônico, certificação digital, projeto de modernização dos julgamentos, diário da justiça on-line, responsabilidade socioambiental, jurisprudência comparada, consórcio de bibliotecas digitais (BDJur), educação corporativa. Todas essas funcionalidades e muito mais fazem parte da rotina do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que, aos 20 anos de existência, recorre à tecnologia para oferecer uma prestação jurisdicional efetiva, transparente e eficaz, elementos fundamentais para o Poder Judiciário do século 21.

O mais novo projeto é o processo judicial eletrônico. A meta estabelecida pelo ministro Cesar Asfor Rocha, presidente do Tribunal, é ter todos os processos tramitando eletronicamente a partir de agosto deste ano e, segundo Murilo Kieling, juiz auxiliar da Presidência, o processo será uma ferramenta importante para combater a morosidade do Poder Judiciário. "O processo eletrônico poderá ser analisado ao mesmo tempo pelas partes e seus procuradores sem a necessidade de comparecer ao STJ", explica Kieling. "Isso poderá ser feito a qualquer hora do dia ou da noite, sete dias por semana, de forma que o Tribunal será compreendido como uma justiça *full time*."

Além de oferecer um serviço mais rápido e eficiente à sociedade, o processo judicial eletrônico vai gerar uma economia significativa de dinheiro público. Atualmente, são gastos R$ 20 milhões por ano só com o envio de processos pelos Correios entre os tribunais e o STJ, despesa que desaparecerá com a transparência eletrônica.

Neste mundo de modernização, o STJ ainda possui outras inovações que credenciam o Tribunal como modelo de funcionalidade e qualidade. O Catálogo de Questões Jurídicas, o Malote Digital, a Certificação Digital, o Projeto de Modernização dos Julgamentos, o Programa de Gestão Documental, Conversão e Validação Eletrônica de Documentos e o Diário da Justiça on-line são algumas dessas inovações.

Gestão

Nestes 20 anos, o STJ consolidou um modelo de gestão estratégica que se tornou referência nacional e é compartilhado com diversos órgãos públicos que pretendem monitorar o desempenho institucional e enfrentar, de maneira segura, seus desafios, oferecendo melhores serviços ao cidadão e também ao seu servidor.

Segundo Assis Ribeiro, servidor da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização, a gestão no Tribunal vem se aperfeiçoando constantemente, entendendo a importância de estabelecer objetivos estratégicos e, principalmente, da necessidade de planejar, implementar e mobilizar esforços nas ações para atingi-los.

O resultado dessa constante preocupação com a melhoria do desempenho institucional são projetos voltados para a otimização das condições de trabalho, do nível de motivação e de aprendizagem com a finalidade de alcançar uma atuação profissional mais efetiva e a consecução das estratégias organizacionais (bem-estar do servidor e Educação Corporativa, respectivamente).

Responsabilidade Socioambiental

O STJ, para cumprir suas atribuições constitucionais, utiliza significativa quantidade de bens materiais resultantes da transformação dos recursos naturais, em suas atividades de rotina. Diante desse fato, o Tribunal preocupa-se com o uso racional desses recursos e tenta alterar, sempre que possível, os atuais padrões de consumo.

Para concretizar essas ações de economia de recursos naturais, o STJ implantou um programa de responsabilidade socioambiental. O programa visa sensibilizar todas as pessoas que trabalham ou transitam no Tribunal. Um exemplo é a implementação de ações que promovem a gestão adequada dos resíduos gerados por meio da coleta seletiva.

De acordo com Ana Maria Nicoletti, da Seção de Arquitetura, os resultados da coleta seletiva mostram que a intervenção vem cumprindo seu papel, atingindo a maior parte das pessoas envolvidas. "Alguns dados obtidos nas reuniões avaliativas com os encarregados e funcionários terceirizados da limpeza mostram que ainda há um trabalho a ser feito junto aos participantes, mas já se apresentam resultados significativos."

Além desse programa, o Tribunal possui um projeto de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, que resultou na adaptação das unidades do Tribunal, e uma cartilha básica de direito, que esclarece as dúvidas mais frequentes da população sobre assuntos relacionados ao Direito de família, do consumidor e previdenciário.

Além de esclarecer dúvidas referentes à justiça, a cartilha busca criar nas pessoas maior consciência de seus direitos, colaborando para a melhor atuação do Poder Judiciário e dos órgãos a ele vinculados, como a Defensoria Pública.

Qualidade

Na busca constante por qualidade, o STJ tem o seu reconhecimento. O tribunal já recebeu certificados ISO na Secretaria Judiciária, na Secretaria de Tecnologia da Informação e no Gabinete do Ministro Diretor da Revista.

Para o servidor Marcos Félix Luz, da Assessoria de Modernização e Gestão Estratégica, os certificados vêm ratificar o compromisso de melhoria contínua dos serviços oferecidos, assumido pelas unidades que adotaram a ISO 9001 como modelo de gestão da qualidade. "Nesse modelo de gestão, o foco no cliente é sempre colocado em primeiro lugar, garantindo a satisfação dos usuários dos serviços do STJ", afirma.

O Tribunal conta, ainda, com o periódico "Jurisprudência Comparada", que contém a seleção de temas jurídicos divergentes e pacíficos no STJ, além da exposição do entendimento do Supremo Tribunal Federal. O trabalho é distribuído aos ministros, advogados e servidores nas sessões de julgamento.

Intercâmbio de informações

Durante estes 20 anos, o STJ sempre procurou se integrar com outros órgãos do Poder Judiciário e também com a sociedade. O programa de Integração dos Órgãos do Poder Judiciário e o Consórcio BDJur são exemplos.

Criado com o objetivo de permitir a interligação à rede e base de dados, em tempo real, do STJ com o Conselho da Justiça Federal (CJF), os Tribunais Regionais Federais (TRFs), Tribunais de Justiça e Supremo Tribunal Federal (STF), o programa de integração tem o objetivo principal de diminuir o retrabalho na atividade de protocolo e reduzir o tempo entre o registro de um processo recursal ao STJ e sua autuação.

Criado em consonância com o Programa de Modernização do Sistema Judiciário, o Consórcio BDJur é uma rede de bibliotecas digitais formada pelos órgãos do Judiciário e entidades auxiliares da Justiça. O objetivo é integrar, em um único portal, os mais importantes repositórios de informação digital jurídica, permitindo buscas unificadas nesses acervos e possibilitando respostas instantâneas.

O Consórcio é composto de comunidades, coleções e itens. As comunidades são compostas pelos órgãos do Poder Judiciário e pelos órgãos essenciais e auxiliares da Justiça; as coleções, constituídas do inteiro teor dos documentos jurídicos em formato eletrônico, de interesse dos órgãos citados acima. Já os itens são documentos eletrônicos pertinentes e inseridos em uma coleção. ▪

Cristine Genú
cristine.genu@stj.jus.br

Presidente do STJ visita a sala de validação dos processos

SERVIDOR

Vinte casais contam como encontraram a "cara-metade" no STJ

Mais que amor ao trabalho

O STJ não se resume a processos e julgamentos. Na convivência profissional, as pessoas também se apaixonam. É o caso de Abenildo Jerônimo e Giane Santos, que trabalham hoje um em frente ao outro e já tiveram a experiência de se chefiarem por mais de 15 anos.

"Namorávamos escondidos"

Flertes que começaram em 93 culminaram no relacionamento que já dura 15 anos entre Sebastião Carlos, da Programação Visual, e Wiviane dos Santos, da Seção de Provimento e Vacância. "Era uma época em que namorávamos escondidos", diz ele. O casal tem dois filhos.

"O segredo é muita tolerância"

Chefiar a esposa e ser chefiado por ela. Experiência que ocorreu com Abenildo Jerônimo e Giane Santos, ambos da Seção de Autuação e Inspeção de Agravos. O casal trabalha há 15 anos no mesmo setor. O segredo da relação, segundo ele, é tolerância e respeito.

"Tão bom, tão pertinho"

Depois de tantas boas referências recebidas, Carla decidiu se render aos encantos de Carlos para formarem o casal "Zottman". "A gente se entende bem e, apesar de trabalharmos no mesmo local, nossas atividades são bem diferentes". Carla trabalha no gabinete do ministro Aldir Passarinho Junior.

"Humor que não se perde em casa"

Uma amizade que se transformou em casamento. É a história de Cleiton Lobo e Melina, que dividiam a mesma sala na Informática, numa cumplicidade que dura duas décadas. Ela, "inteligente", "atenciosa". Ele, "sempre bem-humorado."

"Procuramos não misturar os assuntos"

De colegas de universidade, Selma e Daniel Winovsk terminaram juntos no STJ. Ela tem 20 anos de casa e trabalha na Taquigrafia. Selma aponta a receita para o sucesso da relação. "Procuramos não misturar muito as coisas".

Afinidade religiosa

A afinidade religiosa uniu o casal Jacinto e Tânia Vieira, da Taquigrafia, numa relação que completou dez anos. Ele passou a observar a colega com mais atenção numa vigília religiosa. "Quando a gente já conhece bem a pessoa, o casamento sai mais rápido", assegura.

"Um local de pessoas preciosas"

A discrição exigida pela profissão de Mauro Magarelli, da Segurança, poderia ter sido um obstáculo no relacionamento com Márcia Magarelli, da Taquigrafia. "Namorar no ambiente de trabalho é complexo", avalia ele. "Aqui temos pessoas preciosas", afirma.

Unidos pela música

Um casal que se aproximou pela paixão comum, a música, Leonel Laterza, da Programação Visual, e Elizabeth Esteves, aposentada. Depois de quase 16 anos de relacionamento, os dois seguem juntos afinados na parceria. Ele canta e ela trabalha com projetos na área de produção musical.

Paixão à primeira vista

Luís César Teixeira e Cíntia Gontijo. Ele, na Segurança, e ela, na recepção. César esqueceu um tocafitas na oficina mecânica do irmão dela, que também trabalhava no STJ. "Sua irmã é bonita, cara", comentou. Depois de alguns bate-papos, começou o namoro e já completaram doze anos de relacionamento.

Família unida

O casal Maria Solange de Brito e Wagner Meira realmente se tornou parte da família do STJ. Servidora do Laboratório de Conservação e Restauração de Documentos, Solange conta que, durante o período em que o filho esteve no Berçário, chegou a chamar o STJ de "a outra casa".

Juntando contracheques

Raimunda de Jesus Carvalho, servidora da Coordenadoria da Terceira Turma, e Luiz Carlos de Menezes, da Segurança, estão casados há sete anos. Os dois apontam uma das principais vantagens de trabalhar no mesmo local: se um deles tem que ficar até tarde, é mais fácil entender o porquê.

Idas e vindas

Regina Célia Rocha, do gabinete do ministro Francisco Falcão, e Edmilson Lima Moura Filho, da Seção de Apoio Administrativo, se conheceram em 1992. Ele era professor de natação do Programa de Qualidade de Vida e ela trabalhava nos Recursos Humanos. Em 2002, eles se reencontraram e começaram a namorar.

Brincadeiras dos colegas

A desvantagem que o arquiteto Vinícios José Mota Couto, da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, vê em trabalhar no mesmo órgão que sua mulher, Cristina Cury, são as brincadeiras. Toda vez que há alguma reforma no gabinete onde a esposa trabalha, ele é chamado. "E os colegas pegam no pé", diz.

Separando as coisas

Não confundir o profissional e o pessoal é fundamental. Por trabalharem juntos, Silvia Vieira Silva e Eloísio Magalhães Silva consideram vital essa regra. Eles se conheceram em 2002 e ambos trabalham no gabinete do ministro Sidnei Beneti,

Trabalho corrido

Para os dentistas Pedro Magalhães Rocha Júnior e Ana Maria Costa, trabalhar juntos é normal. O casal atende no Serviço Médico e está casado há sete anos. Na verdade, Pedro diz que o trabalho é tão corrido que não daria nem tempo para brigar.

Casar só depois da posse

A posse no STJ era o que faltava ao casal Milra de Lucena Amorim, do CJF, e Ronaldo Franche Amorim, da Coordenadoria da Sexta Turma, para se casarem. Eles se conheceram em 1986 e ingressaram, em 1990, no STJ. "Depois foi só juntar os trapinhos", diz Milra.

Assuntos comuns

Os assuntos do Tribunal são parte do cotidiano do casal Frederico Carlos Cordeiro, da Coordenadoria da Segunda Turma, e Arilene de Oliveira Freire, da Terceira Turma. Os dois se conheceram em 1987 e o casamento só veio depois de tomarem posse no STJ.

Indo e vindo juntos

Viriato Santos Gaspar e Evileria Aparecida de Araújo vêm juntos para o STJ. Eles se conheceram em 2000, quando ele trabalhava na área de comunicação e ela era estagiária. Viriato, lotado no Pró-Ser, e Evi, gerente da locadora da ASSTJ, acreditam que trabalhar no mesmo local aumenta o companheirismo.

Amor persistente

Reginaldo da Silva França, revisor da Secretaria de Comunicação, e Luciene Mesquita Freire, telefonista do STJ, conheceram-se há dez anos. Reginaldo usou de vários recursos para conquistá-la. Casados há três anos e com um filho, eles têm a certeza de que tudo valeu a pena.

Bilhetinhos de amor

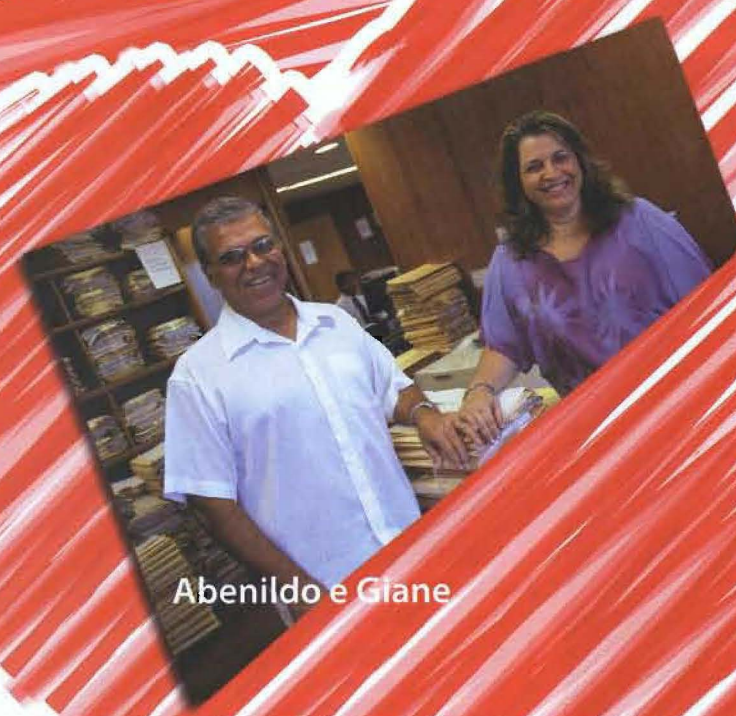
Divina Lopes de Souza, recepcionista, recebe declarações carinhosas de Dercival de Souza e Silva, da Segurança. Aqui e acolá, ele deixa recados para ela. "Já falei que te amo hoje?", é o teor de alguns deles. Detalhes como esse cultivam uma relação de dez anos. ▪

Evi e Viriato

Solange e Wagner

Regina e Edmilson

Carla e Carlos


Abenildo e Giane

Catarina França
catarina.franca@stj.jus.br
Fabrício Azevedo
fabricio.azevedo@stj.jus.br

Espaço Cultural é peça indispensável na construção da cidadania dentro e fora do Tribunal

Diversão e arte como a vida quer

Cultivar o solo, cuidar. O significado latino da palavra "cultura" nos oferece a dimensão da importância de semear, plantar e colher ações que contribuam para a humanidade entender a si própria. A arte, a manifestação cultural mais visível dessa busca pelo entendimento do homem, é capaz de nos dar sentido e identidade como parte de uma comunidade.

A produção artística conecta as pessoas, estabelece diálogos, provoca questionamentos e integra as instituições. É uma ferramenta de educação e de conscientização. Não é à toa que tantas empresas vêm investindo em ações culturais, patrocinando projetos e montando espaços para divulgação de eventos. Na esteira dessa tendência, o Tribunal da Cidadania revitalizou o Espaço Cultural do STJ.

Foi em agosto de 2001, com a "I Panorâmica da Arte de Brasília", que o Espaço Cultural do STJ voltou à ativa em grande estilo. Pinturas, esculturas e objetos dos artistas Lourenço de Bem, Sheila Tapajós, Tisuruko Uchigasaki, entre outros nomes renomados, invadiram o mezanino do edifício dos Plenários, trazendo cor, ousadia e vida a um local antes frio e cerimonioso.

Raízes

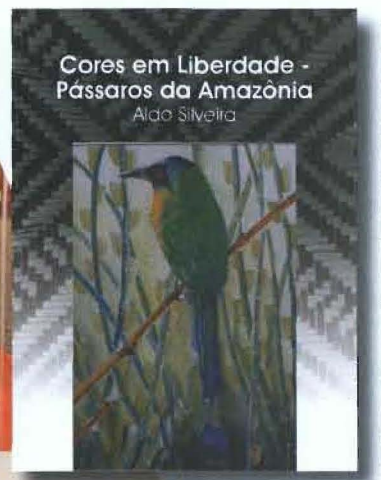
De lá para cá, o Espaço nunca mais parou de trazer ao Tribunal exposições lúdicas e instigantes. Os servidores e moradores de Brasília aprovaram e, hoje, cerca de dez mostras anuais já fazem parte do calendário artístico da cidade.

Uma das exposições mais importantes recebidas pelo Espaço Cultural foi "Brasil 50 mil anos: uma viagem ao passado pré-colonial". Um projeto de dois anos do Museu de Arqueologia e Etnologia em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), a mostra transformou o STJ em um túnel do tempo.

A cultura brasileira ancestral pôde ser conferida por meio de lanças, pinturas rupestres, esculturas de pedra, vasos, peneiras, conchas e outros artefatos criados pelas diversas tribos que habitavam nossas terras muito antes da descoberta de Cabral. Sucesso total de público e crítica que ficou em cartaz entre outubro e dezembro de 2001.

Em 2002, foi a vez de oito artistas brasileiros selecionados para a *3ª Bienal de Internacional de Arte Contemporânea*, com exibição em Florença, Itália, aportarem no Espaço Cultural do STJ. A mostra coletiva trouxe para a Casa trabalhos dos artistas Pequena Sofia, Adriana Pastori, Bandel, Lamartine Leite, Emílio Prado, Glória Yen Yordi, Fábio Sampaio e Patt Helney. Foi a oportunidade de conferir uma pequena panorâmica da arte plástica mundial.

"Cromutações 2". Assim Cesar Romero nomeou a exposição individual que o Espaço Cultural do STJ recebeu em 2003. Símbolos afro-brasileiros e cores vibrantes tomaram de assalto o segundo andar. "Sou baiano, nordestino, brasileiro e universal", resumiu o artista. O resultado dessa mistura pôde ser sentido nas obras, mutações de tons que encantaram os visitantes.



Interatividade

Quem já teve a oportunidade de ver um cangaceiro ou um gato retratado pelo artista Aldemir Martins nunca esquece. Obras do consagrado pintor estiveram presentes na mostra "A Arte do Ceará – da Sociedade Cearense de Artes Plásticas aos Contemporâneos", que o Espaço Cultural abrigou em outubro de 2004. O acervo do Centro Cultural Oboé apresentou ao público da capital o período mais criativo das artes plásticas daquele estado. A exibição também resgatou trabalhos de Antônio Bandeira, Inimá de Paula, Chabloz e Sérvulo Esmeraldo. Nota 10 em talento!

Aproximar o STJ da sociedade. Com esse objetivo foi criada a exposição permanente "Espaço, Memória e Ação". Fruto de dois anos de pesquisa encampada pela equipe do Museu do Tribunal, a mostra fez parte das comemorações dos 15 anos da instituição, com inauguração em março de 2004. Informações históricas do acervo do Museu, tótens interativos, áudios, vídeos, além de um passeio virtual pelas dependências do Tribunal podem ser encontrados no mezanino do prédio dos Plenários.

Assim como o artista tem de ir aonde o povo está, a exposição "Espaço, Memória e Ação" também foi montada fora do Tribunal por duas vezes no ano de 2005: no saguão do aeroporto internacional Juscelino Kubitschek e no Parque da Cidade no evento "Justiça para todos".

Desenhista de mão cheia reconhecido aqui e no exterior, Jô Oliveira, ilustrador com mais de 20 livros publicados, 40 selos postais criados e muitos prêmios na bagagem, abriu o calendário de eventos do Espaço Cultural em 2005.

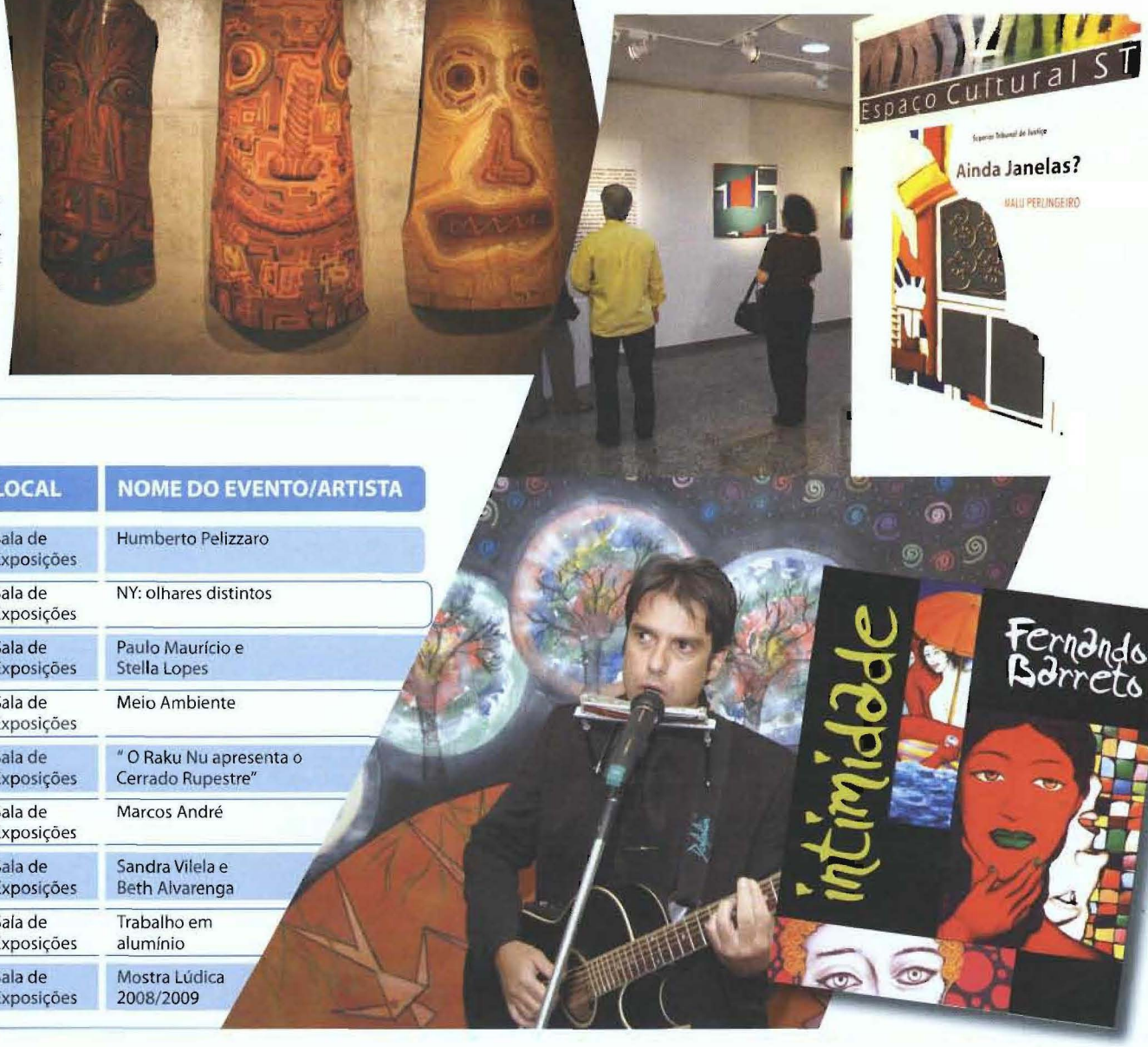
Arte e inserção social, uma dupla que dá certo. A exposição "Arte aos Montes", uma coletânea de obras da Associação dos Artistas Plásticos de Montes Claros/MG e do Instituto Laborearte da mesma cidade, apresentou no Espaço Cultural o poder transformador do trabalho artístico na vida de jovens carentes. Um dos grandes destaques do ano de 2006.

Novas tecnologias... Como a produção artística incorpora as ferramentas digitais e virtuais? Quem conferiu a exposição coletiva "ÁgoraAgora" conheceu um pouco mais do que está sendo feito no cenário da arte contemporânea. Produzidas por alunos da Universidade de Brasília (UnB), a inusitada mostra trouxe a vanguarda estética para dentro do Tribunal. Ponto alto do calendário em 2007.

Janelas abertas para a preservação do patrimônio arquitetônico brasileiro. A mostra "Ainda Janelas?", da artista carioca Malu Perlingeiro coloriu o Espaço Cultural em 2008. Assim como a exposição "Cores em Liberdade – Pássaros da Amazônia", de Aldo Silveira. O erotismo também esteve presente no Espaço Cultural no ano passado. As telas pintadas a óleo em tons vermelhos e brancos de Fernando Barreto revelaram a "Intimidade" de personagens anônimos e agradou a platéia.

Para 2009, o cronograma de eventos do Espaço Cultural já está fechado. A equipe de dezoito profissionais que trabalham no Museu e Espaço Cultural tem sempre muito trabalho pela frente para organizar exposições, lançamentos de livros e projetos sócioeducativos. Afinal, "o show não pode parar". ▪

Luciana Assunção
luciana.assunção@stj.jus.br



Cronograma de eventos 2009

MÊS	PERÍODO	COQUETEL	TIPO DE EVENTO	LOCAL	NOME DO EVENTO/ARTISTA
MARÇO	4 a 25/3	18h30min	Fotografia e poesia	Sala de Exposições	Humberto Pelizzaro
ABRIL	1º a 22/4	18h30min	Coletiva	Sala de Exposições	NY: olhares distintos
ABRIL/ MAIO	29/4 a 20/5	18h30min	Coletiva	Sala de Exposições	Paulo Maurício e Stella Lopes
MAIO/ JUNHO	27/5 a 24/6	18h30min	Coletiva	Sala de Exposições	Meio Ambiente
AGOSTO	5 a 26/8	18h30min	Coletiva	Sala de Exposições	" O Raku Nu apresenta o Cerrado Rupestre"
SETEMBRO	2 a 23/9	18h30min	Exposição	Sala de Exposições	Marcos André
SETEMBRO/ OUTUBRO	30/9 a 21/10	18h30min	Coletiva	Sala de Exposições	Sandra Vilela e Beth Alvarenga
OUTUBRO/ NOVEMBRO	27/10 a 18/11	18h30min	Coletiva	Sala de Exposições	Trabalho em alumínio
NOVEMBRO/ DEZEMBRO	25/11 a 17/12	18h30min	Exposição	Sala de Exposições	Mostra Lúdica 2008/2009

EDIÇÃO STJ ESPECIAL

TRIBUNAL

O Tribunal oferece poesia para quem deseja ver

Muito além do concreto

Quantas vezes você já parou para apreciar os jardins bem cuidados do Tribunal? Ou as árvores que florescem no verão? Uma pequena atitude que não toma muito tempo e pode fazer seu dia mudar completamente.

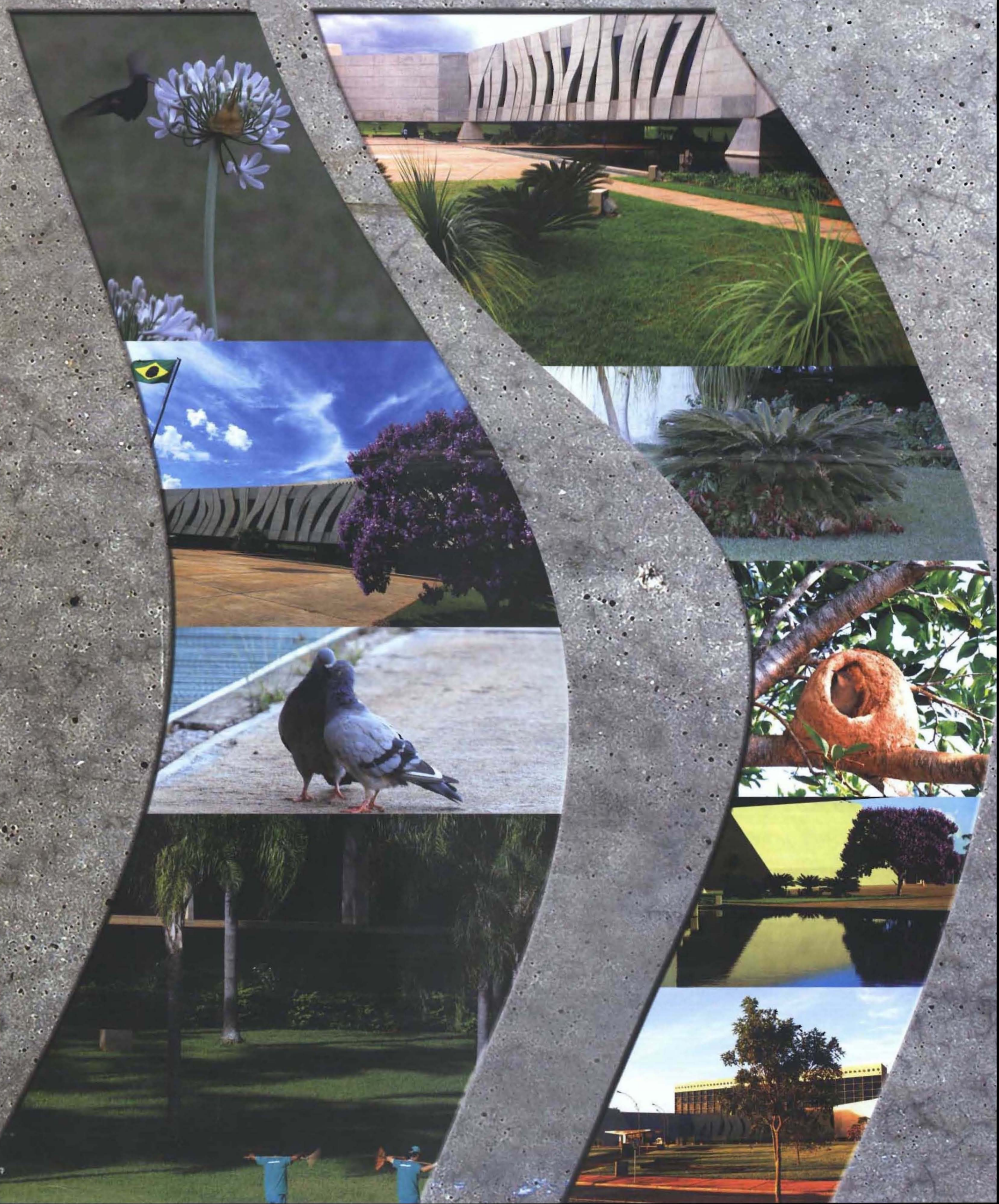
Muito além da grandiosa arquitetura, o complexo do STJ apresenta preciosas demonstrações de como a natureza está sempre presente, mesmo nos mais concretos dos cenários.

Um bom exemplo mora nas proximidades do prédio da Taquigrafia. Ali, uma frondosa quaresmeira saúda os passantes com um bom-dia de radiante cor roxa. As minúsculas flores alegram e relaxam os olhos de quem há pouco se estressava no trânsito. A irmã dela também floresce ao lado do prédio do Auditório, concorrendo em beleza com a bandeira brasileira, bruxuleando em seu mastro altivo.

Quando chove, é o espelho d'água do prédio dos Plenários que traz tranquilidade. Os pingos formam suas ondas circulares, levemente movimentando a superfície. Um momento de paz. Beija-flores, bem-te-vis e sabiás não perdem tempo e desfrutam do refúgio.

Perceber essas delicadezas pode tornar nosso dia de trabalho mais produtivo e divertido. O Deus das pequenas coisas nos chama para compartilhar a vida num ritmo mais compassado que faz bem à alma. Aproveite! ▪

Carolina Nonato
cnonato@stj.jus.br



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

MAIO 2009

Ano XIV - nº 49

COMUNICAÇÃO

Clipping do STJ entra definitivamente na era virtual e quem ganha é o servidor

STJ na mídia

As principais notícias sobre o STJ, o Judiciário e questões relacionadas ao Direito publicadas em cerca de 1.600 jornais, revistas, *blogs* e sítios estão à disposição dos servidores do Tribunal. Basta abrir nossa intranet, clicar em "Comunicação Social" e, depois, em "STJ na Mídia".

Surgirá, então, a página **STJ na Mídia**, com várias abas para consulta. Na aba **Destaques**, estão publicadas as notícias mais importantes dos principais jornais do país. A segunda aba, da esquerda para a direita, é a de **Notícias**, com noticiário geral do setor judiciário e jurídico. Essas duas primeiras seleções são feitas pela equipe da Coordenadoria de Editoria e Imprensa (CEIM).

Na aba seguinte, **Últimas**, estão as notícias do Judiciário capturadas por um robô e aí inseridas por ordem cronológica de entrada no ar. A atualização dessas notícias é contínua e a única seleção é feita por cerca de 60 palavras-chave.

A **Sinopse**, aba seguinte, traz a seleção das principais manchetes do dia e as capas dos principais jornais, cujas colunas de importância estão na aba **Colunas**.

A grande novidade fica por conta da aba **Meu Clipping**, ambiente em que o usuário pode selecionar ele próprio as notícias e gerar um *clipping* personalizado, com matérias que sejam de interesse pessoal, do seu gabinete ou seção. Essa seleção pode ser gravada em arquivos PDF e doc ou encaminhada via *e-mail*, o que proporciona agilidade e menos gasto de papel para o bem do planeta.

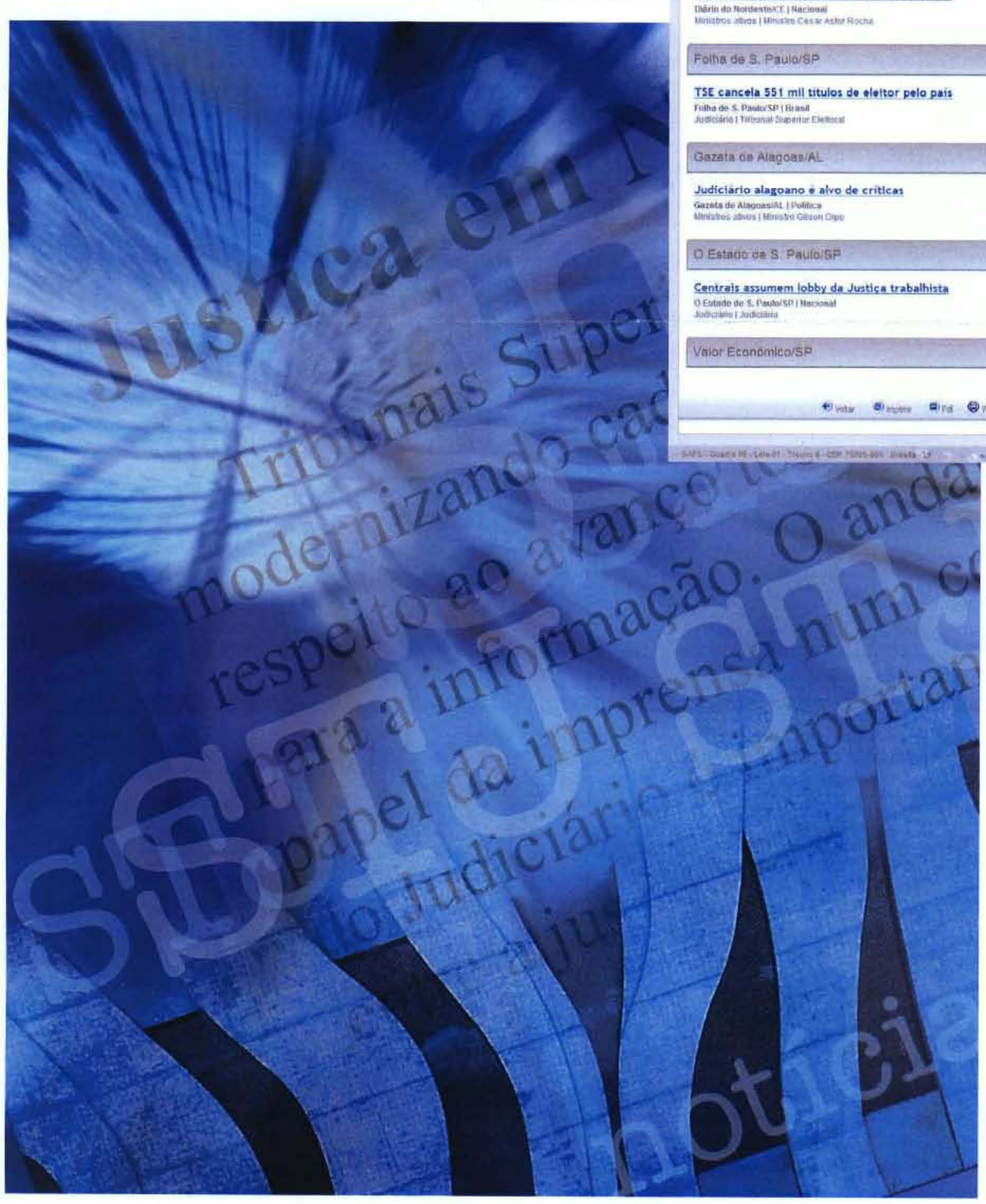
O **Meu Clipping** é um espaço no qual o usuário gera um produto único por intermédio do sistema de pesquisas simples e avançadas. Funciona assim: o usuário se cadastra no ambiente do Meu Clipping ou no cabeçalho do sítio, digitando um endereço de *e-mail* e uma senha.

Uma vez "logado", todas as matérias aparecerão com um quadrado ao lado. Se o usuário assinalar o quadrado, a matéria será selecionada e enviada para a página do Meu Clipping.

Após selecionar todas as matérias que desejar, o usuário poderá ordená-las por veículo, assunto, palavra-chave e data. Pronto: o produto já está completo para ser gerado na própria intranet, não sendo necessário imprimir. Caso o usuário considere necessária a impressão do seu *clipping*, esta poderá ser feita quando se clicar a opção "imprimir" na barra de ferramenta localizada na parte inferior da página.

Sistema RSS – Outra novidade é o sistema RSS, para aquele usuário que deseja receber as últimas notícias do *STJ na Mídia* em seu agregador pessoal de RSS.

O sítio conta também com um manual de ajuda para o usuário.



Como navegar

O sistema de navegação é simples, o usuário vai poder navegar entre os diversos ambientes, clicando no menu superior. ***(vide tela na imagem)***

Sistemas de filtragem de notícias e pesquisa

As notícias poderão também ser selecionadas mediante filtros como ministros, estados, veículos, assunto e palavras-chave. Por exemplo, se você quiser saber todas as notícias publicadas pelo *Correio Braziliense*, vá até o filtro "veículo" e selecione esse jornal. Desse modo, todas as notícias publicadas no dia serão mostradas no lado esquerdo do sítio. Além dos filtros, o usuário poderá selecionar uma gama de notícias por meio do sistema de pesquisa simples e avançado.

Mas por que é importante utilizar o STJ na Mídia? Porque esse é o modo mais fácil de estar por dentro das notícias sobre o STJ, Poder Judiciário e assuntos importantes do cenário nacional que também afetam as decisões da nossa instituição. Estar bem informado é aprender. E conhecer o que a sociedade pensa e debate sobre o Tribunal da Cidadania é estar em dia com o seu ambiente de trabalho para produzir mais e melhor.

Se você quer saber outros detalhes sobre o *STJ na Mídia*, ligue para a Coordenadoria de Editoria e Imprensa. Ramais: 8490 e 8026. ▪

Navegando em um mar de notícias

As notícias publicadas no *STJ na Mídia* são capturadas de jornais nacionais e regionais, *releases* de instituições, jornais *on-line*, portais, sítios e *blogs* da internet, veículos especializados, agências de notícia etc.

Todas as notícias do sítio podem ser impressas, encaminhadas via *e-mail* e salvas nos formatos PDF e doc. Muitas vêm acompanhadas de textos relacionados com o mesmo assunto publicado em outros veículos.

A vantagem desses textos relacionados é proporcionar ao leitor uma visão geral do assunto exposto, além de facilitar a navegação do usuário por outras matérias sobre o mesmo assunto. Uma novidade do novo sítio é a publicação da página inteira do jornal onde foi publicada a notícia, sendo que esta vem destacada por um fio vermelho. A página pode ser ampliada com o duplo clique do usuário.

Outra novidade é um *link* para o veículo que produziu a notícia. Ele é publicado ao lado dela e só aparece quando o veículo jornalístico tem assinatura aberta, ou seja, permite o livre acesso para qualquer navegante da internet.

Murilo Murça - Murilo.Carvalho@stj.jus.br

TREINAMENTO

Cursos on-line: o sucesso do meio virtual para um aprendizado real

Saber sem fronteiras

O escritor brasileiro Monteiro Lobato disse certa vez que um país é feito com homens e livros. Com a grande revolução vivida, hoje, pela educação, com o surgimento da internet e suas ferramentas de interação, é muito provável que, se vivo ainda fosse, a frase do mestre seria: um país se faz com homens, livros e cursos *on-line*.

"É uma tendência mundial, e não tem mais como fugir disso", acredita a chefe da Seção de Programas da Vertente Estratégica, Sabrina Maiolino. "É uma tecnologia que está aí, à nossa disposição, levando conhecimento às pessoas, na hora em que elas podem se conectar, com custo cada vez menor, numa verdadeira democratização do acesso à informação", acrescentou.

Quem poderia imaginar, há muito pouco tempo, um índio, lá nos confins da Amazônia, fazendo faculdade via internet, com professor "ao vivo" na tela?

Quem não se lembra da idéia de 'aldeia global', concebida pelo sociólogo canadense Marshall McLuhan, na qual o tempo e o espaço perderiam o seu significado, já que um mero clique pode significar uma volta ao mundo?

No STJ, essa 'volta ao mundo do conhecimento' sem sair da frente da tela está cada vez melhor. Um convênio com empresas de educação a distância, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) já permitiu a realização de diversos cursos, com destaque para o de atendimento ao público, da Enap, que teve a primeira edição no ano passado, com sucesso.

"Já estamos na segunda turma deste ano e a procura é enorme", comemora Sabrina. Felizmente já faz parte da cultura da casa, está incorporada nas pessoas a vontade de sempre procurar novos conhecimentos, de se especializarem", completa. Outros dois, "Diversidade na organização" e "Ética", realizados em parceria com a FGV, receberam ótima avaliação.

Mas a grande novidade ficou por conta do primeiro curso *on-line* idealizado e executado pelo próprio STJ, realizado no período de 30 de março a 17 de abril de 2009. Desde a instalação da plataforma *Moodle* e da aplicação da metodologia *Balanced Score Card* (BSC), utilizada por empresas do mundo inteiro na capacitação de pessoas, que havia o desejo de encarar o desafio.

Apesar das dificuldades técnicas, 32 pessoas concluíram o curso Elaboração e Gerenciamento de Projetos. "A idéia de levar conhecimento técnico a quem nunca tinha ouvido falar de gestão de projetos foi bem interessante", comemorou Francisco de Assis, da equipe da Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização.

Universidade corporativa

A busca por conhecimento é levada tão a sério que foi assinada a Portaria 213, em junho de 2008, que cria a Universidade Corporativa do STJ (Unijus). O chefe da Seção de Desenvolvimento Técnico e Gerencial, José Valter Arcanjo da Ponte, será o gestor. "A Universidade pretende, por exemplo, resgatar conhecimentos adquiridos pelos servidores com bolsas concedidas para cursos de especialização e aprimoramento, além de resgatar trabalhos acadêmicos disponíveis na Biblioteca Jurídica e palestras feitas por ministros e assessores pelo Brasil", explica.

Com a possibilidade aberta pelos cursos *on-line*, a gestão de conhecimentos no STJ ganhou, sem dúvida, um novo patamar, onde o céu é o limite. Ou não. "Acho que não há limite para o conhecimento", diz Sabrina. "Cursos *on-line* poderão ser apenas mais portas abertas para infinitas possibilidades", ressalta. ▪

Rosângela Maria – Rosangela.Oliveira@stj.jus.br

QUALIDADE DE VIDA

Deus ajuda a quem cedo madruga e malha nas manhãs do STJ

Pique matinal

Mal o dia raiou e a vida na cidade-STJ começa sua rotina agitada. Os que chegam cedinho encontram corujas ainda acordadas, alguns dias de neblina baixa e um friozinho que vem direto do lago Paranoá. Mas nada disso tira o pique de alguns servidores que estacionam os carros e saltam em malhas de ginástica para iniciar a maratona de atividades diárias de bem com a saúde.

Essa turma animada pega o elevador e vai direto para o 9º andar suar a camisa antes de pegar no batente entre processos, relatórios, projetos e atendimentos. As modalidades oferecidas pelo Programa de Qualidade de Vida da Secretaria de Gestão de Pessoas são oferecidas em diversos horários. Tudo para que o servidor não "invente" desculpas para ficar parado.

Balada

O som é vibrante e pode ser ouvido a distância. Criada nos Estados Unidos, em 1995, pelo ciclista sul-africano Johnny G., as aulas de *spinning* são disputadas nas academias e também dentro do Tribunal. Tudo porque a mistura de pedaladas enérgicas e música de festa detona calorias, melhora a capacidade cardiorrespiratória e espanta a preguiça de qualquer praticante.

Todas as terças e quintas, das 8h às 8h45, o professor Jad Fawzi comanda o grupo pequeno, mas animado. "A turma ainda está em formação porque esse horário foi disponibilizado apenas há dois meses. São seis alunos, mas temos dez bicicletas. As aulas da noite estão lotadas, mas quem quiser ainda pode praticar pela manhã", convida.

O segredo para o sucesso do *spinning* está na praticidade aliada à diversão. "Nas aulas, simulamos o pedalar na rua, com subidas, descidas. Não há restrição de idade para sentar na bicicleta. Você só precisa de roupas leves, tênis, uma garrafinha de água e muita disposição. São 15 minutos de alongamento e aquecimento, 20 minutos de intensidade e mais 15 minutos de desaceleração", explica o professor.

E isso é o que não falta à servidora Fernanda Cardoso Vieira, lotada na Coordenadoria de Compras e Contratos, que pratica a modalidade há quatro meses. "Comecei a fazer *spinning* por indicação médica devido à queda de cabelo por motivo de estresse. Agora, a doença está sob controle, a celulite e a barriguinha diminuíram e eu estou muito mais disposta. O dia rende muito mais se você malha pela manhã, inclusive o trabalho fica mais produtivo", garante.

Outra modalidade oferecida pelo Programa Qualidade de Vida é a tradicional ginástica localizada. As aulas acontecem às segundas e quartas-feiras, das 8h30 às 9h30. Atualmente, cinco alunas levantam cedo para malhar pesado com a professora Sabrina Mundim.

Esse é o caso da servidora Ana Célia Sales Damaceno, que entra uma hora mais cedo na Secretaria Judiciária para poder se exercitar no Tribunal. "Começo a trabalhar às seis da manhã para aproveitar a malhação. O esforço vale a pena. Em quatro meses de prática, estou me sentindo mais disposta, mais forte e meus braços estão mais modelados", comemora.

Os exercícios da ginástica localizada combinam força, resistência e enrijecimento muscular para melhorar o funcionamento cardiovascular do corpo, que ganha tônus e jovialidade. "O resultado disso é mais disposição, maior produtividade no trabalho e perda de peso", ressalta a professora.

Para quem ficou interessado na agitação matinal, o Programa Qualidade de Vida oferece também aulas de pilates, das 9h30 às 10h, às segundas e quartas-feiras, e prática de yoga em dois horários: das 9h30 às 11h e das 11h às 12h30, sempre às segundas e quartas.▪

Luciana Assunção-Luciana.assuncao@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Leonel Laterza/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.jus.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

JUNHO 2009

Ano XIV • nº 50

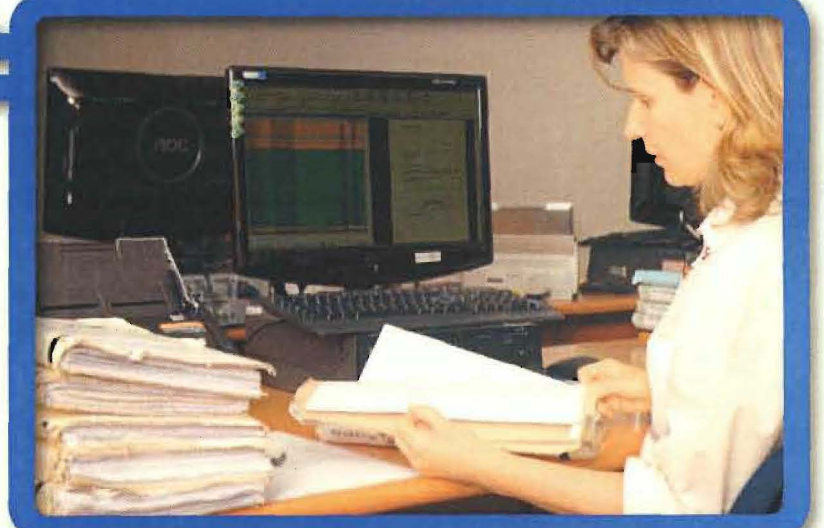
PROCESSO ELETRÔNICO

O avanço é imenso, mas o sistema ganhou apenas duas novas teclas de atalho

Revolução digital

STJ 20 anos
O Tribunal da Cidadania

Fotos: arquivo SCO



Se fosse possível nascer duas vezes, poderíamos dizer que junho de 2009 é o mês do segundo nascimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Após 20 anos de funcionamento, o Tribunal nasce (ou renasce), desta vez para a era digital. É o processo eletrônico, totalmente virtual, gerenciado pelos servidores e ministros por meio do Sistema Justiça, aprimorado e acessado pelos usuários a partir da sala e-STJ no portal do jurisdicionado na internet.

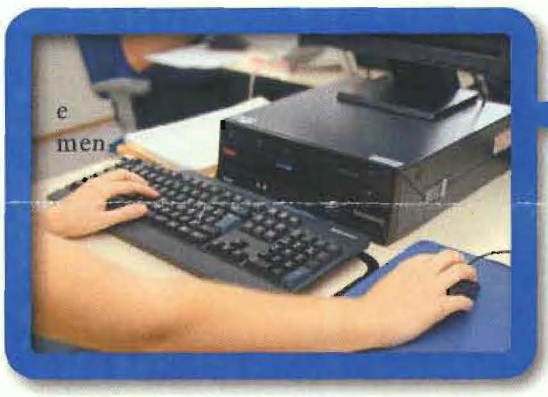
Com a novidade, o acervo eletrônico do STJ poderá ser consultado 24 horas por dia, todos os dias da semana, por advogados que tenham certificado digital válido junto à ICP-Brasil, sem a necessidade de comparecer ao Tribunal. Representantes de entes públicos também poderão utilizar a ferramenta.

Para os servidores, a novidade é a tramitação totalmente sem contato com o papel: do protocolo ao julgamento final, o manuseio será apenas de arquivos eletrônicos. Desde a autuação, o processo será digital (no caso de envio via internet pelo advogado) ou digitalizado (quando as peças chegarem pelo protocolo judicial ainda em papel), apresentado em formato PDF.

O projeto foi lançado em meados do ano passado. Cercado dos cuidados de servidores, especialmente da equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), o embrião ganhou forma e personalidade. E, como todo bebê, continuará crescendo, mudando e melhorando. Essa é a expectativa do secretário da STI, Francisco Paulo Soares Lopes.

Ele recorda que, para desenvolver o processo eletrônico, foram buscadas experiências já existentes no Brasil com relação ao processo digital, como os juizados especiais virtuais e o processo eletrônico do Conselho Nacional de Justiça (implantado na gestão do ministro Cesar Asfor Rocha à frente da Corregedoria daquele órgão). A STI mapeou os pontos negativos e positivos dessas experiências. "Suprimimos os negativos e aproveitamos, da melhor forma possível, os acertos delas", destaca o secretário.

O resultado é o sistema de gerenciamento de processos judiciais mais moderno e sustentável atualmente em operação em tribunais de todo o mundo. O STJ já possui o certificado de segurança da informação que garante um ambiente auditado e seguro para a digitalização transferência de docutos e processos.



Escaninho eletrônico

Ainda que o passo dado pelo STJ seja imenso, e as raízes profundas, para os servidores há apenas duas novas teclas de serviços disponíveis no Sistema Justiça, cujas rotinas de trabalho não mudam.

A tecla F10 abre e fecha o escaninho eletrônico individual, um sistema que permite a organização das "pilhas de processos", indicando uma atividade a ser realizada ou uma pendência a ser analisada. A tecla F9 abre e fecha o visualizador de processos, um aplicativo que permite acesso ao processo digitalizado **(leia mais no verso)**.

A STI, em conjunto com a Presidência, já treinou as equipes da Secretaria Judiciária e da Secretaria dos Órgãos Julgadores (SOJ). O treinamento dos servidores lotados nos gabinetes de ministros está sendo agendado da melhor maneira possível, de modo a não alterar a rotina e o andamento dos processos.

Vantagens

Desde 2006, a Lei n. 11.419 – chamada lei do processo eletrônico – possibilitou aliar o uso de tecnologias às necessidades judiciais. Com ela, os atos processuais realizados pelos meios digitais passaram a ter legitimidade. De acordo com o artigo 1º da lei, é admissível o uso de meio eletrônico para a tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais.

Mas o servidor Carlos Leonardo Pires, líder do Projeto Processo Eletrônico, lamenta que, apesar da legislação favorável e da tecnologia disponível atualmente, o papel continue a ser um elemento presente no Judiciário. Até agora.

Com a implantação do processo eletrônico, a expectativa é eliminar a tramitação em papel no Tribunal até o fim de 2009. "O usuário entende do negócio; nós criamos as ferramentas, ou seja, é um trabalho conjunto", resume o servidor.

A implantação do processo eletrônico, será mais um passo em direção à responsabilidade ambiental. O STJ e a sociedade ainda ganharão em celeridade processual, já que as fases "não nobres" no processo serão extintas. Quer dizer: nada mais de vaivém de carrinhos ou de carimbos nas folhas dos processos. O controle do fluxo do processo também aumentará, assim como a segurança das informações. ▪

Sheila Messerschmidt
messersc@stj.jus.br
Elaine Rocha
elaine.rocha@stj.jus.br

O e-STJ é uma das bases do tripé chamado processo eletrônico. Ele trata do acesso do cidadão, por meio de seu advogado, aos processos e trâmites processuais. Nele estão contemplados o peticionamento eletrônico, o Diário da Justiça On-line, o Sistema Push e o Visualizador de Processo. O t-STJ é outra base do projeto. Ele trata do trâmite processual que, com o processo eletrônico, torna-se digital: o que antes era manuseado pelo servidor, agora estará nos sistemas e na tela do computador. Completa o processo eletrônico o i-STJ, que cria condições para a integração de dados processuais entre o STJ, os Tribunais de Justiça, Defensoria, MPU, AGU e todos os entes públicos.

Processo Eletrônico

Todas as etapas serão feitas eletronicamente sem a necessidade do papel

Inovação do trâmite processual

O desenvolvimento do processo eletrônico não foi uma tarefa fácil. Durante meses, programadores, analistas, técnicos e engenheiros de rede planejaram detalhadamente o funcionamento do sistema que vai revolucionar o trâmite processual.

O trabalho valeu a pena. Com os documentos digitalizados, será possível controlar e visualizar eletronicamente a tramitação dos processos – do protocolo ao julgamento final – com apenas duas teclas: F10 (escaninho eletrônico individual) e F9 (visualizador de processo).

Com o escaninho eletrônico, o servidor vai monitorar todos os processos, petições e documentos que estão sob sua responsabilidade, separados e organizados por escaninhos virtuais. O novo aplicativo possui um conjunto de ferramentas para controlar as atividades e pendências. Para acessar o escaninho, basta pressionar a tecla F10 dentro do Sistema Justiça.

Tudo será feito eletronicamente, sem a necessidade de papel, pastas, grampos, carimbos e carrinhos para transportar pilhas de processos. No STJ informatizado, esses procedimentos serão realizados com teclado e mouse.

Para selecionar um item no escaninho, por exemplo, pressione o botão esquerdo do mouse e clique com o botão direito para abrir a lista de opções de tarefas – copiar, colar, transferir, entre outras. Tal ação permite copiar o número do registro do item para a área de transferência, possibilitando "colá-lo" em qualquer aplicação do Sistema Justiça.

O visualizador de processo (F9) é um aplicativo que permite acesso ao processo digitalizado. Para visualizar um processo, selecione-o na lista de itens do escaninho e pressione a tecla F9. Ao finalizar a atividade, conclua a operação selecionando a opção "retirar item do escaninho", ou arraste-o para outro escaninho utilizando o mouse. Simples assim.

O treinamento para a utilização das novas ferramentas começou pela Secretaria Judiciária, responsável pela autuação, classificação e distribuição dos processos. Depois foi a vez dos servidores lotados na Secretaria dos Órgãos Julgadores e o próximo passo será treinar os servidores dos gabinetes. Segundo o secretário de Tecnologia da Informação do STJ, Francisco Paulo Soares Lopes, será disponibilizado um técnico para cada gabinete.

A integridade dos dados, documentos e processos que tramitam no Tribunal serão atestados por identidade e certificação digital. A assinatura digital serve para codificar o documento de forma que ele não possa ser lido ou alterado por pessoas não autorizadas; a certificação é uma espécie de "cartório virtual" que garante a autenticidade dessa assinatura.

Visualizador externo

Para o público externo, o Tribunal ampliou a abrangência de seu portal da internet com a criação do e-STJ, ou "STJ Eletrônico", espaço em que estarão disponíveis ferramentas para peticionamento eletrônico e visualização digital dos processos.

Com a novidade, o acervo eletrônico do STJ poderá ser consultado 24 horas por dia por advogados que tenham certificado digital válido junto à ICP-Brasil, sem a necessidade de comparecer ao Tribunal. Representantes de entes públicos também poderão utilizar a ferramenta.

O acesso aos autos disponíveis no formato PDF poderá ser feito de qualquer computador com acesso à internet, em qualquer lugar do mundo, e os arquivos poderão ser impressos ou salvos no computador do usuário. Para os advogados que não dispuserem de certificação digital, o Tribunal disponibilizará meios para consulta em sua sede.

No formato digital, a localização dos feitos ficará muito mais fácil e ágil. Isso porque, mesmo com toda a organização dos servidores que armazenam os recursos, a enorme quantidade de feitos gera certa demora na busca de determinado processo. Agora, a busca e o acompanhamento processual serão feitos eletronicamente.

Com a implantação do processo judicial eletrônico e do e-STJ, o Tribunal incorpora um novo modelo de funcionalidade para oferecer à sociedade uma prestação jurisdicional mais rápida, eficiente e segura. ▪

Maurício Cardoso
mauricio.cardoso@stj.jus.br

Processo Eletrônico

Documentos administrativos também serão eletrônicos

Mais um passo digital

Ter um escritório virtual em casa, uma espécie de extensão administrativa do STJ que possibilite a resolução de questões como assinaturas de memorandos, ofícios, marcação de férias, entre outras ações, é um dos benefícios previstos no Sistema Agilis. A ferramenta é mais um passo da Corte em direção à era digital. O Agilis faz parte do Planejamento estratégico da Casa e, por meio da gestão documental (ciclo vital do documento) aliada à tecnologia, vai transformar em eletrônicos os expedientes administrativos do Tribunal.

A exemplo do que ocorre com os processos judiciais que tramitam na Corte, os documentos administrativos já existentes também serão digitalizados (transformados do papel em arquivos digitais) e poderão tramitar e ter seus despachos pela via eletrônica. Os novos expedientes já nascerão digitais. O Sistema Agilis, além de liberar o espaço físico hoje utilizado para o arquivamento de documentos em papel, vai tornar mais rápido o trâmite das questões administrativas.

A Secretaria de Documentação (SED) está à frente dessas mudanças. O Comitê Gestor do Agilis, coordenado pelo servidor Wilmar Castro, da SED, tem cronograma apertado. Segundo o coordenador, o Sistema, com as 230 exigências obrigatórias previstas pelo grupo, será disponibilizado ao Tribunal no mês de novembro e, até o final de dezembro, os servidores relacionados com o uso da ferramenta serão treinados.

A expectativa é que o STJ encerre 2009 com o aplicativo em plena utilização, testado e aprovado pelos usuários, e com a tramitação de documentos administrativos totalmente em ambiente eletrônico. "O Comitê definiu os itens obrigatórios para que o sistema faça a gestão arquivística (controle do ciclo vital do documento) e eletrônica dos expedientes administrativos com respeito às leis de produção, tramitação, uso, acesso e destinação final de documentos", destaca Wilmar Castro.

As vantagens do processo administrativo eletrônico confundem-se com as do processo judicial digitalizado: há mais segurança, qualidade e facilidade na guarda, conservação e localização de documentos nos arquivos da Casa; economia de recursos orçamentários (menos papel e tonner); melhor distribuição dos recursos humanos nas atividades da Corte (o controle dos processos por meio eletrônico exige menos pessoas em sua execução) e otimização dos espaços físico e virtual (rede de informática) do Tribunal.

Em contato com órgãos da Administração Pública, o Tribunal conheceu diversos sistemas de gerenciamento de documentos eletrônicos (TCU, TRFs, TST), entre eles o Fluxus, desenvolvido pela Justiça Federal do Ceará. Este sistema será adequado à infraestrutura tecnológica do STJ. "A dedicação e o apoio da equipe do Ceará fazem a diferença. Pretendemos firmar com eles um acordo de cooperação para que a transferência de tecnologia seja feita da melhor forma possível e com as modificações que entendemos necessárias para que o sistema funcione de acordo com nossa realidade", ressalta o coordenador.

Atualmente, o STJ faz o controle do trâmite de documentos administrativos (caminho percorrido) por meio do Sistema Lince. Com a implantação do Sistema Agilis, o Lince será desativado porque o novo aplicativo fará o registro eletrônico de todo o caminho do documento, além de cumprir sua principal função: promover a gestão arquivística das informações – controlar a "vida" do processo e sua guarda até se avaliar se ele pode ser eliminado no futuro e, caso possa, garantir que sejam respeitados os prazos legais para sua destruição.

História preservada

O avanço da era digital do STJ não deixa de lado a história da Corte, que tem documentos de importância. "Todos os expedientes em papel serão digitalizados, mas nem todos poderão ser eliminados. Os de caráter histórico permanecerão arquivados. Os demais seguirão a Tabela de Temporalidade, que define o que fica arquivado permanentemente e o que pode ser descartado com o tempo, segundo a legislação em vigor", explica Wilmar Castro. Já os documentos administrativos criados a partir do Agilis, em novembro, serão todos eletrônicos. Eles também seguirão a Tabela de Temporalidade sob a coordenação da área de gestão documental da Corte.

"Se tivéssemos de guardar os arquivos digitais para sempre, teríamos o mesmo problema que hoje enfrentamos com a falta de espaço físico para tanto papel. Faltariam bits (memória) nas máquinas da nossa rede de informática! Então, os documentos eletrônicos também vão seguir a temporalidade, para que o sistema funcione bem e cumpra sua missão – controlar a guarda e o trâmite de atos administrativos, além de facilitar a localização de documentos de forma rápida e segura", finaliza o coordenador. É a era digital chegando para mudar positivamente o trabalho na Casa da Cidadania. ▪

Elaine Rocha
elaine.rocha@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social:** Miriam Moura • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

JULHO 2009

Ano XIV • nº 51

TRIBUNAL

Na digitalização de processos o STJ tem cem colaboradores com deficiência auditiva

Aqui ninguém fica de fora

Fotos: Luís Antonio

Desde que foi lançado o "Projeto Inclusão Social", em abril de 2005, servidores e administração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vêm aprendendo a lidar com várias maneiras de conviver no mesmo espaço, com respeito às diferenças. Receber alguém na Casa, por exemplo, com algum tipo de necessidade especial requer uma atenção única, às vezes, um olhar novo sobre aquilo que é comum em todos nós: a ausência de uma habilidade ou de um sentido específico. É o caso dos mais de cem colaboradores com deficiência auditiva que aqui trabalham na digitalização de processos. É o caso também daqueles que por aqui transitam solicitando mudanças naquilo em que nem mesmo o arquiteto pensou: um espaço onde se possa ir e vir com conforto e segurança.

De 2005 para cá, dezenas de obras foram feitas na Casa, como as rampas que dão acesso à mesa da Corte e à entrada das salas de julgamento. Um estudo da Coordenadoria Geral das Cidades, órgão ligado ao GDF, indicou algumas mudanças que devem ser implementadas para atender a um público, que, apesar de minoritário, precisa de uma atenção maior dos dirigentes. O balcão de atendimentos do protocolo, por exemplo, poderia estar à vista de um usuário com cadeira de rodas e determinados vãos poderiam ser maiores, detalhes imprescindíveis num órgão em que transitam milhares de brasileiros todos os dias. Conquistas simples, por exemplo, já estão em vias de aquisição. Um telefone para surdos, que funciona acoplado a um teclado. "A medida irá facilitar a comunicação de trabalhadores que desenvolvem importantes funções no STJ", explica a chefe do setor, Ana Cristina Reis.

Diversos projetos estão em andamento, elaborados pelos responsáveis pela política de inclusão do Tribunal, que vai desde a realização de seminários sobre sensibilização, planejado para setembro, até a implantação de um sistema que deve permitir às pessoas com necessidades especiais o acesso às decisões da Corte. Hoje os eventos do Tribunal já contam com tradução na Língua Brasileira de Sinais (Libras), feita pelo Instituto Cultural, Educacional e Profissional de Pessoas Portadoras de Deficiência do Brasil (ICEP). A tradução em Libras deve ir agora ao ar no programa transmitido pelo STJ, o "STJ Cidadão", que passa na TV Justiça aos sábados e domingos, às 19 h e às segundas, às 22 h, além de ser transmitido para mais de 30 parceiros em todo o Brasil. Esse programa, disponível também na internet, trata das decisões do STJ aplicadas ao dia a dia do cidadão. A Libras é um tipo de linguagem adaptada à capacidade de expressão dos surdos e esse público logo deve ser atendido também em outros programas da TV Justiça.

Iniciativas do Projeto Inclusão Social

inclusão de tradução em libras nos eventos institucionais;

adaptação de pontos críticos das instalações do STJ (rampas);

adaptação de banheiros;

realização da Semana de Acessibilidade;

realização de eventos de sensibilização;

disponibilização de softwares específicos para os colaboradores.

A linguagem dos sinais foi incorporada aos eventos do STJ

Tradução

O mais importante programa do Tribunal, no entanto, ainda está em vias de viabilização: a aquisição de um *software* que faz a tradução em Libras das notícias e decisões no próprio *site* do Tribunal. Essas ferramentas são essenciais tanto para quem aqui trabalha quanto para a sociedade como um todo. O servidor Luiz Lopes Batista, lotado na Comissão Permanentes de Ministros, fala que sua produtividade aumentou consideravelmente desde que o Tribunal adquiriu um programa especial para deficientes visuais, em 2000. Ele está na Casa há quase 20 anos e aguarda a atualização desse *software*. "Antes não havia conhecimento ou sensibilização disponível sobre os recursos que nos poderiam ser oferecidos", conta. "Hoje as possibilidades são maiores." Quando começou a trabalhar, contava com o auxílio de colegas que liam as decisões e as notícias do Tribunal. Hoje já pode fazer isso sozinho. Ele acompanha as sessões de julgamento e toma nota em braile dos principais julgados do Tribunal, além de produzir as notícias do Informativo de Jurisprudência. ▪

Catarina França
Catarina.França@stj.jus.Br

SEGURANÇA

Equipe do STJ recebe treinamento no zoológico sobre captura e contenção de espécies

Resgate animal

Nem só de processos estão rodeados os servidores do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em um terreno de 64.800 m² não é de se admirar que convivam nesta área diversas espécies da fauna típica do cerrado. E, vez por outra, a equipe de brigadistas que atua no Tribunal tem de intervir para preservar a vida dos animais e a integridade física de quem circula por aqui.

Atrás de conhecimentos sobre captura e contenção, um grupo formado por 60 servidores e brigadistas recebeu treinamento de biólogos e veterinários do Zoológico de Brasília. O curso, gratuito, já foi ministrado ao pessoal que atua em outros órgãos próximos ao STJ, como a Procuradoria-Geral de República.

Considerando o atendimento das ocorrências envolvendo animais, a Secretaria de Segurança do Tribunal procurou o Zoo e firmou a parceria. O treinamento abrangeu os cuidados com aves, serpentes, escorpiões, aranhas, abelhas, saruês e outros pequenos mamíferos. Sim, acredite. Todos estes animais "frequentam" o STJ.

O servidor Cláudio Morais Maia, que participou do curso, acredita que foi uma oportunidade para aprender a reagir e desencadear ações para preservar vidas. "Havendo o encontro com um animal, comunicar à Segurança é o ideal, porque a possibilidade de um acidente é maior se a pessoa não está capacitada", comentou.

A equipe de brigadistas tem recordações de alguns visitantes inusitados. O mais recente foi uma andorinha que invadiu um gabinete pela janela e mobilizou toda a assessoria. Processos deixados de lado por alguns minutos, foram chamados os brigadistas, que libertaram a ave.

Há três anos atuando no STJ, o brigadista Leandro Andrade de Oliveira disse que o curso foi fundamental para aprender a técnica correta nesses casos. "Poucas pessoas sabem que um pássaro pode sufocar se pressionarmos o seu peito. Ele não tem a mesma proteção que os mamíferos", afirmou.

Outro animal de presença constante no STJ é o saruê. Um espécime já foi retirado do motor de um carro no estacionamento; outro, resgatado de um bueiro próximo ao edifício Ministros I. Marimbondos foram despejados do edifício dos Plenários, logo acima do espelho d'água. Escorpiões e aranhas marcam presenças insistentes e inoportunas em diversas salas. Além disso, a ronda para evitar que abelhas se instalem é constante.

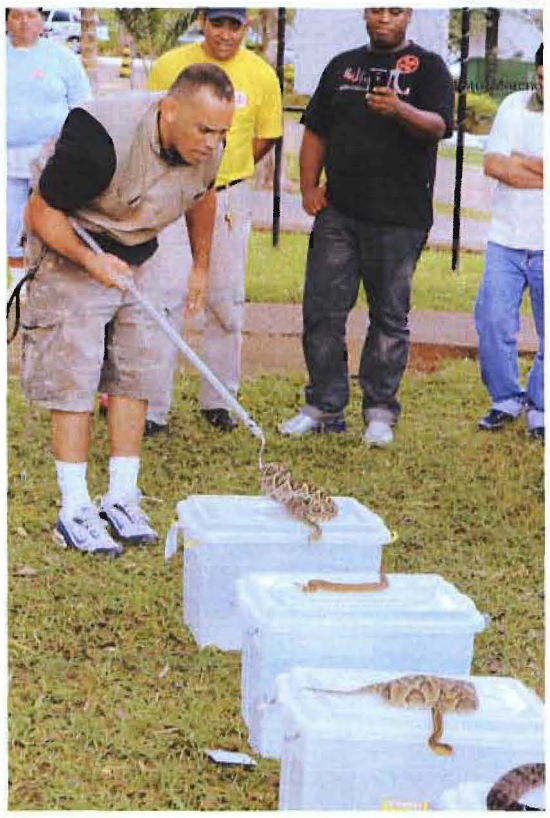
Mas a fauna não é formada apenas por animais silvestres. Há cerca de dois meses, uma cadela vira-lata apropriou-se de uma toca na obra do novo restaurante, junto ao prédio da Administração. Ali, teve cinco filhotes, mas passou a ser afugentada a cada passeio que arriscava. Desconfiados da insistência da cadelinha em retornar ao local, os brigadistas investigaram e descobriram as crias. Quatro filhotes foram resgatados e adotados imediatamente por servidores. O quinto filhote? A mamãe vira-lata levou.

A Superintendente de Conservação e Pesquisa do Zoo, Cléia Lúcia Magalhães, explica que, em geral, esses animais saem de áreas com cerrado degradadas. "Os animais estão se afastando do hábitat em busca de alimento. O melhor a fazer é destiná-los a locais que proporcionem condições de sobrevivência", relata a veterinária.

A chefe da brigada do STJ, Viviania Mourão, adverte para o risco de uma pessoa sem preparo adequado tentar capturar qualquer animal. Antes improvisados, a partir do novo treinamento, os instrumentos para resgate e contenção de espécies silvestres (como redes e ganchos apropriados) deverão ser providenciados pela Secretaria de Segurança nos próximos meses. De acordo com Viviania, o objetivo é não ferir os animais e resguardar a saúde das pessoas. ▪

Sheila Messerschmidt
sheila.messer@stj.jus.br

Foto: Moreno



Brigadistas recebem treinamento

Saiba como proceder e como evitar acidentes

- *evite trabalhar descalço;*
- *sempre olhe dentro dos sapatos antes de calçá-los;*
- *mantenha bolsas fechadas para evitar a entrada de animais pequenos;*
- *lembre que armários e gavetas sempre podem ser esconderijos;*
- *encontrando um animal, ligue para a Central de Segurança, discando #5 ou o ramal 8989;*
- *informe o local e, se possível, de que animal se trata;*
- *procure isolar a área até que a equipe chegue ao local;*
- *nunca tente capturar o animal.*

SEGURANÇA

A identificação dos visitantes fica mais segura com o novo sistema

Segurança a toda prova

Foto: Luis Antonio

A leitura do crachá agora é feita na parte superior do equipamento

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) está com um novo sistema de segurança. A modernização começou nos 15 pontos de acesso ao Tribunal da Cidadania, que receberam novas catracas e equipamentos de raio X, além de pórticos detectores de metal. As mudanças vieram para facilitar o monitoramento de quem ingressa no STJ e o vaivém dos servidores.

Para o secretário de Segurança, José Ximenes, o novo sistema de identificação evita que pessoas mal intencionadas ou com documentação falsa possam adentrar livremente o Tribunal e praticar crimes. O secretário explica que o número de catracas nas portarias do térreo aumentou, o que reduzirá a aglomeração de pessoas nos momentos de pico. A utilização dos equipamentos de raio X e pórticos, que passam a funcionar no início de agosto, também aumentará a segurança interna da instituição. Vale lembrar que, em dias de sessão de julgamento, cerca de oito mil pessoas transitam pelo STJ; quando há eventos abertos ao público externo, esse número sobe para aproximadamente dez mil.

"Com a implantação do novo sistema, foi também melhorado o controle de imagens, possibilitando obter uma melhor definição nas gravações realizadas em todas as portarias de acesso", acrescenta Ximenes.

Mas a mudança não parou por aí. Crachás digitais e com um novo leiaute foram distribuídos aos servidores, estagiários e terceirizados. A tarefa ficou por conta do setor de credenciamento da Secretaria de Segurança. Mais moderno, o novo crachá tem um chip interno que permite o armazenamento de mais dados do servidor. Assim, outros setores do STJ poderão utilizar as informações contidas na identificação funcional. Junto com o crachá, foi fornecido um cordão com o nome do Tribunal para ajudar na identificação do pessoal interno.

Outro destaque é o credenciamento dos visitantes. Além de fotografar a pessoa, o novo sistema de segurança vai digitalizar o documento apresentado, o que garante confiabilidade às informações prestadas.

O acesso à garagem dos servidores que têm direito à vaga (CJ-3 e CJ-4) também irá sofrer alteração. A entrada não será mais feita pela portaria principal, em frente do edifício dos Plenários, mas sim por uma nova cancela instalada perto do estacionamento nordeste, próxima ao local em que está sendo construído o novo restaurante. Segundo Ximenes, a entrada do veículo será liberada por meio do crachá funcional e não mais pela antiga credencial. A mudança deve ocorrer a partir de agosto. ▪

Marcela Rosa
Marcela.rosa@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretária de Comunicação Social em exercício:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XIV • nº 52 AGOSTO 2009

TRÂNSITO

GDF cria um parque e aumenta em 1,7 mil as vagas nos estacionamentos próximos ao STJ

Bem-vinda ampliação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entrou no cronograma de obras que preparam Brasília para os 50 anos, em abril de 2010. O Governo do Distrito Federal (GDF) assinou neste mês o decreto que destina áreas para ampliação de estacionamentos próximos ao Tribunal. Até o final deste ano, serão 1.774 novas vagas, além da regularização de outras 860 já existentes que se encontram em área provisória.

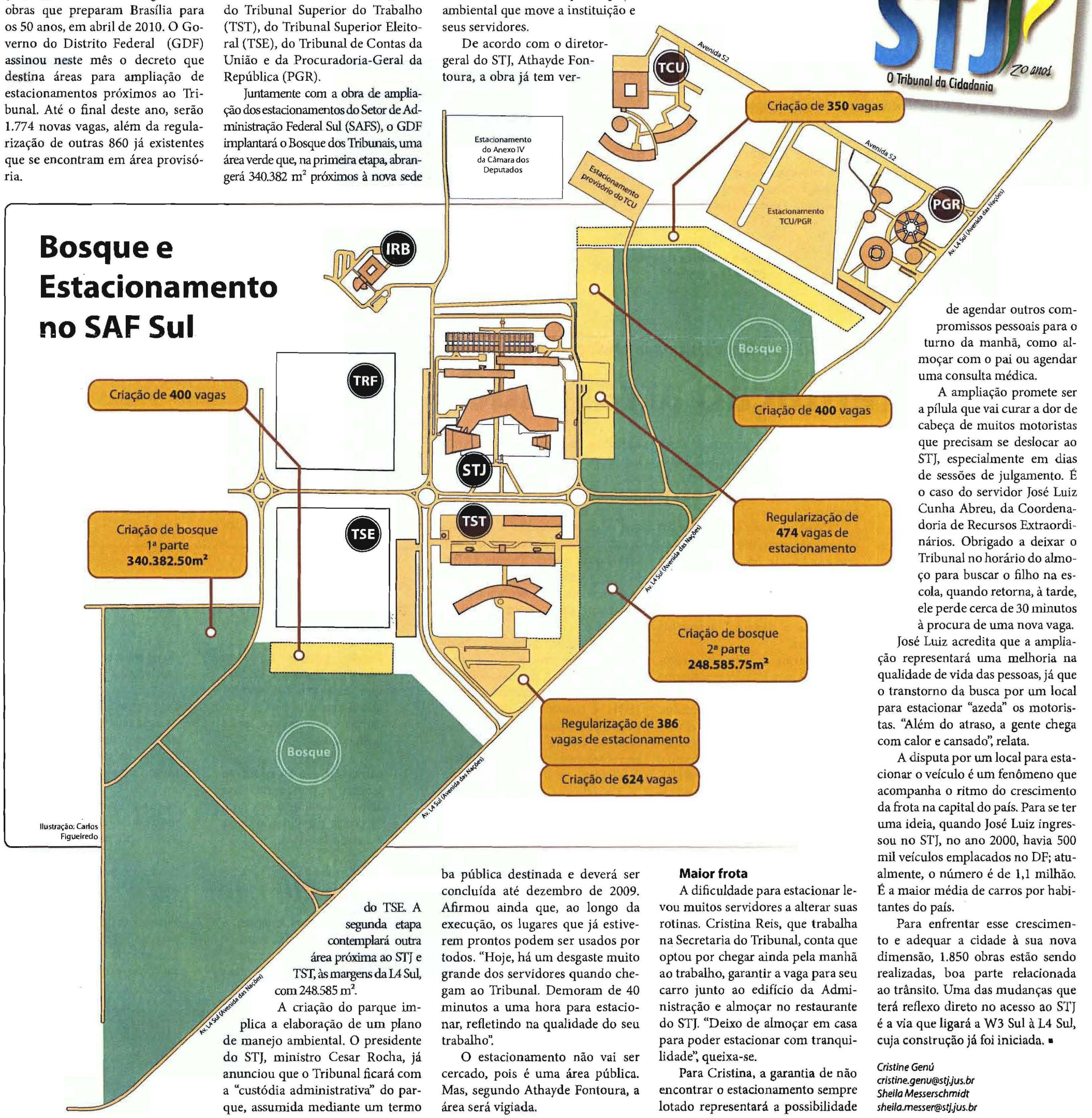
As vagas atenderão não só aos servidores e visitantes do STJ, mas do Tribunal Superior do Trabalho (TST), do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do Tribunal de Contas da União e da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Juntamente com a obra de ampliação dos estacionamentos do Setor de Administração Federal Sul (SAFS), o GDF implantará o Bosque dos Tribunais, uma área verde que, na primeira etapa, abrangerá 340.382 m² próximos à nova sede do TSE. A segunda etapa contemplará outra área próxima ao STJ e TST, às margens da L4 Sul, com 248.585 m².

A criação do parque implica a elaboração de um plano de manejo ambiental. O presidente do STJ, ministro Cesar Rocha, já anunciou que o Tribunal ficará com a "custódia administrativa" do parque, assumida mediante um termo de compromisso com o governo local. Mais um sinal da preocupação ambiental que move a instituição e seus servidores.

De acordo com o diretor-geral do STJ, Athayde Fontoura, a obra já tem verba pública destinada e deverá ser concluída até dezembro de 2009. Afirmou ainda que, ao longo da execução, os lugares que já estiverem prontos podem ser usados por todos. "Hoje, há um desgaste muito grande dos servidores quando chegam ao Tribunal. Demoram de 40 minutos a uma hora para estacionar, refletindo na qualidade do seu trabalho".

O estacionamento não vai ser cercado, pois é uma área pública. Mas, segundo Athayde Fontoura, a área será vigiada.



Maior frota

A dificuldade para estacionar levou muitos servidores a alterar suas rotinas. Cristina Reis, que trabalha na Secretaria do Tribunal, conta que optou por chegar ainda pela manhã ao trabalho, garantir a vaga para seu carro junto ao edifício da Administração e almoçar no restaurante do STJ. "Deixo de almoçar em casa para poder estacionar com tranquilidade", queixa-se.

Para Cristina, a garantia de não encontrar o estacionamento sempre lotado representará a possibilidade de agendar outros compromissos pessoais para o turno da manhã, como almoçar com o pai ou agendar uma consulta médica.

A ampliação promete ser a pílula que vai curar a dor de cabeça de muitos motoristas que precisam se deslocar ao STJ, especialmente em dias de sessões de julgamento. É o caso do servidor José Luiz Cunha Abreu, da Coordenadoria de Recursos Extraordinários. Obrigado a deixar o Tribunal no horário do almoço para buscar o filho na escola, quando retorna, à tarde, ele perde cerca de 30 minutos à procura de uma nova vaga.

José Luiz acredita que a ampliação representará uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, já que o transtorno da busca por um local para estacionar "azeda" os motoristas. "Além do atraso, a gente chega com calor e cansado", relata.

A disputa por um local para estacionar o veículo é um fenômeno que acompanha o ritmo do crescimento da frota na capital do país. Para se ter uma ideia, quando José Luiz ingressou no STJ, no ano 2000, havia 500 mil veículos emplacados no DF; atualmente, o número é de 1,1 milhão. É a maior média de carros por habitantes do país.

Para enfrentar esse crescimento e adequar a cidade à sua nova dimensão, 1.850 obras estão sendo realizadas, boa parte relacionada ao trânsito. Uma das mudanças que terá reflexo direto no acesso ao STJ é a via que ligará a W3 Sul à L4 Sul, cuja construção já foi iniciada. ▪

Cristine Genú
cristine.genu@stj.jus.br
Sheila Messerschmidt
sheila.messer@stj.jus.br

Inauguração está prevista para o mês de setembro

Novo restaurante

As obras do novo restaurante do Tribunal estão quase prontas e em breve já será possível desfrutar do espaço que promete oferecer aos servidores e visitantes mais conforto e comodidade na hora das refeições. Quem traz essa boa notícia é a Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, gestora do projeto, que prevê a inauguração do local para o começo de setembro.

A obra teve início em fevereiro deste ano e, mesmo com alguns atrasos, o projeto já dá sinais de sua finalização. Alguns equipamentos utilizados no atual restaurante já foram removidos para serem instalados no novo local. Segundo o arquiteto e assessor da Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura Joaquim Gaião Torreão Braz, o prazo para a construção termina no final do mês de agosto e, se tudo correr como previsto, em breve o restaurante será inaugurado. "A entrega do espaço estava prevista para julho, mas devido a contratempos, além das chuvas do começo do ano, a obra atrasou um mês."

A obra foi inteiramente custeada pela Caixa Econômica Federal, ou seja, o Tribunal não terá de ressarcir o investimento. Para evitar gastos excessivos, serão aproveitados equipamentos, móveis e materiais do restaurante atual. "Serão substituídos apenas os objetos que forem realmente necessários e não estiverem mais em condições de uso", explica Joaquim.

Até a inauguração do restaurante, alguns transtornos serão inevitáveis. Pensando nisso, a Coordenadoria de Arquitetura fará o possível para agilizar a mudança de equipamentos, móveis e maquinários para o novo local. "Faremos o maior esforço possível para evitar que o servidor sofra. Os serviços serão interrompidos somente quando o restaurante estiver pronto para receber os equipamentos", garantiu o arquiteto.

Novidades

Serão servidas no novo espaço cerca de 1,6 mil refeições nos sistemas self-service e à la carte. Para facilitar o acesso, a lanchonete e o restaurante self-service funcionarão em um local integrado. Somente o serviço à la carte continuará com uma entrada independente.

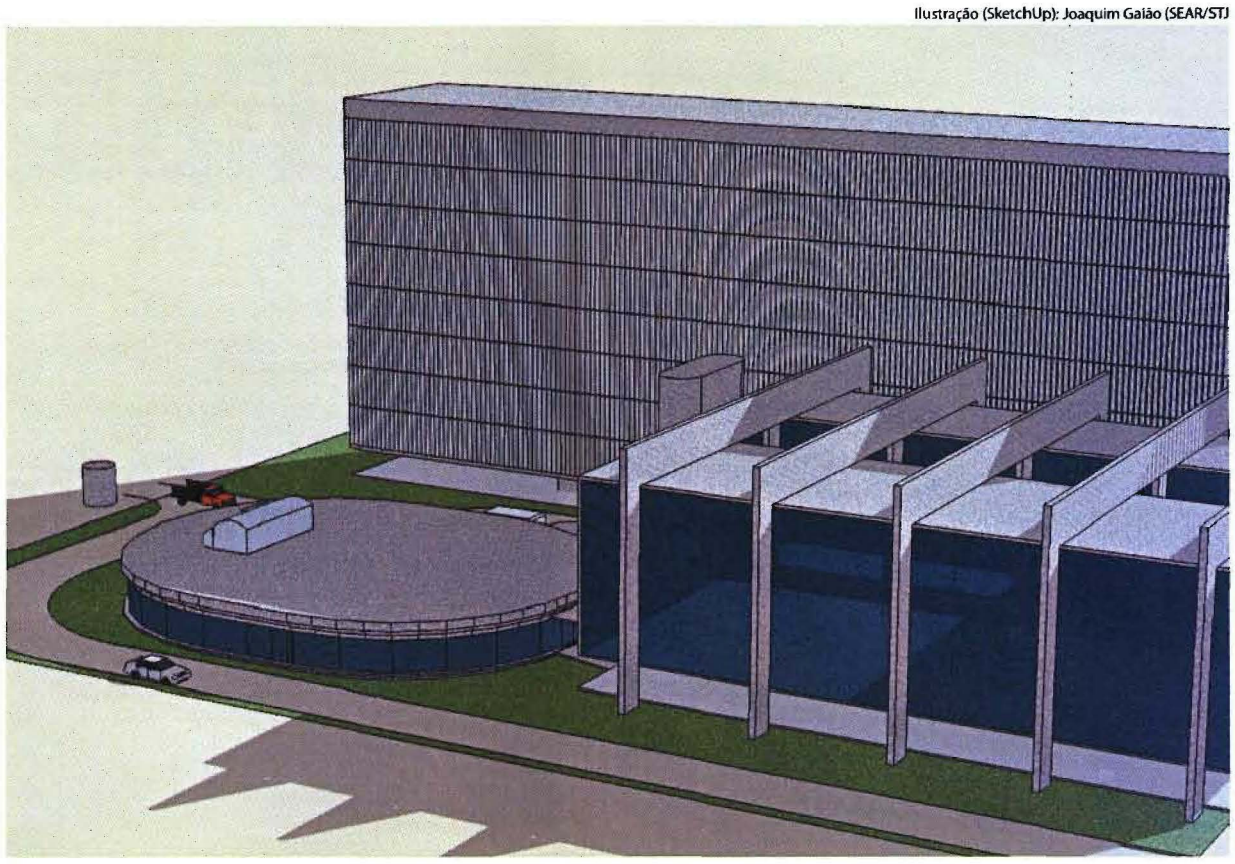
O restaurante funcionará no térreo entre os prédios da Administração e Ministros II. Joaquim Gaião informa ainda que a Praça do Servidor, localizada perto das novas instalações, também passará por adaptações para abrigar a nova obra. Serão construídas calçadas para fazer a ligação com o restaurante, além de um novo jardim.

As novas instalações prometem oferecer muitas facilidades aos servidores e visitantes, como o acesso rápido às instalações e maior agilidade no atendimento. Filas imensas e elevadores congestionados em breve não farão mais parte da realidade de quem diariamente usufrui dos serviços do restaurante.

O arquiteto explica ainda que, com o término das obras, poucos detalhes faltarão na entrega do novo restaurante. "Quando tudo estiver pronto, será feita uma vistoria em todo o espaço para apontar mudanças necessárias no local." De acordo com ele, após esse procedimento, o restaurante estará definitivamente pronto para atender o público. Agora é só aguardar o almoço de inauguração. ▪

Leane Francisco – leane@stj.jus.br

Ilustração (SketchUp): Joaquim Gaião (SEAR/STJ)



Concepção artística do novo restaurante

Saúde

Ao se alimentar bem no inverno, você fortalece o sistema imunológico e se livra das doenças

Boa alimentação atrai saúde

O inverno chegou e, com ele, todo o clima especial característico da estação. Mas nem tudo é encantador na época mais fria do ano. Esse também é o período em que aumenta a incidência de gripes e resfriados e se agravam as doenças respiratórias na população. Além disso, é um período em que nosso corpo demanda mais energia do que a normal, devido à baixa temperatura. E isso desperta o desejo por alimentos mais gordurosos e calóricos. Quem é que não gosta de comer *fondue* num dia frio?

Por essa razão, é importante dar uma atenção toda especial à alimentação e reformular alguns hábitos para preservar a saúde do corpo neste período. Uma dieta saudável, balanceada e rica em vitaminas e minerais faz toda a diferença.

A alimentação balanceada é muito mais do que preocupação estética, vaidade ou moda. Uma dieta equilibrada é uma questão de cuidados com a saúde. Para o chefe da Seção de Assistência Nutricional, Aldemir Soares Mangabeira Júnior, a importância de uma dieta balanceada não pode ser percebida em curto prazo. Segundo ele, o desbalanceamento da dieta produz desajustes tanto na funcionalidade como no trânsito intestinal. Com efeito, pessoas com intestino irritado ficam indispostas, têm prejuízos no sono e até ficam expostas à depressão.

"É comum ouvir que a gente é o que a gente come, talvez o mais correto atualmente seja dizer: a gente é o que a gente come, absorve e excreta. Quando qualquer uma dessas etapas apresenta problema, estamos suscetíveis a doenças" acrescenta Mangabeira.

São vários os alimentos recomendados para fortalecer o sistema imunológico. Entre eles, estão as frutas, os vegetais crus e cozidos, a soja, o tomate, a cebola, o alho, o peixe, o óleo de peixe e os alimentos que regulam a nossa flora intestinal chamados de prebióticos e probióticos (geralmente encontrados no iogurte). Outra dica importante para aumentar a imunidade é não deixar de beber bastante água e comer saladas durante o inverno, já que elas são muito importantes para o bom funcionamento do organismo.

Vale ressaltar que desde 2007, nos banheiros dos restaurantes, estão afixados cartazes que falam sobre virose. São dicas para procedimentos de segurança antes e depois da utilização dos banheiros e da realização de refeições que, neste tempo, devem ser revisados dado o risco aumentado.

Respirar bem

É na estação mais fria do ano que o corpo estranha a mudança brusca de temperatura, o que colabora para o aparecimento de resfriados e doenças respiratórias. As mais frequentes são bronquite, rinite, sinusite, asma, faringite, gripes e resfriados.

Mas uma em particular chama a atenção das pessoas. A influenza A (gripe suína), que se espalhou rapidamente pelo mundo. O vírus H1N1 é transmitido de pessoa a pessoa principalmente por meio da tosse ou espirro e de contato com secreções respiratórias de pessoas infectadas.

Os sintomas são similares aos da gripe comum, porém mais agudos. Segundo o Ministério da Saúde, é comum o paciente apresentar febre acima de 38º, tosse, dor de garganta, dor no corpo, dor nas articulações e dificuldade para respirar.

Uma das medidas tomadas para acabar com essa epidemia foi a compra de milhões de kits para combater o vírus. De acordo com o Ministério da Saúde, ao todo, são nove milhões de kits estocados na Fiocruz (RJ) e mais de um milhão deverá chegar ao Brasil nas próximas semanas.

Mas vale alertar que as doenças respiratórias podem ser evitadas. Além de uma ótima alimentação para fortalecer o sistema imunológico, outras medidas são importantes para evitar essas ocorrências. ▪

Marcela Rosa
Marcela.rosa@stj.jus.br

A Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS) dá algumas dicas simples:

1. Pegue aquele cobertor, edredom e roupa de frio que estavam há tempos guardados e lave-os, secando ao sol para uso nesta temporada;
2. Mantenha, se possível, as janelas e portas de casa abertas durante o dia, para favorecer a circulação de ar e a entrada do sol;
3. Tome muito líquido, suco de frutas e muita água;
4. Prefira bebidas quentes e leves como chás, sopas e caldos em pequenas quantidades e intervalos, evitando os excessos e as comidas gordurosas;
5. Cuide bem da sua pele, usando protetor solar quando se expuser ao sol e hidratante, pois se inicia agora o tempo seco;
6. Pratique exercícios de preferência das 8h às 10h e das 16h às 18h, para uma menor exposição ao sol, aproveitando os períodos menos frios;
7. Proteja-se das variações bruscas de temperatura, procurando se agasalhar bem, conforme as situações.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretário de Comunicação Social:** Fernando Luz • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XIV • nº 53 SETEMBRO 2009

INFORMÁTICA

É um raio? Um SMS? Não, é a convergência de informações do Tribunal

Perfeita combinação

STJ 20 anos
O Tribunal da Cidadania

Romeu e Julieta, a combinação perfeita da goiabada com o queijo, cai como "uma luva" para se falar da nova fase da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), que está recebendo a área de telecomunicações do Tribunal para unir a tecnologia dos dados informáticos à da voz.

As palavras de ordem são convergência, união, encontro num mesmo ponto. "Estamos seguindo a tendência tecnológica mundial. Em décadas anteriores, a telefonia era relacionada diretamente com a área de engenharia. Agora, no mundo da internet, as telecomunicações fazem parte da tecnologia da informação – os dois serviços (sistemas de informática e telefones) trafegam juntos numa única rede de dados que também transmite voz", explica Eronildes Ribeiro da Silva, assessor da STI.

A tecnologia da informação e as telecomunicações sempre tiveram atividades em comum, mas caminhavam em cabos separados. Agora, os dois serviços funcionam numa rede única, por meio do mesmo cabo que leva os dados de informática e os arquivos de voz dos telefones da Casa. Segundo Eronildes Silva, o STJ não é pioneiro nessa ação de convergência. "O que aconteceu foi que as transmissões de dados e de voz se uniram no mesmo meio de transmissão. Em outros órgãos públicos e na iniciativa privada, essa migração da telefonia para a informática já aconteceu há algum tempo. Um não funciona sem o outro."

Fotomontagem (fotos: stockxpert.com)

Transmissões de dados e de voz se uniram na mesma área do Tribunal

Atendimento planejado

A união da tecnologia da informação e das telecomunicações também prevê a melhoria do atendimento telefônico aos usuários. "Estamos investindo no *call center* do Tribunal, que engloba os Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC). Queremos divulgar os ramais de discagem rápida, que agilizam o registro de solicitações de informática (#9), serviços (#3), segurança (#5) e outros", enfatiza Eronildes Silva.

Uma das medidas da nova fase da STI é investir no atendimento do SAC de informática, o conhecido 9393, que também funciona com o #9. Os computadores dos atendentes que trabalham no SAC da STI receberam o *Open Scape/Manager*, *software* de gerenciamento telefônico que controla os ramais disponíveis para chamadas, as ligações que esperam atendimento, os números dos telefones dos usuários que desistiram das ligações (discagem de número errado, telefonema não atendido etc). Com o *software*, o setor poderá identificar a demanda dos usuários em cada turno, os horários de pico, as áreas que registram mais chamados de informática, entre outros fatores, e, assim, planejar ações em prol do usuário.

Economia com mais serviços

Apesar de haver necessidade de investimentos iniciais para que a convergência física passe a funcionar de vez, a tendência daqui para a frente é que o Tribunal economize recursos financeiros. "O STJ terá em breve uma economia de fato, pois só vai precisar investir em um meio de transmissão, não precisará mais adquirir dois sistemas – um meio para voz e outro para dados", explica Nelton Silva, chefe da Seção de Rede de Telecomunicação Fixa e Móvel.

O usuário interno do STJ também vai conhecer as vantagens que essa convergência gera em relação à oferta de serviços e à qualidade do atendimento. A central de telefonia está passando por uma reestruturação de equipamentos para a tecnologia IP, uma espécie de *upgrade* (atualização dos equipamentos com a adição de novos dispositivos e serviços), e vai oferecer em breve ramais IP, a mesma identificação que tem cada computador do mundo. "Além dos ramais analógicos e digitais, teremos mais uma opção para o usuário – os ramais IP (ramais com endereço virtual, como o dos computadores)", destaca Nelton Silva.

Segundo o chefe de seção, "comparando-se com a tecnologia analógica tradicional, a telefonia IP, embora não seja 100%, é mais segura". Como a voz da telefonia IP trafega por meio de uma rede de dados, são reduzidos os riscos de interceptações ilícitas. Eronildes Silva completa as palavras do colega de setor: "Se houver uma interceptação clandestina, provavelmente, o interceptador só vai ouvir chiado, não vai conseguir decodificar a voz". Com a telefonia IP, o STJ poderá economizar, por exemplo, nas ligações entre a sede do Tribunal e suas representações nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. As ligações, mesmo sendo entre o Distrito Federal e os dois estados, não serão computadas como interurbanos. Os telefones IP serão ramais e, com isso, os contatos telefônicos com as representações terão custo zero. ▪

Elaine Rocha
elaine.rocha@stj.jus.br

Ligue já!

Esses números valem "ouro", pois significam atendimento mais ágil! Recorte o quadro de discagens rápidas do STJ e cole em sua agenda, no computador ou em local visível. No Tribunal mais preocupado do país em agilizar os julgamentos dos processos dos cidadãos, seus usuários internos também têm pressa em ser atendidos e os serviços disponibilizados por diversas Secretarias sabem disso. Confira os números de discagem rápida:

#2 = ASSTJ (ramal: 8360)
#4 = Pagamento (9292)
#5 = Central de Segurança (8989)
#7 = SAC/CJF (9962)
#9 = SAC/STI (9393)

As discagens #3, #6 e #8 não estão em funcionamento. Para serviços de telefonista, ligue o ramal 11. Já o SAC/SAF atende pelo ramal 8080 (serviços gerais, reprografia, limpeza, mudanças de móveis, telefonia, ar-condicionado, pedido de material fora do prazo, marcenaria, copa, reparos elétricos e de elevadores, serviços de mensageiros, movimentação de patrimônio, paisagismo, transporte e serviços de arquitetura).

Comunicação

O trabalho desenvolvido foi finalista em três categorias

STJ ganha prêmios de comunicação

A Secretaria de Comunicação Social do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi contemplada com dois prêmios no VII Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça. Concorrendo em três categorias, o STJ foi contemplado pelos projetos *Informe-se* (categoria Jornal) e *STJ na Era Virtual* (categoria Modernização da Justiça). O projeto STJ 20 anos, reportagem de Rádio, ficou com o terceiro lugar.

A premiação ocorreu durante a realização do Congresso Brasileiro de Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), na cidade de São Luís (MA). Ao todo, concorreram 54 trabalhos do Poder Judiciário de todo o País em 17 categorias.

O prêmio foi criado em 2003 com o objetivo de valorizar os trabalhos desenvolvidos pelas assessorias de comunicação dos órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público e outras instituições ligadas ao Judiciário.

Este ano, foi criada, a 18ª categoria – a de Prêmio Honorário, resultado de uma parceria do Fórum Nacional de Comunicação e Justiça (FNCJ) com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O agraciado foi o jornalista Luiz Orlando Carneiro, do Jornal do Brasil.

Projetos do STJ

O Informe-se faz parte da comunicação interna do STJ há 14 anos. Foi criado com o objetivo de unificar, em uma só mídia, as informações relevantes para o dia a dia dos servidores, terceirizados e estagiários da Casa. O informativo mensal tem uma tiragem de três mil exemplares.

O boletim inscrito para concorrer foi a edição especial de comemoração aos 20 anos do Tribunal (abril de 2009), que retrata as mudanças ocorridas nesse tempo, bem como traz perspectivas de futuro da Corte, visualizado na matéria sobre a digitalização dos processos. E matérias do cotidiano das pessoas que se conheceram no Tribunal e dedicam grande parte da sua vida ao trabalho no STJ.

O programa de televisão *STJ Cidadão Especial* sobre a virtualização dos processos no Tribunal resultou da iniciativa da Secretaria de Comunicação Social de registrar o gigantesco e pioneiro trabalho coordenado pela Secretaria de Tecnologia da Informação para acabar com o processo em papel. O objetivo foi mostrar todos os aspectos envolvidos na tarefa: a meta de digitalizar os processos, os benefícios para a saúde dos servidores, a economia de espaço, tempo e dinheiro, a possibilidade de funcionamento 24 horas e o aumento da segurança com o início do processo eletrônico.

A reportagem de rádio faz parte de uma série em homenagem aos 20 anos do STJ. Foram realizadas pesquisas por meio de entrevistas de personalidades jurídicas e levantamento de dados sobre a história do Tribunal da Cidadania. ▪

Cristine Genu
cristine.genu@stj.jus.br

Foto: Sandra Fado

Taquigrafia

Área reconhecida como feminina, a Taquigrafia tem o seu primeiro coordenador

Novos tempos

Ainda hoje, em pleno século XXI, surpreendemo-nos com notícias que destacam a participação das mulheres nas profissões tidas como pertencentes ao "universo masculino". A primeira nomeação de uma ministra no Superior Tribunal de Justiça (STJ) se deu 10 anos após sua criação.

Vinte anos após a criação do STJ, dez anos após a nomeação da ministra Eliana Calmon, em 12 de agosto de 2009, a Coordenadoria de Taquigrafia do STJ fez o caminho inverso: passou a ter o primeiro homem como coordenador, José Teixeira Moura. Teixeira, como é conhecido, é analista judiciário e iniciou sua carreira em 1981, no extinto Tribunal Federal de Recursos. Na Taquigrafia, Teixeira irá coordenar 25 homens e 102 mulheres. Por ser considerada uma profissão feminina, às vezes, as pessoas se confundem ao procurar pela coordenadora Teixeira, em vez de perguntar pelo coordenador.

A Taquigrafia é muito presente no expediente do STJ. Atua nas reuniões do Plenário, nas Seções e nas Turmas, principalmente no acompanhamento dos julgamentos. Está presente, também, em solenidades e eventos internos e externos e atua no Conselho da Justiça Federal, na Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência e na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.

Foto: Moreno

Teixeira vai dar continuidade à modernização do setor

Atuação

"Há 10 anos o STJ adotou o Sistema Integrado de Notas Taquigráficas, que trouxe maior dinamismo ao trabalho do taquígrafo. A nota taquigráfica, que levava até cinco dias para ser entregue no gabinete de algum ministro, hoje leva apenas duas horas para chegar", explica Teixeira. Mas o coordenador quer tornar o processo ainda mais rápido. "Estamos trabalhando para lançar um novo sistema em novembro. A nota taquigráfica vai ser entregue em tempo real, o secretário vai poder fazer a certidão ainda na sala dos julgamentos. Queremos que o sistema esteja em pleno funcionamento a partir de fevereiro de 2010."

A praticidade é outra preocupação de Teixeira, ele quer minimizar as dificuldades enfrentadas pelos taquígrafos no deslocamento da Coordenadoria para os locais de realização de coleta das notas e vice-versa. Segundo ele, aquilo que não exigir urgência ou caráter pericial, como as notas provenientes de eventos e solenidades, vai poder ser enviado de casa pelo profissional, como ocorre nos gabinetes virtuais, em que cada ministro pode fazer uso dos meios eletrônicos para enviar seus trabalhos. Após o envio da nota, o pessoal que estará no STJ fará a revisão e a preparação do material.

Outra questão a ser melhorada pela Coordenadoria de Taquigrafia diz respeito ao tempo perdido entre as trocas de taquígrafos, na cobertura dos julgamentos. Teixeira disse que, para cada Turma de ministros, por exemplo, são necessários dez taquígrafos. Cada funcionário gasta, em média, 40 minutos indo e vindo, da Coordenadoria até as salas de julgamento. Esse trajeto é feito, no mínimo, cinco vezes ao dia."Estamos tentando fazer com que o STJ invista em um meio mais moderno e seguro de acompanhamento dos julgamentos. Queremos fazer com que as notas sejam coletadas aqui na estação de trabalho, a exemplo do que é feito na Corte Especial, cujos julgamentos são transmitidos pela intranet", afirma.

"A nova experiência à frente da Coordenadoria de Taquigrafia tem sido muito boa." Teixeira atribuiu sua satisfação ao fato de estar cercado de pessoas extremamente qualificadas e competentes. Ele finaliza a entrevista dizendo que a prevalência de mulheres na Taquigrafia só veio facilitar seu trabalho. "Tanto a organização quanto o sexto sentido, característicos das mulheres, são a diferença na qualidade dos serviços prestados pela Coordenadoria de Taquigrafia." ▪

Ricardo Tom
ricardo.oliveira@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretário de Comunicação Social:** Fernando Luz • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Eduardo Lessa/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XIV • nº 54 OUTUBRO 2009

CAPACITAÇÃO

STJ é o único tribunal do país que oferece curso de formação para servidores que pretendem atuar em gabinete

Exclusividade e Excelência

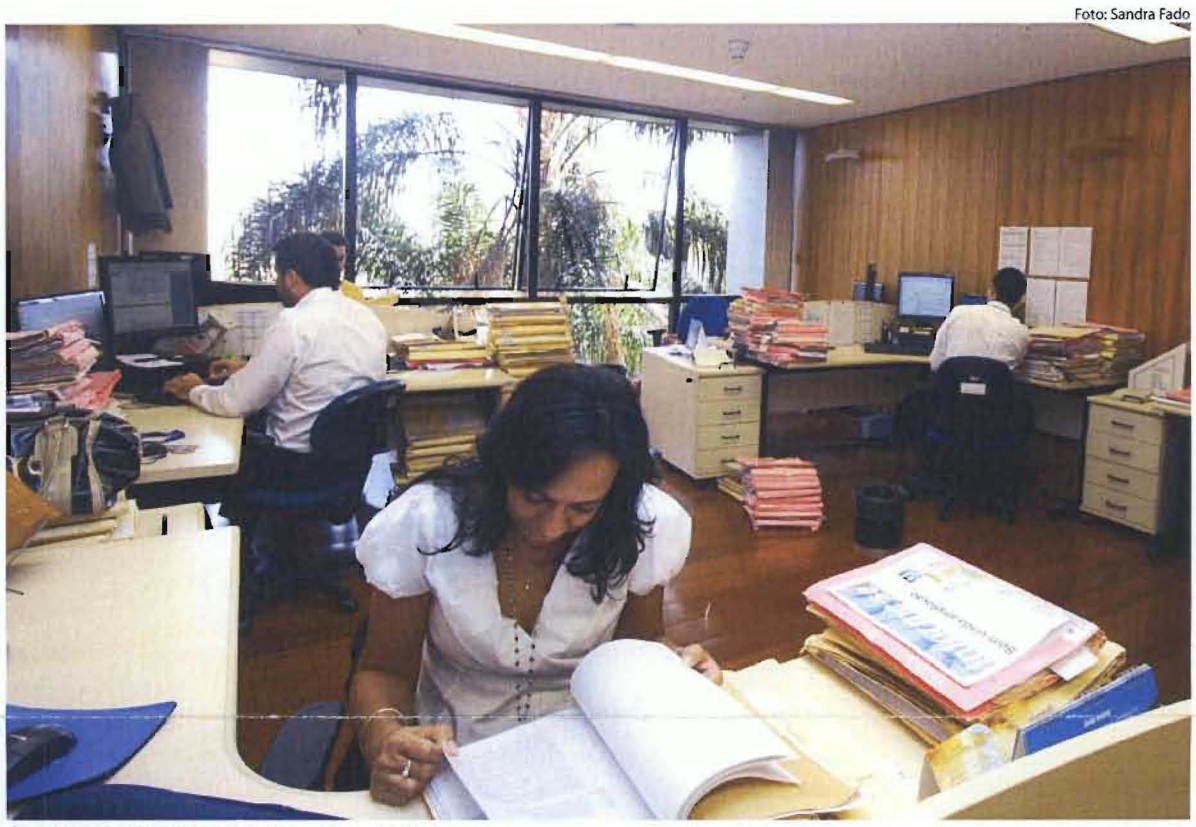
Agitado e constantemente disponível para atender dúvidas jurídicas dos colegas, ele está sempre correndo pelo gabinete do desembargador convococado Paulo Furtado. Trata-se de Ricardo Silva, idealizador e instrutor do único Curso de Formação Básica para Atuação em Gabinete existente nos tribunais brasileiros. Quem ganha é o STJ, que pode treinar e aprimorar os conhecimentos dos servidores, a fim de agilizar o julgamento das causas que se avolumam a cada dia e abarrotam todas as sessões de julgamento.

Rodeado por centenas de processos de capas amarelas e rosas que avançam pelas estantes, chão e mesas de sua pequena sala, Ricardo fala com entusiasmo do curso que criou e que já formou nove turmas. "São mais de 200 servidores formados, muitos deles se tornaram assessores. Eu mesmo fui chefiado por um ex-aluno. É importante ver o profissional crescendo dentro do Tribunal. A gente precisa resgatar a autoestima do servidor, o orgulho de pertencer a uma instituição do porte do STJ".

Para tanto, o professor com 20 anos de experiência no Judiciário e há 10 trabalhando na Casa elaborou um curso que, além de visar ao aperfeiçoamento técnico do servidor para redigir minutas, relatórios e votos, também prima pela consolidação de valores éticos. "Trabalhamos a assertividade, a postura do profissional, a oratória e a motivação. No Brasil, não existe tribunal com uma infraestrutura como a nossa e devemos valorizá-la", enfatiza.

O embrião do curso nasceu da vivência do servidor no gabinete da ministra Eliana Calmon. Com o auxílio da servidora Hermínia Lúcia Santos de Oliveira, Ricardo montou a aula-piloto. De lá para cá, alguns procedimentos foram aperfeiçoados, mas a essência do conteúdo é a mesma. São 40 horas-aula, divididas entre o aprendizado teórico (estudo da admissibilidade do recurso especial e do agravo de instrumento contra inadmissão do recurso especial) e a prática jurídica, a elaboração em si da redação jurídica dos processos. "Simulo o dia a dia de um gabinete e passo casos de Resp [recursos especiais] para os alunos redigirem as decisões. A atenção dada aos participantes é individualizada, mas todos recebem o mesmo caso. A correção da redação do português jurídico e do entendimento do processo é feita de forma coletiva".

Foto: Sandra Fado



Qualificação dá agilidade e segurança à Justiça

O processo como ele é

Thomas Edson, o inventor da lâmpada, dizia que a genialidade era formada por 1% de inspiração e 99% de transpiração. Isso significa que, para conseguir a eficácia necessária, é preciso suar a camisa ou, no caso de encampar o único curso que forma servidores para tocar a rotina dos gabinetes, também vestir a camisa com muita dedicação. Ricardo consulta pilhas e pilhas de livros "para levar à sala de aula a jurisprudência mais fresca". O programa do curso foi elaborado integralmente pelo servidor, que leva duas horas para planejar sua apresentação do dia. O instrutor ainda preparou uma apostila de quase 400 páginas que fornece aos participantes um suporte de estudo. "Eu passo para os alunos a vida como ela é no STJ e no STF, cujas decisões nos afetam diretamente. Não adianta falar da realidade de outras instâncias. O curso é puxado e não podemos perder tempo".

O resultado desse afinco é que até o STF já entrou em contato com a Seção de Educação e Desenvolvimento Técnico-Jurídico, da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, para que Ricardo ministre um curso sobre recurso extraordinário para os servidores de lá. E os servidores daqui não têm do que se queixar: mais de 90% dos participantes do curso de formação avaliam a atuação do instrutor, que é bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Público e Processo Civil, excelente, tanto pelo domínio do conteúdo, quanto pela forma de ensinar (didática).

"O curso é excepcional. Faz uma diferença imensa para o Tribunal. É bem prático e dá uma visão panorâmica das atividades da Casa, mas sem perder o foco na atividade diária dos gabinetes", afirma a ex-aluna Bárdia Tupy, que é colega de gabinete do professor. Quem também tece elogios ao treinamento é Adma Monteiro Lima, servidora do gabinete do ministro Herman Benjamim: "Para quem não tem visão da atuação em gabinete ou até mesmo para quem já tem alguma noção, o curso é abrangente. Eu nunca havia trabalhado em gabinete e achei o curso completo. Superou minhas expectativas. Eu recomendo".

No quadro ao lado, confira o programa básico do curso. Podem participar bacharéis em Direito ou servidores que já trabalhem ou desejem atuar em gabinetes. Como o Tribunal está em processo de seleção de um local externo para a realização de treinamento, não há previsão de data para a 10ª edição do curso. ▪

Programa do Curso de Formação Básica para atuação em Gabinete de Ministro

Aula	Aula Teórica	Aula
1ª	I. Organização Judiciária; II. Recurso Especial; III. Admissibilidade do Recurso Especial – Súmula 284 do STF	Caso 1
2ª	I. Redação Jurídica	Caso 1
3ª	Fundamentação do acórdão recorrido	Caso 1
4ª	Prestação Jurisdicional da Instância Ordinária pelo Superior Tribunal de Justiça	Caso 2
5ª	Prequestionamento	Caso 2
6ª	Dissídio Jurisprudencial	Caso 2
7ª	I. Reexame do Contexto Fático e Probatório no Recurso Especial; II. Revaloração do Contexto Fático e Probatório no Recurso Especial	Caso 3
8ª	Recurso Especial Repetitivo – Lei n. 11.672/2008	Caso 3
9ª	Roteiro Prático para Exame do Recurso Especial	Caso 3
10ª	Agravo de Instrumento contra inadmissão do Recurso Especial	Agravo
11ª	Embargos de Declaração – Súmula 182 do STJ – Agravo Regimental	Agravo
12ª	Noções sobre outros processos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça	Eresp CC RMS MC PET
13ª	Revisão de toda matéria; I. Ética Institucional; II. Visita a Gabinete; III. Avaliação do Curso	

Luciana de Assunção
lassunca@stj.jus.br

SAÚDE

Projeto social instrui como proceder para conseguir medicamentos de alto custo financiados pelo Estado de maneira mais rápida

Saia da fila e ganhe saúde

Renato Falcão é servidor do STJ há mais de 20 anos. Trabalha na Informática e sempre quis ser professor. Diante das dificuldades que a vida lhe trouxe, Renato viu esse sonho ficar cada vez mais distante. Aos 12 anos descobriu que tinha desenvolvido uma doença hereditária que causa um distúrbio primário no metabolismo do cobre, levando ao acúmulo desse metal no organismo, o que afeta diversos órgãos e tecidos, particularmente áreas do cérebro, córneas e rins – a doença de Wilson. Renato teve a fala e alguns movimentos afetados. "Meu irmão dizia que minha dicção não era boa para eu ser professor", relembra.

Por ser uma doença rara, encontrar os medicamentos necessários para o tratamento não é fácil nem barato. Renato precisa tomar três comprimidos de Cumprimine por dia, o que resulta em dois frascos do remédio por mês. Cada frasco custa em torno de R$ 150. O quadro da doença é irreversível, assim o remédio passou a fazer parte da rotina

Foto: StockPhoto

de Renato. O servidor conta que, por ser um medicamento não muito procurado e caro, em algumas farmácias o prazo de validade vence e ele é jogado fora. "Eu encomendava o remédio em São Paulo. Demorava uns três dias para chegar e eu ainda pagava mais caro por causa do frete", conta.

O PRÓ-SER, programa do STJ que ajuda no financiamento de tratamento médico e odontológico aos servidores e seus dependentes, arcava com 80% do custo do medicamento e ajudava Renato no tratamento. Cerca de seis meses atrás, porém, ele descobriu por meio de seu irmão, que sofre da mesma doença, um projeto social que visa esclarecer todas as dúvidas relacionadas à aquisição gratuita de medicamentos de alto custo fornecidos pelo Estado e facilita o acesso do cidadão a esses medicamentos: o saiadafila.com.

Uma Solução

O projeto foi idealizado por Francisco Ivan de Souza de Araújo, funcionário da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Ele conta que a ideia surgiu quando trabalhava na Seção de Distribuição de Medicamentos de Alto Custo. Lá, testemunhava a dificuldade das pessoas para conseguir liberação de um remédio, na maioria das vezes por falta de informação.

"Algumas pessoas tinham que ir e voltar inúmeras vezes para conseguir o seu medicamento, só porque não sabiam que era necessário trazer um formulário preenchido ou uma receita médica", afirma. Ivan decidiu reunir em um mesmo endereço eletrônico todas as informações necessárias para o paciente conseguir a liberação dos mais diversos tipos de medicamentos de alto custo, elencados de acordo com cada doença.

A pessoa interessada encontra no site dicas sobre como proceder, quais documentos levar e locais onde é possível retirar o medicamento da forma mais rápida. "A intenção é que o paciente tenha que ir apenas uma vez ao posto de saúde para pegar o remédio", explica Ivan.

O site entrou no ar em agosto de 2007 e conta hoje com mais de 21 mil pacientes cadastrados. Ivan já ganhou diversos prêmios que reconhecem projetos sociais e explica que tem planos para que o site alcance abrangência nacional, pois muitas pessoas ainda sofrem para custear seus tratamentos sem saber que o Estado pode lhes ajudar. "Já estou mobilizando uns contatos no Ministério da Saúde para que outras pessoas comprem a ideia em outros estados, assim poderemos levar informação para os quatro cantos do Brasil".

Através do saidafila.com, ficou mais fácil para Renato conseguir seu medicamento e seguir o tratamento. Ele renova seu cadastro a cada três meses e uma vez por mês vai ao Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), com toda a documentação disponibilizada no saiadafila.com em mãos, para buscar o remédio. "Quem se interessar pelo projeto e for ao HRAN buscar seu medicamento, evite o horário de almoço. A fila é imensa", aconselha Renato, bem-humorado.

Quanto ao sonho de ser professor? Hoje Renato dá aulas voluntárias de informática para estagiários e terceirizados do STJ. Buscou ajuda de fonoaudiólogos para desenvolver melhor a dicção, além de frequentar regularmente aulas de natação. "Acho que todo mundo deveria ter acesso a projetos como o saiadafila.com. Coisas boas assim precisam ser bem divulgadas", acrescenta Renato. ▪

Rodrigo Serpa
rodrigo.serpa@stj.jus.br

TRIBUNAL

Novas lixeiras para separar todo o material descartado pelo Tribunal

Coleta seletiva: bom para o ambiente e para você

Não só prestar à sociedade uma Justiça rápida e de qualidade é preocupação do tribunal. O STJ também está engajado com a responsabilidade socioambiental. Tanto que integra a missão do Tribunal desenvolver planos voltados tanto para a responsabilidade social quanto para a ambiental. O Programa de Responsabilidade Socioambiental, cada vez mais, está desenvolvendo ações atendendo a essa premissa. A mais recente delas é o Programa de Coleta Seletiva e Reciclagem, que, além de disponibilizar os equipamentos necessários à coleta responsável do lixo, procura educar para a importância da atitude em prol do meio ambiente.

Os servidores, que já contam com a caixa individual para coleta de papel, agora têm um motivo ainda maior para contribuir com o meio ambiente. Quem anda pelo Tribunal já percebeu o que há de novo. São as 103 lixeiras instaladas para a coleta do lixo produzido diariamente. A iniciativa faz parte do projeto STJ Ambiental, que espalhou dez conjuntos de coletores, cada um com cinco lixeiras. Cada lixeira é feita para recolher diferentes materiais, como papel, vidro, metais, plásticos, pilhas, baterias, entre outros.

Desde que foi criado, o Programa de Responsabilidade Socioambiental tem procurado realizar ações desse tipo. Mas, para que as ações ambientais tenham efeito, é preciso mais que conhecimento. A colaboração de todos é imprescindível, afirma a coordenadora do programa,

> "Um copinho de café jogado junto com o papel já inutiliza esse material. O resultado é o papel descartado junto com o lixo comum, que não será mais reciclado."

Foto: Sandra Fado

Coleta de lixo seletiva: encampe essa ideia

Ketlin Feitosa. "O maior problema é a resistência das pessoas em mudar aquilo que já era costume", lamenta.

Dados do programa apontam que, no último mês de agosto, foram recolhidos nas lixeiras comuns 730 kg de papel. Com a coleta seletiva, esse número pode ser reduzido significativamente. O objetivo do programa não é apenas informar os funcionários e visitantes de sua existência. É também criar a consciência de que é necessário separar o lixo produzido diariamente. Mas esse não é o único desafio. Segundo a coordenadora, muitas pessoas ainda descartam o lixo incorretamente, o que prejudica a coleta. "Um copinho de café jogado junto com o papel já inutiliza esse material. O resultado é o papel descartado junto com o lixo comum, que não será mais reciclado."

Para garantir a reciclagem do material depositado nos coletores, o Tribunal doa a uma cooperativa todo o lixo separado.

Essa empresa fica responsável por recolher e fazer a distribuição correta desses resíduos para a reciclagem. O STJ firma um termo de compromisso, para que semestralmente diferentes cooperativas possam receber o material separado. Quem faz o serviço atualmente é a Cooperativa de Trabalho Reciclagem e Produção (Cortrap); por meio da atividade, ela garante o sustento de quase 150 famílias que realizam o trabalho.

Muitas outras ações serão implantadas ainda este ano no STJ. A equipe do Programa de Responsabilidade Socioambiental espera mudar gradativamente a consciência de cada um, sensibilizando os servidores para a importância de pequenas e simples atitudes que fazem toda a diferença. "Ainda neste ano, iremos implantar ações voltadas para o consumo sustentável e a melhoria na qualidade de vida das pessoas, mas são necessários a colaboração e o apoio de todos", reafirma Ketlin. ▪

Leane Ribeiro
leane.ribeiro@stj.jus.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretário de Comunicação Social:** Fernando Luz • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XIV • nº 55 DEZEMBRO 2009

SERVIDOR

Se aprovado como proposto, o PCCR permitirá um aumento de 56,42% nas remunerações

PCCR a caminho da aprovação

Foram 22 dias de muita luta, sol, chuva e suor até alcançar a vitória. E o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) agora depende da aprovação do Legislativo para se tornar realidade. Ele tramita na Câmara dos Deputados como o Projeto de Lei (PL) n. 6613/2009.

Segundo informações divulgadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a proposta visa minimizar a defasagem entre a remuneração praticada no Judiciário e a dos demais Poderes, o que vem provocando uma enorme evasão para outras carreiras. Somente naquela instituição, a evasão gira em torno de 20 a 23%.

A proposta enviada ficou diferente da que havia ido para aprovação dos ministros do Supremo. A GAJ (Gratificação de Atividade Judiciária), antes prevista em 135%, ficou em 50% sobre o vencimento básico do servidor. Apesar da diferença nominal, na prática não houve uma redução tão drástica, pois o vencimento básico passa a ser maior.

Se aprovado como proposto, o PCCR permitirá um aumento de 56,42% nas remunerações. Pela nova tabela, o analista judiciário passa dos atuais R$ 6.551,52 para R$ 10.283,59 de remuneração inicial e, em final de carreira, de R$ 10.436,12 para R$16.324,68. Já o técnico judiciário sai de R$ 3.993,09 para R$ 6.104,70, no início de carreira, e de R$ 6.360,71 para R$ 9.949,68 no final. A proposta não prevê aumento no valor do cargo em comissão nem no número de funções comissionadas, que, pelo contrário, deverão ser reduzidas no período de um ano em razão de uma ampla reforma administrativa.

Nem tão a terra...

O projeto do PCCR só foi possível porque cada parte cedeu um pouquinho. Uma das alterações que ficaram de fora desse projeto de lei porque não foi aceita pela cúpula do Judiciário é a que transforma a carreira do Judiciário em carreira de Estado.

De outro lado, passou a fazer parte da proposta uma limitação a que o salário do analista judiciário acrescido da GAJ não ultrapasse 75% do salário-base de juiz federal substituto. A proposta enviada pelo Conselho Nacional de Justiça é que essa limitação incluísse os valores pagos a título de gratificação (no caso da CJ3, por exemplo, o analista ganharia acima do que recebe um magistrado).

Diminuir a porcentagem da opção pelas gratificações também estava entre as contrapropostas apresentadas pelos dirigentes e que ficou de fora do projeto encaminhado ao Legislativo. O projeto mantém a faculdade de o servidor optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente, acrescida de 65% do cargo em comissão.

Ainda em 2010

O coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal (Sindjus), Roberto Policarpo, acredita que pelo menos parte do PCCR seja implementada ainda no ano que vem, entre abril e maio. Ele garante que a entidade vai trabalhar nesse sentido, negociando com o Governo e Congresso Nacional para conseguir que seja aprovada emenda na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Esse, a seu ver, é o ponto que mais demora para alcançar esse objetivo: a negociação.

Policarpo acredita que o encaminhamento da proposta foi um grande passo, alcançado apenas pela mobilização da categoria. Há prós e contras, como toda decisão a que se chega por meio de negociação. Para ele, o aspecto positivo do PCCR enviado ao Legislativo foi que o aumento previsto ficou todo no vencimento. Isso permite vantagens indiretas – como o adicional de qualificação, por exemplo, que é contado sobre o vencimento base.

De outro lado, há o problema de que um dos mais importantes objetivos de um novo plano de carreiras para a categoria não foi alcançado: a remuneração final não se equipara à de outras carreiras, como a do Banco Central, por exemplo. "Essa é uma luta que o sindicato não pretende deixar de lado, um processo que ainda tem que se buscar", afirma.

O mesmo se dá com a inclusão da carreira do Judiciário como de Estado que, apesar de não estar contemplada nesse projeto, consta do Projeto de Lei n. 319, no qual também está inserida a possibilidade de redistribuição de servidores entre os diversos órgãos da Justiça. Para Policarpo, essa é outro ponto que vai ser negociado intensamente pelo sindicato. Até porque, acredita ele, esse pode ser o caminho para obter a tão almejada equiparação com as outras carreiras. ▪

Regina Célia Amaral
reginac@stj.jus.br

Tabela de remuneração

	CLASSE	PADRÃO	VENCIMENTO
ANALISTA JUDICIÁRIO	C	15	10,883,07
		14	10,529,70
		13	10,187,80
		12	9.857,00
		11	9.536,95
	B	10	9.227,28
		9	8.927,67
		8	8.637,79
		7	8.357,32
		6	8.085,96
	A	5	7.823,41
		4	7.569,38
		3	7.323,60
		2	7.085,91
		1	6.855,73
TÉCNICO JUDICIÁRIO	C	15	6.633,12
		14	6.405,67
		13	6.186,02
		12	5.973,90
		11	5.769,06
	B	10	5.571,24
		9	5.380,20
		8	5.195,72
		7	5.017,55
		6	4.845,50
	A	5	4.679,35
		4	4.518,90
		3	4.363,94
		2	4.214,31
		1	4.069,80
AUXILIAR JUDICIÁRIO	C	15	3.928,39
		14	3.793,69
		13	3.663,60
		12	3.537,98
		11	3.416,66
	B	10	3.299,50
		9	3.186,36
		8	3.077,10
		7	2.971,59
		6	2.869,69
	A	5	2.771,29
		4	2.676,27
		3	2.584,50
		2	2.495,87
		1	2.410,29

Biblioteca

BDJur amplia seus serviços e conteúdos e quem ganha é você

Pesquisa e informação a um clique

Já pensou acessar em um único lugar importantes trabalhos da área jurídica, obras raras de autores renomados, capítulos de livros, artigos de periódicos, atos administrativos e eventos do Tribunal? Com a Biblioteca Digital do STJ (BDJur) é possível fazer tudo isso sem sair da frente do computador. Desde que foi criada, em 2004, a Biblioteca vem ampliando seu acervo e se empenhando para facilitar o acesso aos documentos de interesse dos servidores, ministros do Tribunal e também do público externo. Atualmente, possui mais de 19 mil documentos.

A Biblioteca Digital foi iniciada com a coleção *Produção Intelectual dos Ministros do STJ*, que visa preservar e divulgar a produção bibliográfica dos ministros do Tribunal e reúne atualmente mais de 1.700 documentos entre artigos, capítulos de livros, palestras e discursos.

A gestão da BDJur está a cargo da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. José Ronaldo Vieira, chefe da Seção de Periódicos Eletrônicos, destaca que a Biblioteca Digital tem um papel importante na rotina do servidor. "O objetivo maior da BDJur é agilizar o acesso aos documentos de interesse do servidor e dos ministros da Casa por meio da disponibilização do inteiro teor dos conteúdos".

Esse foi apenas um dos primeiros passos da BDJur. Hoje sua base de dados é uma das mais acessadas do mundo, com mais de 20 mil consultas por mês. Esse sucesso já rendeu reconhecimento internacional. Segundo avaliação em 2009 do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC) da Espanha, a Biblioteca ocupa a 49ª posição entre os 400 principais repositórios institucionais. Quando se fala em repositório institucional significa que a BDJur reúne documentos administrativos produzidos pelas unidades do Tribunal, como publicações, manuais, normas, trabalhos acadêmicos, entre outros. Segundo Evanildo da Rocha Carvalho, chefe da Seção da Biblioteca Digital, a função é manter a memória institucional da Casa. "O objetivo é preservar o patrimônio histórico do STJ".

Além disso, a Biblioteca procura sempre disponibilizar novos conteúdos que facilitem o acesso e a rotina dos usuários. Se você tem interesse em alguma obra da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva, é possível consultar o sumário sem precisar ir até as estantes procurar. A coleção de Sumários Jurídicos reúne os sumários de todas as obras adquiridas pela Biblioteca a partir de 2008. Com isso a consulta às obras ficou muito mais rápida e prática. Hoje estão disponíveis mais de 2 mil sumários.

Outro serviço oferecido é a divulgação de livros de grande relevância na área do Direito. Obras raras de renomados juristas nacionais e internacionais, antes com acesso restrito ao recinto da Biblioteca, agora estão a um clique de distância do usuário. Esse acervo faz parte da coleção Obras Raras da Biblioteca do STJ. A digitalização dessas obras é fruto de uma parceria entre o STJ e o Ministério da Educação, financiada pela Unesco, que divulga obras históricas no famoso portal Domínio Público.

Por seguir padrões recomendados internacionalmente e pela riqueza de seu acervo, a Biblioteca Digital foi também a primeira no país a contribuir como provedora de dados para a Rede de Informação Jurídica e Legislativa LexML Brasil. O portal permite coletar informações e documentos da esfera federal e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Novidades

A mais recente novidade na BDJur é a disponibilização dos arquivos das palestras dos eventos promovidos pelo Tribunal. A iniciativa, que é uma parceria entre a Coordenadoria de Taquigrafia, a Biblioteca e a Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, promove o acesso aos textos e vídeos dos eventos e contribui para o processo de capacitação dos servidores da Casa.

Os avanços não param por aí. Para o início de 2010, a BDJur já preparou muitas novidades que pretendem facilitar cada vez mais a rotina do servidor e do público externo que diariamente utilizam os seus serviços. "Além de agilizar o acesso, a Biblioteca Digital procura também ampliar seu acervo", destacou José Ronaldo.

Leane Ribeiro
leane@stj.jus.br

Capacitação

O Clube de Líderes contou com a participação dos 288 gestores do Tribunal

O jogo está só começando

Experimentar, vivenciar, fazer ou até mesmo só observar a dinâmica dos jogos gerenciais é a metodologia adotada no *Clube de Líderes* do Programa de Desenvolvimento Gerencial (SGP). "O clube pretende inquietar aqueles que dele participam", afirma Kátia Pereira Bessa, secretária de Gestão de Pessoas.

As atividades são apresentadas de forma lúdica, com a utilização de instrumentos que simulam contextos organizacionais. Para resolver as dificuldades que se sucedem e superar os obstáculos para atingir os resultados pretendidos é necessário muito trabalho em equipe e um conjunto de habilidades específicas.

Os participantes são levados a identificar e construir analogias entre as experiências ao ar livre e as situações vividas no dia a dia de trabalho. O foco da metodologia vivencial é a mudança de atitude que, em última análise, pode ser traduzida por uma mudança no comportamento dos participantes. "A educação de adultos é tanto mais efetiva quanto mais o indivíduo seja estimulado a aprender fazendo", diz Kátia.

A cultura da instituição

Por ora, iniciativas dessa natureza, na qual a aprendizagem se processa pela experimentação, está restrita às gerências da SGP. Mas a idéia é ampliar o projeto para todas as lideranças do Tribunal. Ao todo, o Tribunal conta com cerca de 288 gestores.

Os temas de gestão até então abordados foram divididos em módulos. O módulo piloto foi testado no dia 3 de julho com o tema *Cultura Organizacional*. Na oportunidade, foram discutidos assuntos tais como a importância das práticas na formação dos hábitos e padrões e a estrutura das relações institucionais, que podem ser formais e informais.

A metáfora do pedreiro

Um segundo módulo aconteceu no dia 14 de agosto e, dessa vez, o tema foi *Orientação para Resultado e Visão Sistêmica*. A ênfase recaiu sobre a importância de o gestor visualizar o trabalho como um todo. Ser capaz de não apenas conhecer a sua atividade, mas compreender em que medida ela afeta atividades de outras pessoas e como ela agrega valor aos objetivos maiores da Instituição.

É a metáfora do pedreiro onde três trabalhadores assentam tijolos: o primeiro deles se vê apenas levantando paredes enquanto que o segundo constrói uma catedral, e o terceiro se vê inserido em objetivos maiores.

A importância do *feedback*

Em 18 de setembro último a equipe se deparou com o tema *Comunicação e Liderança* e pôde discutir uma das principais ferramentas dos líderes: o *feedback* e mais o poder do convencimento ou a capacidade de influenciar pessoas. Sem dúvida, conhecer o fluxo da comunicação, perceber a importância de saber ouvir e saber falar, conhecer como e porque se formam os boatos são imprescindíveis para um bom administrador.

Em administração, *feedback* é um recurso que permite ao gestor a possibilidade de reorientar condutas a partir da explicitação, para a equipe, de como ela está atuando. "*Feedback* é espelho", assinala Kátia Bessa. É a partir do *feedback* que é possível ao outro conhecer como está o seu desempenho ao realizar uma atividade. Alguns dos requisitos para uso dessa ferramenta, contudo, são necessários: ser sempre pontual e nunca genérico, procurar o momento certo e aguardar, sempre que possível, a solicitação pelo *feedback*.

A hora do conflito

Resolução de conflitos foi outro assunto trabalhado no módulo de *Comunicação e Liderança*. Conflitos sempre irão existir em menor ou maior grau em qualquer ambiente de trabalho e, para administrá-los, segundo um dos mediadores do *Clube de Líderes*, Paulo Flores, é possível adotar algumas estratégias para a solução dos problemas.

Uma das estratégias é a tática da luta ou competição, medida perigosa, pois acirra os ânimos e leva à difícil conciliação entre vencedores e vencidos. Outra é a repressão ou evasão. A primeira transforma o ambiente em uma grande panela de pressão, e a segunda provoca estresse pela ambiguidade. Negociar é a estratégia viável, segundo Flores, por que busca a efetiva solução dos conflitos.

Orientação Estratégica e Planejamento, ocorrido em 16 de outubro, foi o penúltimo módulo e o último, *Tomada de Decisão*, que aconteceu no dia 20 de novembro. Segundo o chefe substituto da Seção de Ações da Cidadania Organizacional, João Wallace, que teve a oportunidade de participar de alguns módulos, "a iniciativa foi muito importante porque o trabalho melhorou e nós passamos a discutir mais abertamente nossos pontos de vista".

"Ganha o Tribunal, que passa a contar com profissionais mais qualificados para o exercício de suas atribuições como gestor, ganha a Secretaria de Gestão de Pessoas, que passa a gerir os recursos de que dispõe de uma forma mais efetiva, e ganha cada servidor que integra a unidade na medida em que se percebe como alguém que faz diferença e agrega valor à instituição", afirma Kátia Bessa.

Catarina França
Catarina.Franca@stj.jus.br

Foto: Moreno

Seriedade nas brincadeiras para ser um bom líder

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Cesar Asfor Rocha • **Secretário-geral da Presidência:** Paulo Sérgio Rodrigues da Silva • **Diretor-geral:** Athayde Fontoura Filho • **Secretário de Comunicação Social:** Fernando Luz • **Secretária Adjunta:** Lumi Kihara • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Murilo Murça • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Reginaldo França • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 2 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br